



Anais da Assembleia

CURITIBA, 18 e 19 DE MAIO DE 1977

AVULSO

ANO III

ATA DA 10ª REUNIÃO PARLAMENTAR INTERESTADUAL DO EXTREMO SUL

Realizada em Curitiba nos dias 18 e 19 de maio de 1977.

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e sete, às dez horas e vinte e cinco minutos, na Sala das Comissões reuniram-se os Senhores Deputados membros da Comissão Parlamentar Interestadual do Extremo Sul. Pelo Estado do Rio Grande do Sul: Celso Testa, membro da Comissão de Transportes; Elton Fensterseifer, Antônimo Fornari e João Satte. Pelo Estado de Santa Catarina: Delfin Peixoto Filho, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, representando a Presidência, Vinícius Tortato, Presidente da Comissão Especial Externa, Nelson Pedrini, Gentil Belani, Antônio Menezes Lima e Cacildo Maldaner. Pelo Estado do Paraná: Ivo Thomazoni, Presidente da Assembleia Legislativa, Gabriel Sampaio, Trajano Bastos, Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Antônio Facci, Fidelcino Tolentino, Werner Wanderer e Muggiati Filho, contando ainda com as presenças dos senhores engenheiros Paulo Menequine, Assessor da Sudesul e Ney Pompeo Machado, Assessor da Secretaria do Planejamento do Paraná. Sob a Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, o qual foi eleito por unanimidade dos participantes, na qualidade de Presidente do Poder Legislativo, anfitrião do conclave, foi instalada a reunião, com a finalidade de definirem pontos comuns de interesse sócio-econômico das três unidades federativas, relativamente às metas prioritárias a serem alcançadas na área dos transportes. Iniciados os trabalhos, foi indicado por unanimidade como Relator Geral da Comissão o Senhor Deputado Antônio Menezes Lima. A pedido do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, foi lida pelo Senhor Relator Geral a Ata da 9a. reunião da Comissão Parlamentar Interestadual, realizada no mês de abril do corrente ano, na cidade de Porto Alegre, com a participação de parlamentares de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A seguir foi examinado os aspectos do Plano de Obras do setor rodoferroviário, constantes do II PND do Plano Nacional de Viação, bem como foram incluídas outras reivindicações trazidas durante a reunião pelos representantes dos três Estados. Os assuntos tratados, após exaustivos estudos e debates pelos integrantes do conclave, foram classificados e enumerados prioritariamente, por uma Comissão de Redação constituída pelos Senhores Deputados: Antônio Menezes Lima (SC), Gentil Belani (SC), Celso Testa (RS), Fidelcino Tolentino (PR) e os senhores engenheiros Paulo Menequine e Ney Pompeo Machado, com a finalidade de se reivindicar soluções junto às autoridades federais e estaduais. Reunida a Comissão de Redação foi elaborada a seguinte pauta: - 1o. - Ratificação das definições contidas na Ata da 9a. reunião, realizada na cidade de Porto Alegre, e pela formulação de veemente apelo às autoridades no sentido de serem feitos estudos e adotadas medidas para a implantação e conclusão de obras rodoviárias e ferroviárias, constante do II PND, e a inclusão no Plano Nacional de Viação de: 1o. SETOR FERROVIÁRIO EF-486. Inclusão prioritária dos estudos de viabilidade técnica e econômica da ferrovia EF-486 que ligará Ijuí-Palmeira das Missões (RS) - Chapecó (SC) - Pato Branco (PR) e Porto União (SC), constante do plano de viação do Ministério dos Transportes. EF-116. Agilização operacional dos trechos concluídos e prosseguimento de General Luz a Pelotas (RS). EF-277. Implantação do trecho ferroviário Guarapuava - Cascavel - Foz do Iguaçu. Inclusão do ramal interligando a EF-486 na região de Pato Branco à EF-277, na região de Cascavel, possibilitando a ligação ferroviária pelo oeste do País, entre os Estados do Sul e o Estado de Mato Grosso. - 2o. SETOR RODOVIÁRIO BR-158. Construção dos trechos Rosário do Sul - Sta. Maria - Panambi até a BR-386 (RS), Maravilha a São Lourenço do Oeste (SC) a Pato Branco - Laranjeiras do Sul - Campo Mourão (PR). BR-101. Prosseguimento do trecho Guaruva (SC) - divisa Paraná - Santa Catarina - divisa Paraná - São Paulo - Iguape (SP), BR-153. Construção do trecho União da Vitória - Alto do Amparo (PR), ligando a BR-376. BR-373. Construção do tre-

cho Marmeleiro-Barracão (PR). BR-163. Prosseguimento do trecho Guafra - Terra Roxa do Oeste (em construção) - Medianeira divisa (PR)-(SC) - São Miguel do Oeste (SC). Estudo de alternativa de trecho entre Medianeira - Capanema, desviando o Parque Nacional do Iguaçu, através da opção Cascavel - Capitão Leônidas Marques - Capanema (ou Realeza) (PR). BR-280. Construção do trecho Pato Branco (PR) - São Lourenço do Oeste (SC) - Barracão (PR) - Dionísio Cerqueira (SC). Além dos assuntos tratados no setor rodoferroviário, a Comissão elaborou a seguinte pauta, constante de ASSUNTOS GERAIS, a saber: Encaminhar sugestões para solução dos problemas a seguir expostos: 1o: CONFISCO DA SOJA. Por unanimidade, foi sugerido que cada Assembleia manifestasse ao Senhor Ministro da Agricultura, a exemplo da deliberação tomada pela Assembleia Legislativa do Paraná, com o descontentamento das classes produtoras pela adoção do confisco cambial, entendendo essa Comissão que a medida possa ocasionar desestímulo à produção de soja nos três Estados. 2o: ELETROSUL - Debatida a forma de proceder às implantações das hidrelétricas, dos critérios adotados nas indenizações de terras desapropriadas pela Eletrosul, e desconsideração às ponderações feitas por parlamentares, bem como da utilização do potencial hidrelétrico, o seu retorno para o Estado no que diz respeito ao uso de energia e das perdas sofridas com as inundações de terras férteis. 3o. SUINOCULTURA - Reivindicando junto aos Secretários da Fazenda dos três Estados, para atualização do prazo da pauta de 30 para 15 dias, referente ao ICM, cobrado na comercialização do suíno. 4o. USINA SIDERÚRGICA - Quando à instalação da Usina Siderúrgica de Santa Catarina, ficou decidido que seriam expedidos telegramas a Suas Excelências os Senhores Presidente da República, Ministros do Interior, Indústria e Comércio e Minas e Energia, bem como ao Governador do Estado de Santa Catarina, encarecendo o empenho daquelas autoridades na implantação do referido complexo. 5o. - SUDESUL - Foi examinado o trabalho realizado pela Sudesul nos três Estados e sugerido para uma próxima reunião da Comissão, seja solicitada a presença do Superintendente do órgão, para dizer das realizações daquela Superintendência, nos últimos anos, nos três Estados. 6o. - IBDF - Ficou decidido pleitear junto à autoridade competente, no sentido da revogação do Decreto-Lei número 1503, de 23 de dezembro de 1976, e o restabelecimento dos dispositivos constantes da Lei número 5.106, tendo em vista o desestímulo gerado pelo aludido decreto, na política do florestamento e reflorestamento na região Sul. Após aprovação das pautas apresentadas pela Comissão de Redação, representando as três bancadas, o Senhor Presidente agradeceu a participação dos integrantes das bancadas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e enalteceu o trabalho desenvolvido durante a reunião, o qual por certo resultará em benefício do desenvolvimento e aproximação dos três Estados integrantes do Extremo-Sul do País. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretário, e acompanhada das notas taquigráficas dos debates havidos durante a reunião.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI - Presidente

Agildes de Oliveira Martins - Secretário

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DAS REUNIÕES DA COMISSÃO PARLAMENTAR INTERESTADUAL DO EXTREMO SUL

REALIZADA EM 18 E 19 DE MAIO DE 1977

(Parlamentares de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná)

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pela sua Presidência, tem a sa-

tisfação e a honra de receber em sua Casa os Senhores Parlamentares dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Do Rio Grande do Sul, S. Exas. Deputado Nivaldo Soares, ausente, mas representado pelo Deputado Celso Testa, mui digno Presidente da Comissão de Transportes daquela Assembléia Legislativa; Deputado Elton Fensterseifer; Deputado João Satte e Antonino Fornari.

De Santa Catarina, Srs. Deputados Delfin Peixoto Filho, digníssimo Vice-Presidente daquela Assembléia Legislativa e representando o Sr. Presidente; Vinícios Tortato, digníssimo Presidente da Comissão Especial Externa; Sr. Deputado Nelson Pedrini; Sr. Deputado Gentil Belani; Sr. Deputado Antonio Menezes Lima e Sr. Deputado Cacildo Maldaner.

Também presente, representando o Superintendente da SUDESUL, o Sr. engenheiro Paulo Meneguini.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná está representada na Comissão Especial por S. Exa. Deputado Trajano Bastos, digníssimo líder do MDB; Sr. Deputado Gabriel Sampaio; Deputado Nilso Sguarezi; Deputado Deni Schwartz; Deputado Antônio Facci; Deputado Quielse Crisóstomo, digníssimo 1º Secretário desta Assembléia Legislativa; Deputado Fuad Nacli, Presidente da Comissão de Transportes e Deputado Otásio Pereira que haverão, por certo, de se revezarem, conhecendo como conhecem a combatividade e os conhecimentos sempre demonstrados pelos nossos extraordinários colegas dos Estados mais meridionais - Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Ao abrir esta reunião faço votos de que possamos discutir e analisar aspectos de interesse para o desenvolvimento da Região do Extremo Sul de forma a que todos possamos testemunhar o nosso interesse em fortalecermos a economia e propiciarmos o desenvolvimento mais acelerado dos três Estados.

Desejo, inicialmente, conceder a palavra ao Sr. Deputado Vinícios Tortato, Presidente da Comissão Especial da Assembléia Legislativa de Santa Catarina e que foi idealizador deste encontro, para, posteriormente, conferir a palavra ao Sr. Deputado Celso Testa, Presidente da Comissão de Transportes do Rio Grande do Sul.

Depois de abertos os trabalhos, com a palavra desses dois eminentes Parlamentares, os Srs. Deputados presentes terão o direito e a liberdade de elegerem um dos membros para presidir os trabalhos que haverão de se estender pelo dia de hoje e de amanhã.

Anuncio a presença do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, integrante da Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Com a palavra o Sr. Deputado Vinícios Tortato.

O SR. VINÍCIOS TORTATO — Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Deputado Ivo Thomazoni, Srs. Componentes da Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Paraná; Srs. Membros da Comissão de Obras Públicas da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul; Sr. Deputado Celso Testa, componente da Comissão Especial; Srs. Deputados.

É com imensa satisfação que a Assembléia de Santa Catarina, por sua Comissão Especial, encontra-se hoje, na Capital paranaense, para, juntos, com nossos co-irmãos do Paraná e do Rio Grande do Sul, analisarmos e levantarmos questões que dizem respeito a interesses respectivos de nossos três Estados.

De maneira que a Assembléia de Santa Catarina, por nossa Comissão, analisando os planos, as metas e programas, mais especificamente da área dos transportes, resolveu interessar a Comissão no sentido, immanando nossos esforços, conjugando nossos esforços, possamos realizar um documento de reivindicações e pedidos de apoio a obras de vital importância para nossa região.

Como bem focalizou V. Exa., Sr. Presidente, em princípio, o que nos traz ao Paraná é o desejo de, como no Norte e Nordeste do Brasil, nos reunirmos para levantarmos todas as questões, todos os problemas de nossos Estados, a fim de soli-

citarmos aos órgãos competentes uma atenção maior ainda para com nossos desejos.

De maneira que, ao fazer estas rápidas considerações, queremos, desde já, agradecer o apoio que V. Exa. e os nobres Deputado do Paraná têm dispensado à Comissão Especial Externa de Santa Catarina.

Eram estas as nossas palavras iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Celso Testa, do Rio Grande do Sul.

O SR. CELSO TESTA — Ilustre Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Srs. Deputados Componentes da Comissão de Santa Catarina, meus colegas e participantes da Comissão de Obras Públicas, Transportes, Energia e Comunicação do Rio Grande do Sul, Srs. Deputados componentes da Comissão do Paraná, imprensa escrita, falada e televisionada, meus prezados amigos.

É importante e necessário se diga, e me permitam os Srs. que se faça um pequeno retrospecto dos trabalhos da Comissão Parlamentar Interestadual Rio Grande do Sul, Santa Catarina, para que depois a gente tenha a condição de avaliar e ver a importância deste trabalho e a importância da união dos Deputados para com o interesse dos Estados e agora, interesse comum dos 3 (três) Estados.

Em 01 de setembro de 1971, nós formamos a Comissão Parlamentar Interestadual. Mas, antes de 71, já havia o problema de 64. Os Srs. aqui, melhor que ninguém, sabem muito bem o que ocorreu e o que aconteceu com o Poder Legislativo após 64. O Legislativo permaneceu e ficou praticamente com poucas atribuições, ou quase nenhuma. Então, as Assembléias tinham que partir para outro sistema de atuação que lhes permitisse uma atuação efetiva para comprovar o seu trabalho. No Rio Grande do Sul, passamos de Comissões que aparentemente eram estáticas, trabalhávamos exclusivamente em relatórios de projetos, para a Comissão dinâmica. Passamos, nós do Rio Grande do Sul, a fiscalizar as obras "in loco" e passamos a também participar no desenvolvimento efetivo de nosso Estado.

Nas fiscalizações e críticas que fazíamos, para melhor desenvolver e para melhor aplicar o dinheiro público, nós encontrávamos uma série de percalços e uma série de paralisação de obras que na época nos parecia de prioridade pública, poderíamos dizer assim. E que não eram levadas à prioridade pública em função de interesses outros.

Então, a Comissão de Obras Públicas, Transportes, Energia e Comunicação resolveu fazer esta fiscalização e teve muito êxito.

E aí começamos a encontrar, no nosso Estado, problemas de interligações com Santa Catarina. Porque tínhamos então, até aquela época, ou pouco antes, uma ligação só com o Norte do País, que é o Passo do Socorro. Em 71, entramos em contato com a Assembléia de Santa Catarina dizendo do nosso propósito.

Participo aqui hoje ainda, os remanescentes da época, o nosso estimado amigo e Deputado Belani de Santa Catarina, o Deputado Lima e Deputado Pedrini que participaram, naquela época, da Comissão.

Quando chegamos a Florianópolis, nós tivemos a acolhida imediata e a intenção de trabalharmos juntos. O que foi feito realmente. Desde 71, temos colhidos os frutos do trabalho das duas Assembléias. E não foram poucos, sem falsa modéstia. Porque nós estamos pressionando e cobrando constantemente. Nada que foi dito pelo Poder Executivo nós deixamos passar sem conferir. Acho que esta é a atribuição real e verdadeira no Poder Legislativo. Nós vamos conferir e vamos analisar, desde a sua ocorrência até a execução e aplicação da mesma. E isto conseguimos com Santa Catarina.

E agora, grata surpresa ao convite que nos foi feito pelo Sr. Presidente, Deputado Ivo Thomazoni, Presidente da Assembléia do Estado do Paraná, e que nos convidou para participar.

Chegamos então ao auge, a um contentamento de encontrarmos a união das 3 Assembléias, e com todas as possibilidades de passarmos a cobrar os 3 Estados, quer individualmente, quer em conjunto. Isto é de grande valia e, para nós, é com muito orgulho e satisfação que aqui estamos.

Portanto, está aqui hoje o Rio Grande do Sul participando deste trabalho, unido com o Paraná e Santa Catarina, para que os Poderes Legislativos destes três Estados passem a cobrar e passem a exigir também, se necessário for, aquilo que nós temos de direito e aquilo que nos devem.

Portanto, para o desenvolvimento dos três Estados é que nós aqui estamos. Nós aqui estamos, o meu Estado está representado pela nossa Assembléia, na duas bancadas, o mesmo ocorrendo com Santa Catarina e o mesmo ocorrendo com o Paraná.

Portanto, nós, em todos os trabalhos das Comissões, até hoje, e será assim porque, ontem me informava também o Deputado Ivo Thomazoni, Presidente aqui da Assembléia do Paraná, que nós vamos levar em nível técnico, não vamos levar em nível político. Mas não perdoaremos a cobrança, faremos a cobrança, dia a dia. Portanto, esta união que faltava, e agora nós estamos realizados por assim dizer, para iniciarmos um trabalho conjunto, dos três Estados.

Sr. Presidente, para início, os nossos agradecimentos pelo convite que foi feito e, mesmo a solidariedade do Rio Grande do Sul, junto com Santa Catarina.

Nós passaremos então, agora, ao trabalho, e estamos prontos a colaborar com tudo aquilo que for de útil aos três Estados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta se há necessidade que se dê conhecimento, aos Srs. Deputados, do teor da Ata da IX Reunião da Comissão Parlamentar Interestadual, que foi consequência da Reunião das Comissões dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, porquanto naquela reunião se definiram algumas prioridades de interesses dos dois Estados.

Quer me parecer que a Presidência havia determinado, chegasse às mãos dos Srs. Deputados, a cópia desta Ata, para que tivéssemos então o ensejo de, a partir desta, começássemos a debater o problema.

Antes disso porém, perdoem-me, eu desejava conferir aos Srs. Deputados, a liberdade de elegermos, para presidir estes trabalhos, qualquer dos Srs. Deputados.

O SR. CELSO TESTA — Eu sugeriria, a minha Delegação considera que está em muito boas mãos a Presidência dos trabalhos. Aliás, isto nós temos feito nas reuniões de Santa Catarina, ou seja, que o Estado anfitrião que presida os trabalhos.

(Pálmas).

Designaríamos apenas, o Relator.

O SR. PRESIDENTE — Designaríamos para Relator...

O SR. VINÍCIOS TORTATO — Sr. Presidente, nós temos o nosso velho companheiro de Comissão, o Dr. Antônio Menezes de Lima, que, desde 1971 é o Relator na Comissão Santa Catarina-Rio Grande do Sul, e que desta maneira já possui um vasto "dossier" sobre as atividades.

Permitir-me-ia sugerir o Dr. Antônio Menezes de Lima, para ser o nosso Relator.

(Palmes).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Pela Ordem). — Sr. Presidente, V. Exa. teria indagado dos Srs. Deputados, da viabilidade da leitura desta breve Ata da IX Reunião. Permitir-me-ia solicitar à Presidência, se fizesse a leitura desta Ata, principalmente para que fique registrada nos Anais da Casa, uma vez que esta reunião está sendo taquigrafada.

O SR. PRESIDENTE — Não há objeção.

(É procedida a leitura da Ata).

("Comissão Parlamentar Interestadual Santa Catarina-Rio

Grande do Sul.

Observando a agenda anteriormente estipulada, foram instalados os trabalhos da IX Reunião da Comissão Parlamentar Interestadual que estuda os problemas comuns e estradas entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na sala 308 da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, sob a presidência do Sr. Deputado Celso Testa do Rio Grande do Sul e com a presença dos Srs. Deputados Vinícios Tortato, Antônio Menezes Lima, Nelson Pedrini, Gentil Belani e Cacildo Maldaner, representando a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e os Deputados Elton Fensterseifer, João Satté, Urbano Mornes e Antonino Fornari, representando a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Estiveram presentes, como convidados os Srs. Deputados Jorge Bandarra — 1º Vice-Presidente e Victório Trez — 1º Secretário, Romildo Bolzan, bem como o jornalista Sérgio Lopes, chefe da Assessoria de Imprensa da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Foi relator-geral dos trabalhos o Sr. Deputado Antônio Menezes Lima. Feita a instalação dos trabalhos foi examinado o temário pré-estabelecido, bem como foram incluídas outras reivindicações trazidas durante a reunião pelos representantes dos dois Estados. Feito isto, seguiu-se a uma fase classificatória dos assuntos, de acordo com a importância e a urgência, conforme discriminamos a seguir:

PRIORIDADE (1) UM — Solicitação ao Governo Federal, da inclusão prioritária dos estudos de viabilidade técnica e econômica da ferrovia E.F. 486, que ligará Ijuí-Palmeira das Missões (RS) - Chapecó (SC) - Pato Branco e Porto União (PR), constante do Plano de Viação do Ministério dos Transportes. BR-470 — Prosseguimento do trecho Campos Novos-Barracão-Lagoa Vermelha.

BR-158 — Prosseguimento até o Estado do Paraná.

— Conclusão e asfaltamento da Rodovia Goio-En-Nonoi-Sarandi.

RS-25 — Estrada Rota do Sol — trecho Estrela-Caxias do Sul-Cambará (RS) - Praia Grande (SC).

PRIORIDADE (2) DOIS — Conservação e acostamento da BR-101, Trecho Osório-Torres.

BR-363 — Iraí-Mondaí-São Miguel do Oeste.

— Complementação dos molhes da Barra do Mampituba.

— Implantação da BR-285 - Vacaria-Bom Jesus-Araranguá.

— Corredor de exportação com terminal no porto de São Francisco do Sul (SC).

— Assoalamento da ponte ferroviária de Marcelino Ramos, para fins de trânsito rodoviário.

— Ponte sobre o rio Mampituba, ligando Torres a Passo de Torres.

— Ponte sobre o rio Mampituba, ligando o Município de Praia Grande (SC) e Torres (RS) na localidade de Rua Nova.

— Abertura da estrada Alpestre (RS) ao Porto de São Carlos (SC).

— Conclusão da implantação da Rodovia Erechim-Itá e construção da ponte no Porto Itá, no rio Uruguai.

A COMISSÃO PARLAMENTAR INTERESTADUAL, ao concluir este relatório reafirma, mais uma vez, a esperança de que os Governos, Federal e Estadual, considerem o presente trabalho das Assembléias Legislativas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, tendo em vista a solução dos problemas realmente importantes da fronteira comum, e coletados através de audiência das grandes classes representativas de toda a região estudada.

Porto Alegre, 20 de abril de 1977.

(aa) Deputado Celso Testa - Presidente (RS)

Deputado Nelson Pedrini (SC)

Deputado Gentil Belani (SC)

Deputado Vinícios Tortato (SC)

Deputado Cacildo Maldaner (SC)

Deputado Elton Fensterseifer (RS)

Deputado João Satte (RS)

Deputado Antonino Fornari (RS)

Deputado Urbano Moraes (RS)

Deputado Antônio Menezes Lima — Relator (SC)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Desejava, em socorro ao eminente Deputado Fidelelino Tolentino, solicitar a gentileza do Sr. Deputado Celso Testa para que dissesse dos objetivos que levaram a Comissão a se definir pelas prioridades constantes desta Ata.

O SR. CELSO TESTA — Entendo, nós entendemos ao realizar a IX Reunião da Comissão Parlamentar Interestadual, nós entendemos e procuramos ouvir toda a região Rio Grande do Sul, Santa Catarina, quer os prefeitos, quer as classes conservadoras, em termos de serviço, para ver das prioridades e para ver das necessidades.

Fizemos um levantamento, assim, não sócio-econômico que já existe, e não viabilidade econômica, porque sabe-se que viabilidade econômica, o que é hoje, o que pode não ser viável, economicamente, quando realizado se torna obra extraordinária e que dizem da viabilidade econômica. Então, daí o problema da nossa agenda e ao incluirmos a EF 486 e EF 116, aí, então, nós encontramos e para isso nós temos os mapas e é justo que se diga, parece e me perdoe o Dr. Paulo Meneghini da SUDESUL, que o assessoramento que nós trouxemos ao Plano Sul para colaborar com a Comissão nossa e para colaborar também com todos.

Porque o Dr. Melro que é Presidente da SUDESUL, não pode comparecer hoje aqui, porque tem um outro compromisso em Florianópolis. Ao verificarmos essas ferrovias nós chegamos à conclusão de que há um interesse muito grande também no Paraná.

E não só isso, de nada adiantaria, o Rio Grande do Sul, e Santa Catarina pleitearem essas duas ferrovias se não tivéssemos o apoio do Paraná porque o término dela, sua parte principal, termina aqui no Paraná. Daí, então a necessidade que tínhamos da inclusão dessas duas ferrovias, eu não sei se os Senhores querem algum esclarecimento sobre o resto da pauta da nossa região, que diz mais especificamente, ao Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Um Sr. Participante — Se me permite, aqui nós temos uma BR, que já está com um meio caminho andado, é a 158, mais conhecida no Rio Grande por Estrada da Produção. Tenho anotado aqui a 158, que seria para juntar caso o Presidente permitisse, além das duas, pediríamos para anexar aqui, a 158 que era o caso agora, desde o início dos trabalhos, e a 101, porque a 101 para nós, ela já está concluída. Para Santa Catarina, não tem mais problema também. Mas, tem problemas no Paraná. E no que tivermos aqui, a iluminação nós já podemos mostrar, que a 101 apenas o Paraná está faltando. Então teríamos aí, a inclusão da 101. E essa seria a proposição então, do Rio Grande do Sul, e quem sabe de Santa Catarina e se aceitarem os Deputados do Paraná, nós então, para início dos trabalhos, nos fixaríamos nas ferrovias 486 — e 116 — e na Rodovia 158 e 101.

O SR. CELSO TESTA — Seria EF-486-Ferrovia; EF-116, são duas ferrovias; depois a PR 158 que é a Rodovia, e a PR 101 — sendo que esta última, apenas falta a conclusão no Estado do Paraná.

A trajetória desta EF-486, (localizando o mapa) se me permitem, aqui os Senhores terão o início dela, no Rio Grande do Sul; nota-se: esta ferrovia 486, ela pega exatamente a zona de maior produção de trigo e soja do nosso Estado. Ao atingir o Estado de Santa Catarina, Coronel Freitas e sobe à Galvão, ela pega também aqui no Oeste catarinense, a zona de maior produção de milho, trigo e soja também. E ao atingir o Paraná, que

vem a Pato Branco e de Pato Branco vem aqui a Porto Vitória, em Porto União, também junta então com uma rica região do Paraná. Segundo nossos cálculos, é uma das regiões mais ricas. E mais ainda, ela terá...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vejo que V. Exa. desconhece as estatísticas dos últimos dois anos — (Risos) — o Oeste do Paraná inegavelmente, é a região onde concentra maior produção de grãos, cereais do tipo soja, milho e trigo, de todo o Brasil.

É só para esclarecimento estatístico.

O SR. CELSO TESTA — Veja o que é e quanto eu admiro o Paraná. A gente não pode fazer o cálculo, nem 6 meses à frente. Vejam o cálculo que nós temos é de 1 ano e meio atrás e já está superado. Como as estatísticas no Brasil são difíceis de chegar a elas corretamente, nós temos uma região grande produtora de grãos. Portanto, não há maior produtora, porque a nossa estatística está atrasada.

E aqui nós sentimos ainda, mais aqui em Pato Branco, a necessidade e maior será em função da ITAIPU e dos demais...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Deputado, entre o Sudoeste aonde está ligado Pato Branco, e o Oeste, onde estará Itaipu, há um grande rio que se chama Iguaçu, que é um obstáculo hoje, quase intransponível entre uma região e outra. E há uma perfeita falta de integração dessas duas regiões, parece-me até dividindo o Estado do Paraná. Então, é esta uma observação que eu quero fazer, também estatisticamente.

O SR. PRESIDENTE — Não sei se será permitido, para o Presidente participar. De modo que pesa muito o trabalho que o GEITSOP realizou. E no Brasil se conferiu muita importância a este planejamento feito por este grupo de trabalho. Hoje o GEITSOP com uma outra denominação, mas continua pesando muito nas decisões para fixação de prioridades.

Quer parecer-me que esta estrada deixou de constar do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, porque alguns destes técnicos consideraram esta ferrovia quase que uma obra paralela a uma existente que demandava Cruz Alta, no sentido de Passo Fundo e atingia, atravessa Santa Catarina, para alcançar as proximidades de Ponta Grossa, que se abrindo nos ramais, que atende Santa Catarina de um lado e o Paraná do outro.

Nós sabemos da importância do trabalho. Ninguém mais do que eu, Deputado Nilso Sguarezi, Deni Schwartz defenderíamos esta obra, porquanto ela beneficia exatamente nossa região de atuação. Mas, poderíamos conferir esta prioridade.

Nós sabemos que a bancada do Paraná confere uma importância enorme a uma ferrovia constante do segundo PND. Que era o seguimento de Guarapuava, Cascavel, Foz do Iguaçu. Esta além de constar do segundo PND, também teve aloucados recursos do PRODOPAR, que é Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná, que pudemos conjugar como de importância transcendental na pretensão inicial de se transportar maquinaria pesada para as obras de Itaipu. Muito embora tivesse sofrido uma paralisação depois de estar com seu projeto final de engenharia, concluído. No instante em que se estava para iniciar a obra, esta ferrovia foi obstada.

Mas sabemos nós, poderíamos prestar todo apoioamento a esta reivindicação da Estrada Ijuí-Chapecó, Pato-Branco-União da Vitória e Porto União.

E gostaríamos de, inicialmente, significar a importância da ferrovia Guarapuava-Cascavel-Foz do Iguaçu, para desenvolvimento do Paraná e também para o corredor de exportação: Paranaguá. É a EF-277.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, apenas para colaborar na demonstração, na argumentação de V. Exa., esta ferrovia Guarapuava-Cascavel-Foz do Iguaçu tem sentido triplo, não só de aspecto regional, de aspecto de Usina de Itaipu, de transporte de toda a produção agrícola que hoje representa a maior produtora e a maior exportadora de soja de todo o Brasil, mas quero significar ainda a união

que se pode fazer com as três Nações do Sul interligadas pela Bacia do Rio Paraná propriamente dita, que são Paraguai, Argentina e Brasil.

De modo que poderia — e é uma sugestão antecipada — esta estrada que vem do Ijuí, chega a Pato Branco e demanda a União da Vitória poderia ser incluída — não pelo fato de não constar — mas por significar uma ligação maior entre as duas Nações amigas, que poderiam, opcionalmente, demandar ao Porto de Paranaguá e ao Porto de São Francisco, através de uma ligação Pato Branco — Laranjeiras do Sul e nem falo em Cascavel. Com a ligação Guarapuava-Foz do Iguaçu, evidentemente se poderia fazer uma segunda opção — de Laranjeiras faz uma bifurcação e vai a Pato Branco e a São Francisco do Sul.

E mesmo esta ligação que existe hoje do Rio Grande a Mato Grosso, esta estrada parece que estaria prevista para demandar a Corumbá, ligando esta parte oeste de Mato Grosso e ligando mais, até a Bolívia.

Mas isto, creio eu que será inoportuno para este debate. Quem sabe mais tarde poderíamos ampliar esta pretensão até Mato Grosso. Porém, hoje, penso que seja viável esta sugestão de Pato Branco a Laranjeiras do Sul, inclusive reforçaria a argumentação do GEITSOP e também conjugaria os esforços parlamentares no sentido de fazer uma integração maior destas duas nacionalidades, através deste apêndice, desta estrada de ferro que não consta do Plano Nacional.

É uma sugestão que queria fazer...

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) — Sr. Presidente, só queria, para me colocar na reunião, saber se vamos discutir agora a estrada, ou se está ainda em discussão o problema desta Estrada BR 486.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Quer parecer-me que o Deputado Celso Testa pretendeu explicar as razões da prioridade, pondo em discussão.

Está em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Então me inscrevo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declino.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, os caros companheiros do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina estão para discutir, aqui em Curitiba, os problemas comuns aos três Estados. E eu noto, inclusive, para alegria minha, que uma das reivindicações da 9a. Reunião foi uma estrada exclusivamente paranaense, a BR 101, que está completa no território gaúcho e no catarinense, mas que tem uma influência muito grande para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul e que todos os problemas apresentados visem alguma coisa de comum aos dois Estados e, em alguns aspectos e são os pontos levantados, em relação ao Paraná também.

Por isto vejo com muito carinho, não por ser daquela região, esta reivindicação. Isto não quer dizer que por reivindicarmos esta estrada a Pato Branco, deixemos uma estrada, se bem que de interesse importantíssimo para todo o Brasil, não só para o Paraná, mas uma estrada que não vejo até onde haja interesse dos Estados do Paraná e Santa Catarina, que é a estrada Cascavel-Foz do Iguaçu, que corta o território paranaense e é de interesse nacional, em função de Itaipu.

Foi levantada pelo Deputado Fidelcino Tolentino e parece-me que esta estrada vindo do Rio Grande do Sul-Ijuí a Pato Branco, parece-me que até se deveria fixar nesta reunião uma reivindicação da continuação dela, não só no sentido de Porto União, mas, principalmente, no sentido de Cascavel.

Porque nós, brasileiros, temos espírito de carangueijo, e isso bem demonstram os mapas, todas as estradas são voltadas para o mar. E agora, estamos com tentativas de voltarmos as costas para o mar, e talvez, numa confirmação das previsões de Hitler, indo em torno de Foz do Iguaçu, nordeste da Argentina, Paraguai, onde, segundo aquelas previsões, criar-se-ia uma nova civilização bastante adiantada, pegando parte do Rio Grande, parte de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso.

Então, porque não só se discutir essa estrada que está no plano, como se reivindicar outra estrada que, de Pato Branco, demandasse para o Norte, rumo à Guaíra, onde se interligaria às estradas que vêm de Dourados à Guaíra.

Parece que o gaúcho que cansou de Santa Catarina e veio para o Paraná, agora está cansando do Paraná e indo para o Mato Grosso e Paraguai, infelizmente.

UM SR. DEPUTADO DO RIO GRANDE DO SUL — Apenas uma observação: o gaúcho não cansa, ele continua, prossegue.

O SR. DENI SCHWARTZ — Mas, deu uma parada em Santa Catarina e depois de vir ao Paraná, está indo para Mato Grosso.

Então, me parece que a reivindicação dos nobres Companheiros do Sul é válida e ela passa a ter uma importância muito grande.

Porque, também do Sul virão coisas para Itaipu.

Parece que até seria oportuno reivindicar-se essa ligação, não só como está apresentada, mas também prevendo-se a chegada a Cascavel, onde se ligaria a outra estrada e os Srs. teriam acesso para a grande obra de Itaipu, que deve gerar um grande mercado consumidor.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Apenas um aparte. O grande problema é a viabilidade econômica, segundo o Ministério dos Transportes. Eu até por uma questão de bairrismo, deveria reivindicar essa ligação direta para Cascavel. Até peço vênha aos jornalistas que estão presentes, para evitar efeitos negativos, de Pato Branco ela seria mais curta, ligando-se a Laranjeiras do Sul e contraria o respaldo de a bifurcação com a estrada Guarapuava-Foz do Iguaçu, e ligaria Laranjeiras do Sul, por um preço muito menor.

O SR. DENI SCHWARTZ — Deputado Fidelcino Tolentino, a minha intervenção não foi no sentido de se estabelecer diretrizes — nem cabe isso a nós — a minha intervenção foi no sentido de dar argumentos a esta Comissão para torná-la mais importante do que ela já é, o caminho do Rio Grande para o Mato Grosso.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Nossa reivindicação, que as estatísticas econômicas provam a viabilidade imediata dessas estradas, em termos econômicos e sociais, penso que se aduzirmos a essa reivindicação a extensão desses trechos mencionados pelo Deputado Deni Schwartz e que eu enfatizei de início, penso que, naturalmente, daria às autoridades, possibilidade de manusear com os dados que estamos oferecendo, sugestivamente, porque, eles, naturalmente, vão cortar muita coisa.

Se é que não vão cortar tudo, portanto, devemos reivindicar o máximo, em termos reais, para que eles nos deem o "mínimo minimorum" essencial.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Permita-me, Deputado Fidelcino Tolentino. Concorro com V. Exa. em parte, mas acho que não podemos — sob pena de perdermos a objetividade desta reunião, de irmos para o terreno emocional das ligações ou reivindicações.

Acho que é muito difícil argumentar sem os dados técnicos, sem o respaldo mais profundo, técnico, de certas ligações.

É evidente, que todo o mundo conhece, que a definição Itaipu foi feita via norte, via São Paulo considerando o eixo São Paulo-Rio, o centro industrial pesado do País. É evidente que Maringá já é um terminal de transbordo, já que Itaipu, em relação ao transporte, será feito o exame via transporte ferroviário, com a ligação lá por Campo Mourão e Cascavel.

Então, acho que não podemos mudar certas determinações já previamente estipuladas por estudos técnicos como sugestões.

Discordo do meu companheiro Fidelcino Tolentino. Uma vez que não podemos pedir, por pedir, para que seja cortado usando da tradicional fórmula de pedir mais para

ganhar menos. Acho que tudo aquilo que sair, desviar um pouquinho de fundamentos técnicos, nós estaremos analisando a coisa emocionalmente.

Acho que não seria o objetivo desta reunião, como não foi de outras anteriores do Rio Grande do Sul.

Não podemos, a não ser que tenhamos documentação técnica.

Discordo também do Deni Schwartz com relação ao mar. Evidentemente, que todas as vias de transporte que tem relação ao sistema ferroviário, elas têm o fim de tirar da zona produtora as respectivas produções para levar ao mar para exportação ou para o próprio consumo interno.

O SR. DENI SCHWARTZ — Num País voltado para o seu povo, a tendência é cuidar do seu povo.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Mas acho que se não temos economia forte, não teremos condições disto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Exatamente com base na economia que levantei estas argumentações.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — É uma sugestão minha, Sr. Presidente.

Eu acho que não aceitaríamos assim, no terreno de reivindicações sem um latreamento técnico.

O SR. PRESIDENTE — Deputado Luiz Gabriel Sampaio, antes de lhe conferir a palavra, queria dizer que o Sr. Ney P. Machado, está aqui também como assessor da nossa Secretaria de Planejamento para nos fornecer alguns esclarecimentos. E eu vou conferir a palavra ao Sr. Deputado Antonino Fornari.

O SR. ANTONINO FORNARI — Sr. Presidente, embora não sejamos conhecedores de toda a região, que vem sendo mencionada pelos prezados colegas, entendo então, que se trata de duas direções. Uma seria a Estrada de Ferro, a 486, no sentido longitudinal.

A outra seria no sentido transversal. Parece-me que os pedidos não conflitam, até mesmo se completam, porque poderíamos, perfeitamente, tendo em vista todo o conjunto, digamos todo o sistema de transporte ferroviário, como somos leigos, ao menos eu, já que não somos engenheiros, a não ser o nosso colega que aqui está, poderíamos entender que estas ferrovias deveriam ser consideradas, pelos poderes decorrentes, como ferrovias importantes.

Isto é, uma seria no sentido longitudinal, aproveitando Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e outros pontos importantes de outros Estados e países e a outra seria transversal, que teria até um momento de intersecção, de conexão, de encontro, até imaginando transportes deste encontro para o Sul ou para o Norte do País, ou outros pontos.

Parece-me que as duas se completam. Não sei se fiz me entender bem.

O SR. PRESIDENTE — Eu diria mais uma coisa. O que se pretende para a EF-486, é interessar o Governo Central, no sentido de autorizar o seu projeto de viabilidade econômica, quando a outra, a EF 277 já está com o seu projeto final de engenharia pronto, com prioridade estabelecida não só pelo Ministério dos Transportes, mas também, pela PRODOPAR, que alocou recursos vultosos para o desenvolvimento de uma região que é, hoje, sem sombra de dúvidas, uma das mais florescentes do País.

Então, nada há a que uma pese, que invalide a outra. É interessar o Governo Central, para que promova o estudo da viabilidade econômica da 486, sem esquecer de manter a prioridade da EF 277.

Apenas, a reivindicação do Paraná, quer me parecer, seria exatamente esta: a de que, mantida a prioridade já estabelecida pela EF 277, apelar e nos juntarmos ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina, já que nós também temos interesse nesta obra, para nos juntarmos aos apelos, no sentido de que se promova um estudo de viabilidade econômica para a EF 486.

O SR. CELSO TESTA — Eu queria apenas uma consideração:

quem sabe a gente faria o seguinte: se nós apresentamos estas 4, 2 ferrovias e 2 rodovias, como sugestão, ouviríamos a sugestão de Santa Catarina; iríamos anotando uma por uma; a sugestão do Paraná, uma por uma; iríamos anotando uma por uma; depois, nós passaríamos a discutir uma por uma, com o assessoramento que temos aqui, da SUDESUL e da Secretaria do Planejamento do Paraná; posteriormente então, iríamos discutindo e iríamos colocando nas prioridades; aí nós passaríamos a discutir objetivamente, uma por uma e dissecando, uma por uma; se não, nós iremos divagar, e o tempo passa...

O SR. JOÃO SATTE — Sr. Presidente, prezados colegas. É público e notório e é sentido por todos os Estados, o poderio do triângulo São Paulo, Rio, Minas.

Infelizmente, a região do Extremo-Sul vem sendo relegada a último plano.

Daí nós discordarmos, com todo o respeito que merece, quando dizem que não devemos pulverizar as reivindicações. Eu acho que é necessário apresentarmos, aos homens competentes principalmente à esfera federal, o maior número possível de reivindicações, para eles se sensibilizarem, na esfera federal, de que de fato o Extremo-Sul está totalmente abandonado quanto às obras executadas pelo Governo Federal, em recursos para outros Estados.

Eles verão, com isto, de que o Extremo-Sul, numa ampla relação de reivindicações, de que de fato está a merecer a atenção do Governo Federal.

Como bem foi dito, a situação sócio-econômica da região Sul, ainda ontem, na imprensa era publicado, que 50 por cento das exportações do Brasil, do Extremo-Sul, eram Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Daí reconhecer-se que, esta grande produção deve merecer a atenção do Governo Federal, como já foi explanado pelo Deputado Celso Testa.

Vamos acatar todas as sugestões, vamos catalogar por ordem prioritária, que vem de encontro, em primeiro lugar, às necessidades dos três Estados, necessárias e de interesse comum, e posteriormente, Estado por Estado.

Por isso eu acho que nós deveríamos, sem constrangimento, apresentar, às autoridades competentes, o maior número possível de reivindicações, porque muitas estão no papel, outras em estudos, outras implantadas e não executadas.

Daí nós devermos, sem constrangimento, fazer um amplo relatório, eis que hoje, graças a Deus, contamos com o apoio do Paraná, que veio enriquecer, já na esfera militar do País, onde existe a III Região Militar que compreende Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Então, vamos trabalhar pelo interesse sócio-econômico da Região Extremo-Sul.

Era o que queríamos registrar.

O SR. VINÍCIOS TORTATO — Nós, ao agendarmos esta ferrovia, nos preocupamos com um aspecto muito interessante: os planos não são eternos; os planos caem, de época em época. Nós nos aproximamos de um novo plano, não sei se vai receber a característica do 3o. PND, não sei qual o nome que se dará ao novo plano nacional que se dará na área dos transportes e outras áreas.

Mantivemos vários contatos em Brasília com órgãos dos transportes e outros órgãos, e os técnicos de Brasília acharam altamente válida uma tomada de posição, por parte dos Estados sulistas, porque se não levantarmos, não demonstrarmos interesse nestes estudos, inicialmente, poderemos, então, não termos mais, na programação futura, esta ferrovia; e, tem um aspecto muito interessante, bem novo até, na área da agricultura, o Brasil está procurando, não digo copiar, mas assimilar o sistema de silagem deslocável, são os silos deslocáveis.

A nossa região em que pese a construção de uma centena de silos em vários municípios do Paraná, Santa Catarina e Rio

Grande do Sul, está pretendendo possuir, Deputado Ivo Thomazoni, o célebre silo deslocável. Vamos exemplificar: Se a safra do milho, no Rio Grande do Sul, for maior do que a do Oeste e Sudoeste do Paraná, haveriam silos deslocáveis por sistema ferroviário para dar amparo à área do Rio Grande do Sul e, vice-versa quando acontecessem safras maiores em outras áreas. Eu acho que é muito importante focalizar este aspecto.

Segundo, o nobre Deputado Tolentino, se não me engano já saiu, mas o Ministério dos Transportes tem em primeira etapa, justamente programada Ijuí a Pato Branco, mas tem o seu prosseguimento, não sei por qual rota, até o Estado do Mato Grosso. De maneira que eu acho que nós estamos diante de uma posição até cômoda em reivindicar, porque não estamos pedindo que se programe esta ferrovia; estamos pedindo, isto sim, que se concretize, que se dê interesse a esta ferrovia do Oeste de Santa Catarina e eu só discordo de um ponto de vista dos nobres colegas, que tudo deve sair para o mar.

Evidentemente, que seria uma ferrovia coletora da grande produção da região e daí, naturalmente, tomaria o rumo do mar por um entroncamento ou outro.

De maneira que tenho impressão que este aspecto também de silos é muito importante a ser considerado.

O SR. GENTIL BELANI — Sr. Presidente.

Deputado com pouco experiência nesses assuntos, eu acho que essas reuniões têm um grande objetivo: dentre eles, o primeiro é de nós nos organizarmos até politicamente, no sentido de nós fazermos valer um pouco mais em relação a nossa situação econômica.

Todos sabem que este Governo tem tido, de tomar posse definitiva de outras áreas deste País, tem levado incentivos aqui da Região Sul e muitos recursos a serem destinados a outras áreas, ao ponto de estar prejudicando o nosso desenvolvimento.

Daí a grande meta destas comissões iniciadas no Rio Grande do Sul pelo Celso, em Santa Catarina pelos colegas, porque eu denomino isso, uma alavanca e a finalidade é levantar os problemas econômicos, transporte e outros, mas também é de sensibilizar as representações dos três Estados do Sul com assento no Congresso que a nossa população está pleiteando isto. Reiterando, através do quê? De ferrovias, rodovias, apenas.

Mas nós teremos oportunidade ainda e, agora, sobre a 486, como acabou de dizer o Deputado Vinícios Tortato, ela está inserida apenas, no Plano, neste trecho.

O que já seria muito importante se a gente conseguisse os estudos finais para que ela chegasse no Paraná e, daí ela tem prosseguimento para frente. Não tem dúvida nenhuma.

Agora, se a gente não sacudir o guabiju, como se diz, não cai folha nenhuma.

De maneira que no fundo mesmo, o trabalho é esse e a Comissão de Santa Catarina, que é o Estado de menor expressão econômica, vamos dizer, se sente muito honrada e reforçada com a presença do poderoso Estado do Paraná.

E nós entre o Rio Grande e o Paraná, que recebemos sempre exemplos de potencialidade, é muito importante para Santa Catarina porque temos interesse na nossa região do extremo Oeste, neste programa.

E o problema não é de interesse eleitoral, não é emocional como se falou; o problema é frio mesmo.

O SR. PRESIDENTE — Deputado Gentil Belani, quem sabe se para darmos uma sequência mais rápida, nós poderíamos estabelecer dois princípios e ouvir as sugestões dos Srs. Deputados João Satta e Celso Testa.

Nós temos já prioridades estabelecidas pela nossa Região, e, nós nos permitimos já em algumas reuniões preliminares, apresentar algumas sugestões para esta Comissão. E eu pediria, depois que usar da palavra o Sr. Nelson Pedrini, que o nosso Assessor, Dr. Ney, pudesse dizer da importância não só para o Paraná, mas para os três Estados, que têm por exemplo - A BR 153 — a BR 373 e a BR 163, a BR 280 e a BR 101 no trecho

da divisa Paraná — Santa Catarina, Paraná - São Paulo.

Seriam estes os pontos que nós havíamos em princípio alinhado, a BR 153 que seria a ligação da divisa Paraná-Santa Catarina, e União da Vitória com Imbituva, a BR 158 seria a divisa Paraná — Santa Catarina ou na BR 282 também Santa Catarina com Iraí no Rio Grande do Sul, divisa Paraná-Santa Catarina, Laranjeiras-Campo Mourão, que seria o seguimento para o Mato Grosso. E a BR 373, e aqui há um comentário a se fazer.

Aqui visava ligar a nossa malha rodoviária no Plano Federal e Estadual, a divisa Paraná, Santa Catarina e Argentina em Dionísio Cerqueira, nós sabemos que o Brasil e a Argentina, na famosa ata do Rio de Janeiro, estabeleceram na cidade catarinense de Dionísio Cerqueira como ponto para se instalar aí? E temos na rota 40 da Argentina, que já atingiu as nossas divisas, e hoje com condições excepcionais de tráfego, temos o nosso asfalto que já interligou Pato Branco, Francisco Beltrão, no ponto de Marmeleiro. Exatamente onde passou o traçado da BR 373, e o projeto final de engenharia concluído 2/3 já, das obras de implantação, concluídas, todas as obras de arte concluídas, faltando 1/3 só da terraplenagem que é a implantação do asfalto que ligaria o Brasil à Argentina e o que é importante, o Paraná, Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, porque alcançaria então S. Miguel do Oeste, a famosa estrada da Produção que vai ao R.G. do Sul. Esta seria, realmente, a estrada de integração dos três Estados, e do Brasil com a Argentina. Nós fizemos várias exposições, e sei que o Governador do Estado de Santa Catarina e também do Paraná, através de memorial, disseram, muito bem aos órgãos federais, que se nós exportássemos a nossa produção por aqui, fariamos um percurso em território brasileiro da nossa zona de produção, de 200 quilômetros.

Quando exportamos como estamos, mais para o sul, fazendo um percurso de 800 quilômetros em território brasileiro, quando está o esforço de contenção de gastos nos derivados de petróleo.

Então, esta estrada realmente, nós pediríamos a atenção das bancadas do Rio Grande do Sul, e Santa Catarina porque ela realmente, integra no Paraná, Santa Catarina e R. G. do Sul, os trechos de seguimento já concluídos e já em tráfego. A BR 163 é também de importância transcendental, porque é aquela que liga Guaíra, Terra Roxa e que já está em construção e em adiantada fase de implantação asfáltica para atingir Medianeira, e ali então, por aquela estrada tradicional que é o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná, e que batisaram como a famosa estrada do Colono, é aquela que liga a divisa Paraná — Santa Catarina até S. Miguel do Oeste, com os municípios de Barracão, Santo Antônio, Planalto, Capanema e Medianeira. E, em São Miguel do Oeste, a Estrada da Produção.

Sei que nós temos divergências no território paranaense fazendo esta travessia não mais de Medianeira a Capanema, mas pretendendo fazer Capitão Leônidas Marques, Realeza, para alcançar outro trecho asfaltado de Pato Branco.

Mas isto é problema ali com o Deputado Fidelcino. O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não é que lá tem o Parque Nacional Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE — A BR-280, há um fato interessante no Paraná. Não é que o Paraná pretenda dar demonstrações de riqueza. Mas há um trecho enorme desta estrada que o Paraná está construindo com recursos próprios, estaduais, embora constasse do primeiro PND, quando excluída do 2o. PND, o Governador e nós nos queimamos na parada e fomos construir com recursos nossos, que é o trecho Pato Branco-União da Vitória, ligando Marmeleiro, Clevelândia, Palmas.

O SR. NELSON PEDRINI — Santa Catarina está fazendo o mesmo: Porto União-São Francisco.

O SR. PRESIDENTE — Mas nesta mesma BR-280 há um traçado de interesse enorme para Santa Catarina e o Paraná,

que era Pato Branco - São Lourenço do Oeste e Barracão - Dionísio Cerqueira. É uma estrada que também já esteve com prioridade e depois foi afastada e já está com estudo de viabilidade econômico pronto até Maravilha; e que nós gostaríamos só de sugerir para que reincluisse. E depois, outra estrada que já foi pelo Deputado Celso Testa referida, que era o trecho da BR-101 única estrada que ficou realmente órfã, a 101, foi o Paraná. Rio Grande do Sul a teve, Santa Catarina a teve, São Paulo a teve; o Estado do Rio de Janeiro implantou a estrada mais cara do mundo, embora a mais linda e até maravilhosa, de uma forma arquitetônica e o Paraná é que ficou exatamente na divisa de Santa Catarina e São Paulo, com o vazio.

Seriam só estas as nossas reivindicações no plano rodoviário. E que nós depois poderíamos discutir para somar com as reivindicações de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Procuramos amarrar no mapa o seguimento destas estradas, porque elas realmente fariam a integração dos três Estados, na forma em que estavam postas. Nós já teríamos identificado no mapa.

Mas desculpe o Deputado Nelson Pedrini, mas, só para quem sabe, colocar o caso em andamento, poderíamos discutir à luz destas, depois naturalmente de explicadas as suas vantagens no desenvolvimento da região do Extremo Sul.

Deputado Nelson Pedrini, minhas desculpas.

O SR. NELSON PEDRINI — Ora.

Presidente Thomazoni, prezados colegas Deputados e representantes da imprensa. Vou dar uma nuance um pouco diferente à minha intervenção.

Acho que a Comissão dos três Estados não deve ser apenas Comissão reivindicatória, mas também que possa oferecer um juízo de valor, um juízo crítico a determinadas situações que se verificam no sul do Brasil.

Antes de fazê-lo, vou apresentar um problema que embora diga respeito à primeira vista à Santa Catarina, diz respeito à Região Sul do País, que é o problema ligado à necessidade de que Santa Catarina tem da implantação de uma usina siderúrgica para que ao menos se acabe o grande paradoxo da economia nacional do carvão, em que o carvão catarinense que tem o maior percentual coqueificável, e que esteja em boa parte acionando os auto-fornos em Volta Redonda, este carvão seja embarcado no Porto de Imbituba, em navios, navios que retornam depois com lastro de água, para fazer peso nos porões. Santa Catarina reivindica a construção de uma indústria siderúrgica no sul do Estado. Eu não sou técnico, só sou em Assembleia, mas reivindica um processo de redução direta do carvão, para posteriormente partir também para a gaseificação do carvão, com a construção de um grande gasoduto.

Este processo é o processo "Corf", processo alemão, e o grupo "Corf" deverá participar com 1/3 do empreendimento; 1/3 será do capital estatal catarinense; 1/3 da empresa nacional e 1/3 do grupo "Corf", grupo alemão que tem o "know-how" da redução direta do carvão.

E aqui temos que ser bastante francos. Embora o "consider" tenha determinado já que Santa Catarina terá uma Usina Siderúrgica, está havendo boicote para a implantação da mesma. E está se fazendo um grande movimento de opinião pública em Santa Catarina para a instalação desta Usina.

Já levantei o problema no mês passado em Porto Alegre e lá obtive o apoio, com a expedição de um telegrama ao Presidente da República, ao Ministro de Planejamento da Presidência da República e ao Ministro de Indústria e Comércio, a quem está afeita a decisão final da instalação desta Usina Siderúrgica.

Esta seria a solicitação que faço em nome da delegação de Santa Catarina para ver se temos aqui em Curitiba o mesmo êxito que tivemos em Porto Alegre — que desta reunião de hoje à tarde saia um documento em forma de telex ao Presidente da República e aos dois Ministros citados.

O SR. CELSO TESTA — E quanto ao boicote?

O SR. NELSON PEDRINI — É de indústrias particulares brasileiras, inclusive de grupos multinacionais. Conheço, por ser líder do Governo de Santa Catarina, o problema em detalhes, mas peço permissão para não revelar, pois estaria quebrando uma confidência que me foi passada.

O SR. CELSO TESTA — A respeitamos.

O SR. NILSO SQUAREZI — Sugeriria que cada delegação apresentasse suas reivindicações e se passasse à discussão objetiva.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. corrobora a sugestão dos Deputados do Rio Grande do Sul e nós também apresentamos um esboço. Não se se conviria ouvir o engenheiro...

O SR. NELSON PEDRINI — Eu estava entendendo que nesta parte da manhã estaríamos expondo os problemas e que seriam discutidos e votados na parte da tarde. Acho que a forma mais prática seria esta. Que se faça um painel geral e na parte da tarde transformaríamos em documento. Apenas faríamos uma panorâmica na parte da manhã.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Também entendo assim.

O SR. PRESIDENTE — De antemão, está aceita a tese do Deputado Nelson Pedrini.

O SR. NELSON PEDRINI — Tendo exposto o problema da Siderúrgica, vou me permitir fazer rapidamente, perfuntoriamente um juízo crítico de três situações que se verificam no Sul do Brasil. Não sou técnico, devo ser contestado, mas vou dizer.

A SUDESUL, com toda a permissão do ilustre representante Meneguini, e com a permissão da ausência de meu conterrâneo, Dr. Paulo, da Superintendência, não está correspondendo aos objetivos para os quais foi criada. Devia ser uma agência de desenvolvimento regional e não está sendo.

Há poucos dias o Deputado Belani conversava comigo que Santa Catarina aprovou um convênio de 800 mil cruzeiros para fazer um estudo. 800 mil cruzeiros não é nada para fazer um estudo econômico de um Estado, por menor que ele seja, como é o caso de Santa Catarina.

Antigamente, o Deputado Deni Schwartz, que era um dos Conselheiros do Estado do Paraná, no Conselho da antiga Fronteira Sudoeste, e eu era um dos de Santa Catarina. A Fronteira Sudoeste se preocupava com cerca de 40 municípios em Santa Catarina, 30 e poucos no Rio Grande do Sul e uns 40 no Paraná, não chegava a 150 municípios. Depois, foi transformada a lei, a lei muito bem craneada, imaginada, idealizada, pelo ex-Deputado Rui Ramos, do Rio Grande do Sul e hoje e se transformou a Sudesul para atender, ou pelo menos procurar analisar a economia de, praticamente, 800 municípios que compõem os três Estados.

Então, os recursos e as atividades da Sudesul estão diminuídas.

Não vejo, honestamente, presença nenhuma do órgão da Sudesul que, repito, deveria ser uma agência de desenvolvimento, a exemplo da Sudene, da Sudam e outros. Mas, lamentavelmente, pelo menos Santa Catarina não tem sido atendida. Faio não como líder de bancada, mas como um político representante de Joaçaba. A Sudesul não está tendo presença nenhuma.

O SR. GENTIL BELANI — Mas porque não tem recursos.

O SR. NELSON PEDRINI — Exatamente, Deputado Belani, mas não tem recursos por que? Porque não se busca recursos, e a Sudesul não tem sido mais que um órgão que faz convêniozinhos para estudar solos, convêniozinhos com universidades, dá alguns recursos para estudantes de engenharia estagiarem, e não tem outra finalidade.

Estava até lembrando, Deputado Deni, que a Fronteira Sudoeste preocupava-se com o sudoeste dos Estados. Agora, a Sudesul abrange cerca de 700 municípios, os seus recursos foram diluídos e não estou vendo presença do órgão que deveria ser um órgão, uma agência de desenvolvimento regional.

O SR. DENI SCHWARTZ — Permita-me um aparte? (Assentimento) Apenas para me solidarizar com V. Exa., porque, entre os temas que queria colocar em debate, está exatamente a Sudesul.

Faço minhas as palavras de V. Exa., e vou mais adiante, ao afirmar que a Sudesul não somente está ausente, como está até sendo altamente negativa, pelo menos em termos de Paraná.

Porque, muitas e muitas reivindicações, apresentadas por Prefeitos do Paraná, são remetidas à Sudesul, como sendo o órgão responsável. Então, é mais um pingue-pongue.

O SR. NELSON PEDRINI — É o passeio do papel.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sou um dos beneficiários da Sudesul, porque quanto Presidente de uma Associação de Municípios, recebi, na oportunidade, 30 mil cruzeiros, para fazer um estudo de minha região. Esses 30 mil cruzeiros deixei no banco durante todo o mandato que tive como Presidente daquela Associação, porque era inviável. Essa verba foi reforçada, os estudos foram mais um trabalho engavetado.

Com perdão ao Representante da Sudesul, mas, em termos de Paraná, a Sudesul é altamente negativa. Porque é mais um órgão a quem os Prefeitos são remetidos em busca de reivindicações, o próprio Governo é remetido, quando, na verdade, foi esvaziado totalmente . . .

O SR. NELSON PEDRINI — Não está havendo praticabilidade.

E como V. Exa. lembra muito bem, acaba sendo apenas um repassador de papéis.

O SR. DENI SCHWARTZ — Antigamente, repassava todos os papéis, mas repassava. E o Presidente desta nossa reunião é testemunha, porque como Prefeito de Pato Branco de então, teve oportunidade de receber dinheiro da antiga Fronteira Sudoeste, mas depois que esse se transformou em órgão planejador, ele perdeu a sua finalidade.

O SR. CELSO TESTA — Sou testemunha do trabalho que a Sudesul faz no Rio Grande do Sul. Diante dos poucos recursos que a Sudesul possui, ela tem nos atendido a contento.

O SR. NELSON PEDRINI — Aí é que está o problema, e esse é um problema de ordem política. O Superintendente precisa ter o apoio dos três Estados: de Santa Catarina tem, porque é catarinense, precisa o apoio do Rio Grande do Sul e mais o beneplácito do Mal. Cordeiro de Farias que é tio. Assim, fica resolvida a questão.

Falo honestamente, com toda a sinceridade.

O SR. CELSO TESTA — Acho que a Sudesul tem nos servido, assessorado, e não temos queixa. A queixa que temos é quanto aos recursos.

Acho que poderíamos então, juntar as nossas críticas e nos unir, para que dê, a Sudesul, recursos para que ela passe a atuar realmente porque a motivação foi criada. Então, nós poderemos juntar as nossas reivindicações também para que elas tenham os recursos necessários.

Aí sim, com os recursos que não venham a funcionar, não tenham dúvida nenhuma, aí não só críticas, nós deveremos pedir a dissolução.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu quero contestar. Aliás, o Rio Grande do Sul tem razões para isto. Porque, na verdade, a Fronteira do Sudoeste foi criada inicialmente, pelo Deputado Ruy Ramos, especificamente para o Rio Grande do Sul. Se não me engano, só para a fronteira. Mas para exatamente sair o plano de desenvolvimento, foi solicitado o apoio do Paraná e de Santa Catarina, e foi então que foi criada a Fronteira do Sudoeste, aliás, inclusive, Mato Grosso. Quer dizer, inicialmente, Mato Grosso fazia parte.

Mas, Deputado Testa, em função do regime que vivemos, talvez tenha sido a razão do esvaziamento da Sudesul. Eu faço uma pergunta e não precisam responder, mas para que pensemos: o Ministro Mário Simonsem iria, alguma vez, ouvir a Sudesul sobre o problema, por exemplo, do confisco da soja?

O Ministro Dirceu Nogueira irá, alguma vez, consultar a Sudesul, sobre o plano rodoviário, por exemplo?

O SR. CELSO TESTA — Será que o Ministro foi consultado a respeito do confisco?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Então, a pergunta, talvez a Sudesul tenha sido marginalizada não só nas verbas, mas principalmente na sua função. Não se consulta a Sudesul e a mesma fica como um órgão que ninguém ainda fechou a porta.

O SR. NELSON PEDRINI — Mas será que a Sudesul procura se fazer ouvir?

Eu vou propor aos outros. Eu só pedi que me assegurassem a palavra apenas para a reflexão, já que vou aflorar mais dois problemas.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem a palavra.

O SR. NELSON PEDRINI — O outro, eu também não estou sendo técnico de finanças, de bancos, estou vendo, na existência do BRDE, do BADEP, do BADESUL, BADESC, um paralelismo de atividades. E estes três órgãos, BADEP eu não conheço bem, mas o BADESC conheço, são apenas repassadores de recursos. E não entendo a presença do BRDE.

Cada Estado tem o seu banco de desenvolvimento e há mais um banco regional de desenvolvimento e ainda não se chegou a somar estas quatro instituições bancárias.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em socorro ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, o BADEP, nós deveríamos dizer que é uma das principais instituições de crédito do Brasil.

Temos hoje um capital superior. E a aplicação dos recursos no último exercício, foi de 2/3 na zona do interior, uma inversão, para tirarmos do polo, da capital, a industrialização para computar em outros, São Paulo e em outros eixos industriais.

É hoje, realmente, um órgão de planejamento, e de captação de recursos externos e internos, que, realmente, tem propiciado o desenvolvimento do Estado.

O BRDE, nós estamos conferindo ao BRDE a condição de aplicar no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, mais de 86 por cento do total das suas aplicações.

Então, o Paraná aplica na sua área, vê aplicado em sua área não mais de 14, não chega a 15 por cento do total das aplicações do BRDE. E nós participamos do BRDE. Nunca nos queixamos que o BRDE tenha aplicado mais no Rio Grande do Sul, mais em Santa Catarina, porque sempre tivemos o nosso BNDE, aliás, o nosso BADEP aqui que preenchia esta lacuna.

Não se faz mais críticas, porque ali se aplica mais lá do que aqui.

O SR. NELSON PEDRINI — O sentido da minha intervenção, não é este. O Deputado Ivo Thomazoni saiu em defesa do BADEP e do Presidente do BRDE, que é paranaense. Essa foi a intervenção. Assim não dá para se discutir.

O SR. PRESIDENTE — Estranho que, pela primeira vez, o BRDE sofra críticas, quando em tão curto espaço de tempo . . .

O SR. NELSON PEDRINI — Então, não estou falando em português inteligível. Eu estou aflorando o problema, dizendo que, cada Estado tem um Banco, e temos o Banco Regional. Mas eu não estou vendo conjugação de esforços e, falo como Deputado da ARENA, Deputado da ARENA pelo terceiro mandato.

Outro problema também ligado ao BRDE: onde que o BRDE aplicou grandes fundos?

Estamente no setor pesqueiro.

Quem for a Itajaí, verá que Itajaí está se transformando num cemitério de barcos de pesca. Até há poucos anos — não sei se ainda é — um doutor Campos, de Minas Gerais, era o superintendente, exatamente como representante de um dos poucos Estados brasileiros banhados pelo mar, e, era o superintendente da SUDEPE.

A SUDEPE propiciou o aventureirismo da pesca. Quem teve o cuidado e a curiosidade de ler, no final ou no começo deste mês, 8 reportagens seguidas, do JORNAL DO BRASIL, sobre pesca, ficaria horrorizado do destino que foi dado aos incentivos fiscais: pescadores que não sabem pescar, foram financiados. E há um outro problema que eu acho que esta Comissão deve analisar: o problema da pesca, especialmente quanto ao Estado de Santa Catarina, que é muito atingido na sua economia, no setor pesqueiro; para o Paraná, menos e, o Rio Grande do Sul, mais um pouco que o Paraná. Mas é um setor em decadência indefinida. Até agora se aplicou muito em pesca, se aplicou muito em terra; alugaram-se barcos, quando houve problemas no Golfo do México, a altos preços, e não se pesquisou o fundo do mar, não se fizeram estudos da piscosidade dos nossos mares, e até hoje se faz pesca empiricamente. E no Estado de Santa Catarina, com agravante. A corrida para o incentivo da SUDEPE acabou quase destruindo a pesca artesanal que Santa Catarina historicamente teve, desde a sua colonização, pelos açorianos, e que era a fonte de abastecimento do mercado catarinense. E esse sistema implantado pela SUDEPE acabou por sufocar a nossa pesca artesanal, gerando vários problemas de ordem social.

Deixo então a solicitação sobre a Usina Siderúrgica de Santa Catarina, e a minha análise crítica, crítica no bom sentido, eis que o português, a língua portuguesa tem que ser entendida: uma análise crítica não representa contestação, não representa crítica, não representa denegrir ninguém ou diminuir alguém; é uma análise crítica, ou melhor dizendo, mais sofisticadamente, a emissão de um juízo de valor crítico.

O SR. CACILDO MALDANER — Eu queria concordar plenamente com o Deputado Nelson Pedrini, principalmente nesta questão muito importante para Santa Catarina, que o Deputado abordou, que é o problema da pesca, vinculado diretamente à SUDEPE.

A minha região, a região que represento, principalmente Itajaí que é o maior porto pesqueiro de Santa Catarina, e que disputa com o Rio Grande do Sul a primazia de ser um dos maiores portos pesqueiros do Sul do País, lá o problema da SUDEPE foi altamente negativo.

As firmas, existem 5 firmas grandes de pesca em Itajaí; em Itajaí, as firmas que estão bem são exatamente as 5, que não pegaram incentivos fiscais da SUDEPE; todos aqueles que pegaram os incentivos fiscais da SUDEPE hoje estão falidas ou então à beira da falência. E além disso, além das firmas pesqueiras, Itajaí tem uma grande firma de construção naval, estaleiros, e a SUDEPE agora, para surpresa nossa, baixou uma proibição dos estaleiros fabricarem barcos para indústrias nacionais. Os estaleiros nacionais, de aço, só podem fabricar para o estrangeiro; para as indústrias nacionais eles estão proibidos de fabricar, o que está causando um grande problema não só para os estaleiros, mas também para as próprias indústrias pesqueiras nacionais.

Realmente, tem bastante razão o Deputado Nelson Pedrini, nesta argumentação que fez da pesca e da SUDEPE. E também há uma crítica no setor pesqueiro ao BRDE, muito justa, que uma das poucas firmas no setor pesqueiro ao BRDE, muito justa, que uma das poucas firmas que também precisou do BRDE, tomou empréstimo do BRDE, foram algumas, não têm mais condições de trabalho; elas estão praticamente falidas porque os problemas que o BRDE causou ou causa a essas firmas, são de grande monta.

Então, nem os incentivos da SUDEPE e nem os empréstimos do BRDE no setor pesqueiro da nossa região, tiveram frutos. Por incrível que pareça, as que estão bem, as que estão se desenvolvendo cada vez mais, estão salvando o problema pesqueiro da região: são justamente as firmas que não tomaram, nem incentivos fiscais da SUDEPE nem empréstimo do BRDE, que é uma situação, que é um fato que mereceria certo estudo,

para se saber, exatamente, realmente o porquê deste problema. Eu me congratulo com o Deputado Pedrini, em levantar este problema que é importante para Santa Catarina como também sei que é importante para o Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) O Sr. Deputado Nilso Sguarezi havia solicitado a palavra e eu vou conceder ao Deputado antes de conceder ao Dr. Menegine, a quem nós devemos a atenção de ouvir.

Mas, só para dizer do despreendimento do Paraná e de Santa Catarina; nós temos a sede da sexta região da Diretoria do Banco do Brasil, no Paraná, que abrange Paraná e Santa Catarina. E tem a dirigir um gaúcho, extraordinário gaúcho, afável, bom, bom administrador e achamos isto a coisa mais natural. Isto é para que se observe de que nós, paranaenses, não somos tão bairristas quanto parecemos.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, eu fico satisfeito que não vão, digo, que não vai se tratar, apenas, do problema de estradas. A estrada vem depois que o homem abre caminho a peito mesmo. Então, é uma consequência natural do desbravamento que o próprio brasileiro fez. Parece-me que há problemas mais graves que são as distorções naturais do próprio desenvolvimento.

Um fato que está afetando, sensivelmente, é o problema da suinocultura que interessa, principalmente, ao Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Nós tivemos, ainda na última semana, a visita do Ministro da Agricultura que veio nas principais regiões produtoras para incentivar a criação do tipo, do suíno tipo carne. É louvável esta iniciativa, a preocupação do Governo em incentivar, digo, incrementar a suinocultura.

Mas eu sou de região de suinocultura e sei de um dos aspectos que causa desestímulo ao produtor, principalmente, ao pequeno produtor, ao pequeno colono, é quando ele vai recolher o ICM, tem que recolher o ICM de uma pauta que nunca confere com o preço real, ao que ele consegue vender. Então, nós sabemos que este é um fato que atinge o pequeno produtor, e é um desestímulo gritante.

Então, por exemplo hoje, a pauta da suinocultura, o preço do porco está fixado em Cr\$ 13,62, conferido hoje. Isto é resultante de um convênio entre as três Secretarias de Finanças - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - que, inclusive, é fixada esta pauta pela Secretaria do Paraná. Mas eles coletam estes preços nos frigoríficos e tiram a média. Quando o porco chega ao frigorífico, ele já chega com preço alterado porque a gente sabe que existe o intermediário, existe o explorador. Então, esta pauta é fixada mensalmente. Eu acho que neste documento nós poderíamos, inclusive, incluir uma sugestão, às nossas Secretarias de Finanças, de que encontrassem uma fórmula de atualizar mais frequentemente, talvez, quinzenalmente, esta pauta, porque está havendo uma distorção. Na minha região, o preço do suíno hoje, é de Cr\$ 10,00 e o produtor tem que pagar Cr\$ 13,50. Então, se houvesse uma maneira de tornar mais flexível esta pauta, quer dizer, quinzenalmente, então a sugestão que deixo para ser analisada, para que neste documento incluíssemos esta reivindicação.

Um outro aspecto é com referência ao reflorestamento que eu acho que é o aspecto mais gritante que a Região Sul vem sendo explorada.

Agora, com a última determinação do Governo Federal de não mais recolher incentivos fiscais das pessoas jurídicas, então, é só o FUNDÃO que vai reflorestar. Mas, se nós fizermos uma análise em todas as reflorestadoras, veremos que tudo está sendo aplicado no Nordeste, quer dizer, onde está a maior indústria madeireira, onde está a maior coleta para o reflorestamento? Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já não têm muita madeira. Mas principalmente, nestes dois Estados. E nós estamos sendo esvaziados com os recursos que arrecadamos,

e que não estão sendo aplicados aqui. Então infalivelmente, isso ocasionará problemas gravíssimos. A indústria madeireira está destinada a ser extinta no Paraná, não havendo reflorestamento.

Antes ainda as reflorestadoras particulares podiam aplicar aqui, mas agora, com exigências inclusive acima de mil hectares, ou de no mínimo de mil hectares, tornou-se difícil para que esse reflorestamento fosse feito a nível particular, então agora é através do Fundão.

Também, eu faço então, a sugestão, para que se inclua nesse documento bem elaborado, uma reivindicação então do Sul, para que tenhamos aqui aplicação, ou através do Fundão, ou através da revisão desta reformulação, para que a nossa região não seja totalmente esvaziada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A reabilitação daquela lei que foi revogada no fim do ano agora, não causou desemprego?

O SR. NILSO SQUAREZI — Causou. Aqui no Paraná causou muito desemprego.

UM SR. PARTICIPANTE — Mas é tão gritante a situação que no Rio Grando do Sul hoje, não chega a 2 por cento da área, é totalmente deserta.

O SR. DENI SCHWARTZ — E quando foram distribuídos os parques florestais ao Paranaíba, coube um, e a Minas Gerais 2.

O SR. TRAJANO BASTOS — O que é mais grave, se me permite, que no início, logo que foram criados esses florestais, o Paraná tinha ficado de fora.

Paraná, Sta. Catarina e R. Grande estavam fora.

Inclusive, fomos nós que levantamos o problema, depois houve um reestudo sobre a distribuição e localização dos distritos florestais, cabendo ao Paraná um distrito, assim mesmo Minas ficou com sete.

O SR. NILSO SQUAREZI — É mais essa legislação de exigir do projeto (Mil?) hectares, inviabilizou.

O SR. PRESIDENTE — Eu concederei a palavra ao Dr. Paulo Meneguine.

O SR. PAULO MENEGUINE — Se me permite aqui falar como técnico, e já que está quebrado o gelo, apenas tecnicamente, não na parte política.

O Deputado Pedrini falou da Sudesul, em épocas passadas e agora, se reportando ao presente.

Eu sou novo, confesso, na Sudesul, não conheci. Aliás conheço, que em épocas passadas ela repassava dinheiro para os municípios, mas que o objetivo atual dela mudou. Acharam por bem que, pulverizando as verbas, não se conseguiria grande coisa. Então, a Sudesul se objetivou em três, digamos, projetos sub-regionais. Na parte do Paraná, no Noroeste; na parte de Santa Catarina, Sul, e no Rio G. do Sul, o projeto sudoeste.

Isto, a fim de evitar a pulverização, ela se concentrou nesses três sub-projetos, sub-regionais.

Mas a Sudesul gostaria de esclarecer ao plenário, ela foi considerada uma região desenvolvida e por isso ela não vive de incentivos fiscais; vive de verbas próprias do Ministério. Daí vem a diferença entre Sudesul, Sudene e Sudan.

A Sudene, todos sabemos, que ela vive de incentivos fiscais; e aí a grande força. E a Sudesul, é verbas.

Agora, eu como técnico, concordo que se der mais força para a Sudesul, o técnico seria mais bem realizado. Deixaríamos os estudos na prateleira e poríamos em execução.

Agora, uma opinião minha, digamos, não é da Sudesul, como técnico, como engenheiro, eu acho que o objetivo dessa reunião seria a parte dos transportes: ferroviário, rodoviário. Porque o tempo de dois dias é pouco. Então de maneira que, na minha opinião, os três Estados fizessem as suas reivindicações, suas solicitações, de preferência que fosse comum aos três Estados, e na parte da tarde, eu com o colega aqui, estudaríamos em conjunto, veríamos as prioridades e partiríamos então

para um estudo aos órgãos superiores, das necessidades das regiões.

Este o meu esclarecimento à Assembléia. Eu falo nesta segunda parte, apenas como técnico. Reportando-me tecnicamente ao problema.

UM SR. PARTICIPANTE — Eu, ouvindo o técnico, chamou-me a atenção o seguinte: A Superintendência de Valorização da Fronteira Sudoeste do País, que ao ser extinta nasceu a Sudesul, tinha como finalidade específica justamente se preocupar com a valorização daquela região.

Agora, a Sudesul, a gente nota, através da palavra do técnico, que essa região é considerada valorizada. Provavelmente deve ter sido este o motivo que ela perdeu grande parte das suas finalidades, entre as quais, a valorização do homem, da terra e dos órgãos de execução.

O SR. DENI SCHWARTZ — Permite-me usar a palavra, Sr. Presidente, só para me colocar aqui também nesta guerra.

Acho a Sudesul inviável, dentro do organograma brasileiro. Pelo seguinte: primeiro — é um órgão de planejamento; não é de valorização. Sendo de planejamento deveria ser uma repartição um escritório, tivesse o nome que tivesse, uma secretaria de planejamento da Presidência da República. Está vinculada ao Ministério do Interior e assim se entende que seja valorização, seja aplicação de dinheiro. De mais a mais, pela reforma administrativa implantada, todos os Estados têm sua secretaria de planejamento. Então nós temos: Ministério de Planejamento, Secretaria de Planejamento, e Sudesul. Datíssima vênica de quem discordar, imagino a Sudesul, como as célebres regiões metropolitanas: inviáveis, porque até agora não se disse o que é a região metropolitana.

Até agora reunimos o Prefeito de um pequeno município, ao lado do Prefeito da Capital, um eleito diretamente e outro indiretamente, já com origens diversas, discutem e discutem e até o momento a única coisa — pelo menos na região metropolitana — que aconteceu foi acharem a solução para os táxis dos municípios que faziam a praça aqui em Curitiba.

Desculpem-me se estou errado, mas para mim, a SUDESUL é uma espécie de região metropolitana inviável. Até pelo organograma brasileiro ela está fora de sintonia.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Nobre Deputado, V. Exa. diz que discutem Prefeitos de pequenos municípios, com o da Capital. Mas não discutem. Os Prefeitos dos pequenos municípios são ouvintes, ficam ouvindo o Prefeito da Capital e os técnicos dizerem o que vai ser feito o que, realmente, não chega a nada.

O SR. DENI SCHWARTZ — É uma das excrescências do fim de nosso federalismo.

O SR. PRESIDENTE — A Assembléia Legislativa autorizou há poucos meses a lei que dava, que condicionava, que conceituava a região metropolitana. Quero acreditar que agora que se está, na regulamentação, procurando...

O SR. DENI SCHWARTZ — No dizer de um dos maiores urbanistas deste País e que para felicidade do Paraná é daqui, o Engenheiro Jayme Lerner, as regiões metropolitanas são inviáveis porque não existe a figura de uma pessoa entre o Governador e o Prefeito.

O SR. PRESIDENTE — Apenas para orientar, porque do contrário o principal fica sobrestado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem Sr. Presidente, entendo que estamos lançando o problema...

O SR. PRESIDENTE — Consultaria o Sr. Relator se conseguiu mentalizar...

O SR. RELATOR — Temos anotado aqui em nossa agenda as questões levantadas pelo Paraná, algumas no sentido de crítica também, tentando focalizar a EF 486, a BR 158 a BR 151. A parte com referência aos suínos. A Usina, focalizada pelo Deputado Nelson Pedrini e mais as críticas à SUDESUL.

O SR. PRESIDENTE — Passo às mãos do Sr. relator, com

alguns comentários, as reivindicações.

O SR. DENI SCHWARTZ — Requeiro a inclusão na pauta de um organismo que trata de perto exatamente a região Sul, a ELETROSUL e o PLANASA.

O SR. CELSO TESTA — Estamos fora.

O SR. DENI SCHWARTZ — Dêem graças a Deus.

O SR. PRESIDENTE — As sugestões do Estado de Santa Catarina, se consegui perceber, constam de prioridade um e prioridade dois.

Deputado Nelson Pedrini, tenho em meus documentos — naturalidade Joaçaba-SC. — e assim tenho toda a liberdade para fazer uma observação. O BADEP e o BNDE fizeram um estudo conjunto da viscosidade da costa do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e a conclusão foi a de que os únicos economicamente rentáveis para a exploração eram os bancos de Santa Catarina. Fui membro da Comissão Interparlamentar: do Extremo Sul e me lembro que tínhamos uma reivindicação neste campo e, numa reunião em Porto Alegre, somamos esforços com os catarinenses, porque entendíamos que não havia para o Paraná nenhuma rentabilidade econômica, como havia em Santa Catarina, e só para lamentar que aquele estudo do potencial pesqueiro de Santa Catarina não tenha sido, pelo BRDE, desenvolvido.

Era só uma observação que queríamos fazer, porque aquele estudo foi realmente cuidadoso.

Algumas reivindicações que os Srs. Deputados desejam fazer na parte da tarde?

O SR. DENI SCHWARTZ — Ensino superior.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — O trecho Maringá - Campo Mourão, que faz parte do complexo Itaipu, ferroviário.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A bancada de Maringá está unida, MDB e ARENA.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Depois, juntamente com o Deputado Antônio Facci, encaminharemos a reivindicação e justificativa.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Deputado Nilso Sguarezi, é possível que, na parte da tarde, na reunião com os técnicos, não esteja presente. Então, o Relator deverá fixar os princípios da reunião.

O Sr. Ministro da Agricultura, que não é paranaense, anunciou um incentivo de 10 por cento em dinheiro, para o suinocultor que comercializasse a sua produção, no tocante à exportação. Isso para evitar uma sangria no Interior. Porque, pretendia-se anteriormente, dar um incentivo na base da eliminação do ICM, na ocasião da comercialização.

Poderíamos levar em consideração, quem sabe, essa anunciada providência, além de uma outra que seria a de determinar à COBAL a compra e armazenamento, nos frigoríficos da Cibraze, de toda a carne suína que pudesse ser estocada, para manutenção do preço atual, que é razoavelmente satisfatório. Se não o melhor não é o aviltado que já tivemos.

Não sei se a imprensa nacional deu destaque para essas providências.

O SE. DENI SCHWARTZ — O único problema é o seguinte: vim da região que represento e lá, os colonos desacreditam do Sr. Ministro, porque ele é considerado o homem mais mal informado do Brasil.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Mas vamos conferir um voto de confiança, porque ele anunciou essas providências, além de uma outra e que se refere à comercialização do milho. Disse S. Exa., que o Governo estaria disposto a adquirir toda a produção de milho ao preço mínimo estabelecido, além de fixar uma ajuda.

Gostaria que, na discussão do problema, se desse destaque a esse ponto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, não sei se caberia fazer aqui uma observação, mas, gostaria de dizer que o confisco do soja seja, ao menos, limitado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Gostaria de comunicar às bancadas dos outros Estados, que a Assembléia Legislativa do Paraná aprovou uma moção de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, e é bom que se diga que a aprovação foi unânime, pelas duas bancadas, fechando questão, protestando contra o que denominamos, aqui, o confisco do soja, mas que a área governamental diz taxa compulsória para incentivo de farelo de soja.

O Paraná já se manifestou contra essa medida.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Acredito que isso interessa aos três Estados.

O SR. WERNER WANDERER — Além desse confisco, o que não achamos justo é essa bi-tributação, porque, sobre o confisco existe o ICM.

O interessante é que, no Rio Grande do Sul, houve, há poucos dias atrás, uma reunião com todos os Secretários de Agricultura, e, na ocasião, o único Estado do Brasil que protestou contra essa medida foi o Paraná. Os demais Estados aprovaram que fosse cobrado o ICM sobre o confisco de soja. O que não é justo de forma nenhuma.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Não é inconstitucional, mas não recebeu o apoio dos demais Estados e, portanto, quando não se aceita, não se aplica. Parece que esta é a filosofia.

O SR. CELSO TESTA — Sr. Presidente, se me permite, eu gostaria de fazer uma proposição: a de fazermos duas agendas porque o objetivo de nossa saída do Rio Grande do Sul é com fim específico, transporte rodoviário e ferroviário. Então, aproveitando já que não se reúne a Comissão Parlamentar Interestadual do Rio Grande do Sul, então na segunda agenda se colocariam os Deputados já preocupados com este problema também, e uma segunda agenda aproveitando a oportunidade do encontro dos três Estados, para evitar que tenhamos que sofrer algumas críticas.

A nossa imprensa lá não é muito calma neste sentido e nós poderíamos ser cobrados do que poderia surgir, apesar de que tudo que está sendo debatido é de grande utilidade e necessidade, mas, mesmo assim, nós corremos algum risco.

Gostaria então, se os demais colegas assentissem, faríamos duas agendas: uma para o fim específico que é a nossa vinda, e a outra, aproveitando a oportunidade, se acharem bom.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) São 12:30 minutos e, como tal, quero anunciar primeiro que, numa sala de recepção será servido um aperitivo. E convidaria os Srs. Deputados para almoçarem conosco. E um convite para jantarmos hoje, às 20:00 horas, no Restaurante Madalosso, para que ninguém assuma outro compromisso. E também anunciar que o Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, solicita que façamos uma visita e tenhamos com ele um encontro amanhã, às 11:30, para um bate-papo despretencioso, e que ele faz questão de convidá-los, para que se estabeleça um diálogo para reafirmar a harmonia entre os dois Poderes.

Está encerrada a reunião e voltaremos a nos reunir às 14:30 horas.

O SR. IVO THOMAZONI — (Presidente) Declaro reaberta a sessão da Comissão Interparlamentar do Extremo-Sul e por sugestão dos Presidentes da Comissão de Viação e Obras do Extremo-Sul e da Comissão de Assuntos Externos de Santa Catarina, faríamos com que este período de trabalhos fosse o mais objetivo possível, passando-se então à discussão das prioridades levantadas pelas bancadas.

Solicitaria ao Sr. Deputado Relator, que colocasse na ordem de apresentação, em discussão, as prioridades sugeridas.

O SR. RELATOR — Por sugestão, foi feita a seguinte: que não poderíamos desdobrar em duas agendas.

O SR. IVO THOMAZONI — Houve uma proposta, de início,

proposta, aprovada pelo eminente Deputado Celso Testa, de que se objetivasse primeiro a aprovação da agenda, cuja finalidade específica foi esta reunião convocada, ou a análise das prioridades setor Transporte Ferroviário e Rodoviário. E, numa segunda etapa então, como um apêndice da reunião, os assuntos que poderiam interessar à Comissão.

O SR. VINÍCIUS TORTATO — Dividiríamos em três partes: primeiro, o problema do interesse comum dos três Estados, depois Paraná/Santa Catarina, e Rio Grande do Sul/Santa Catarina; quanto à BR 470, por exemplo...

O SR. CELSO TESTA — Negativo. A BR 470 é assunto da Comissão Parlamentar de Santa Catarina. Eu acho, não sei, salvo melhor juízo, eu acho que o que for de interesse dos três Estados deverá ser discutido — o que não for do interesse dos três Estados, excluíríamos da agenda.

O SR. VINÍCIUS TORTATO — Então fica assim: Paraná/Santa Catarina e vice-versa.

O SR. CELSO TESTA — Esta é a Comissão que continua funcionando, em função dos dois Estados. Quando há interesse dos três Estados, as Comissões se reúnem em função dos três Estados, se não, iremos tratar por exemplo de uma ferrovia ou de uma estrada exclusivamente do interesse do Paraná. Estamos aqui, discutindo uma ferrovia praticamente do interesse do Estado do Paraná.

O SR. VINÍCIUS TORTATO — Desculpem-me, mas eu acho o seguinte: esta Comissão passa a funcionar a partir desta data — três Estados. Como é que vamos deixar, por exemplo, o problema BR 470, que é Rio Grande do Sul e Santa Catarina? Então deverá ser um plano de interesse comum dos três Estados em primeiro lugar; em segundo, do interesse dos dois Estados — Rio Grande do Sul/Santa Catarina e Paraná/Santa Catarina.

O SR. CELSO TESTA — A 470, como as outras que nós temos, que está na agenda, na IX é um assunto não superado, mas é um assunto discutido e já está nos Ministérios. Quer dizer, aqui, no meu entendimento, foge a necessidade e falece a necessidade de um reexame.

O SR. ANTONINO FORNARI — O objetivo agora é tratar de assuntos a serem encaminhados.

O SR. CELSO TESTA — Que são essas ferrovias.

O SR. ANTONINO FORNARI — Se já houve matéria que foi apresentada ao Ministério, ao Governo Federal, não há dúvida. Mas nada impediria que nesta reunião à qual se conta também com a presença da representação do Estado do Paraná, se reforçasse aquele pedido, se assim o Paraná entender conveniente.

A EF 480 já foi incluída, considerada reivindicação de prioridade I, na Comissão, na reunião da Comissão Interparlamentar, realizada no dia 20 de abril, em Porto Alegre, entre os dois Estados — Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Mas, nada impediria que, novamente, nesta reunião, já colhendo também o voto do Paraná, se assim entender, se reforce mais uma vez, caracterizando esta aprovação...

O SR. CELSO TESTA — Mas isto é necessário, porque agora se integra o outro Estado que tem interesse direto na Ferrovia.

O SR. ANTONINO FORNARI — E que aqui, como um dos pontos importantes apresentados pelo Estado do Paraná, aquela ligação ferroviária Guarapuava - Foz, com aquela obra mencionada pelo nobre Presidente, que seria conforme nós havíamos denominado, uma transversal, e que esta reivindicação fosse, se assim entenderem, incluída no mesmo item, digamos, decidiu ratificar a decisão da IX Reunião realizada no Rio Grande do Sul no dia tal, no sentido de considerar como reivindicação PRIORITÁRIA UM, o estudo da viabilidade econômica da EF 486 e recomendar estudos do projeto e da viabilidade econômica de uma ferrovia no sentido transversal, no sentido, no trajeto, ou Transestadual, no trajeto Guarapuava — Laranjeiras, porque me parece, então, que uma reivindicação completaria a

outra, ou uma se completaria com outra.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu penso que a comissão deveria, na designação PRIORITÁRIA, ou de PRIORIDADE, se estabelecer: — Prioridade - ferrovia, em primeiro lugar; e, depois, rodovias, tendo em vista inclusive, o alto problema do custo do petróleo e a extinção desta fonte de energia que esta, segundo os técnicos, entre 20 e 25 anos se extingue. E vamos falar em ferrovia, prioritariamente e, naturalmente, depois das prioridades rodoviárias, nas BRs.

O SR. PRESIDENTE — O que a Presidência tinha entendido das discussões que se feriram neste particular, na reunião da manhã, é que nada impediria que a bancada do Paraná emprestasse apoio total às reivindicações das demais delegações no tocante a sensibilizar o Governo Central na elaboração dos estudos da viabilidade do projeto, de viabilidade econômica no projeto da viabilidade econômica; da EF sem perder de vista a EF 277, que consta do II PND, e que tem já o projeto final de engenharia já concluído, e que é uma das nossas prioridades.

Eu queria acreditar que seria uma fórmula mais racional de considerar PRIORIDADE UM para estas duas.

Depois, quanto à possibilidade de sugerir, ou apresentar sugestões, quem sabe, como reivindicação até, o ramal de Laranjeiras do Sul, atingindo Cascavel que seria o mais econômico, seria como sugestão porque nós não podemos perder de vista uma coisa — este trabalho é um trabalho do GEITSOP, altamente considerado, aprovado, incluído no I PND, mantido no segundo e o que é importante, com prioridade dada pela PRODOPAR que destina verbas extra-orçamento para desenvolvimento de uma região, em cujo elenco de obras consta a EF 277, como principal dela. Então, se podemos manter prioridade, já dada por Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para a EF 486, aduzindo a que conste do II PND com projeto final de engenharia concluído com prioridade do PRODOPAR, nós estamos mantendo, digo, matando um problema e, como sugestão, apêndice até, reivindicação, fazemos a sugestão então, da ligação...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente...

O SR. DENI SCHWARTZ — Não podemos incorrer num erro que prejudicaria Santa Catarina.

Como está posta a questão - permitam-me os companheiros de Santa Catarina — poderia parecer que se quer uma ferrovia de Ijuí a Laranjeiras do Sul e isto seria altamente prejudicial a Santa Catarina, que está reivindicando um acesso ferroviário para o Porto de São Francisco.

Então, quer me parecer que a sugestão está mais ou menos colocada como V. Exa. falou. Como prioritária, em termos dos três Estados, a rodovia do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ijuí, Pato Branco e Porto União. Mas, dentro desta sugestão, já há uma outra sugestão para que se estude a ligação Pato Branco-Cascavel.

Dentro do Plano Ferroviário Nacional, e em termos de Mato Grosso, existe uma ligação de Corumbá, Miranda, Maracaju, Dourados, Guaíra, Cascavel. Já é um traçado em estudos. Como em estudos deveria ter uma ligação Pato Branco-Cascavel. Se vai por Laranjeiras ou não, é outro problema.

UM SR. DEPUTADO — E esta que vem de Guarapuava.

O SR. DENI SCHWARTZ — Seria uma recomendação dos três Estados.

UM SR. DEPUTADO — Já existe o projeto implantado. Passando por Guarapuava, Cascavel, por que não passa em Laranjeiras?

O SR. DENI SCHWARTZ — Vou falar como engenheiro.

De Pato Branco a Laranjeiras os Senhores iriam pelo vale do Rio Chopim, cortando todos os rios e seus afluentes. E se for a Cascavel, vai por um espigão. Não passa na minha cidade.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Deputado Antonino Fornari, acho que objetivamente seria esta reivindicação da 486, totalmente pela extensão que consta e mais a 277, pela extensão que consta.

O SR. ANTONINO FORNARI — Exatamente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E outra opção, para se servir do Porto de São Francisco, seria uma segunda prioridade.

O SR. ANTONINO FORNARI — Para aprovar a primeira, que foi aprovada na 9ª Reunião que se realizou em Porto Alegre, a 486, que é no sentido longitudinal, não desprezamos a idéia da construção de uma ferrovia no sentido transversal, que é a 277. Não sei se existe estudo completo a respeito deste aspecto.

A opção seria esta.

O SR. PRESIDENTE — Temos projeto de engenharia.

O SR. ANTONINO FORNARI — Então seria ratificar a decisão da 9a. Reunião realizada em Porto Alegre, no sentido de considerar reivindicação prioritária.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E nem poderia ser do contrário. Ratificaremos aquilo que se decidiu.

O SR. ANTONINO FORNARI — E recomendar a construção da ferrovia no sentido transversal, de no. EF 277, no trajeto de tal e tal...

O SR. CELSO TESTA — A EF-277 vai de Foz do Iguaçu-Cascavel-Guaraniá-Guarapuava-Itati-Engenheiro Bley-Ponta Grossa-Curitiba-Paranaguá. Essa é a EF-277.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Alguns trechos já estão concluídos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Partindo do mar vai até Guarapuava, e depois de Guarapuava até Foz do Iguaçu. Como sugestão, para que o pessoal domine bem, essa BR 277 coincide com a EF 277, vai de Paranaguá a Foz do Iguaçu. Já está pronta. É o chamado "corredor de exportação". Está pronta até Guarapuava, faltando a parte de Guarapuava-Cascavel-Foz do Iguaçu, no que se refere à ferrovia. A rodovia já está toda pronta.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para os Senhores terem uma idéia, em números redondos, no primeiro subtrecho, Guarapuava-Cascavel temos 264 km e o segundo subtrecho, Cascavel-Foz do Iguaçu, 128 km, totalizando 392 km.

Essa ferrovia mereceu também prioridade do Ministério dos Transportes e do PRODOPAR e serão aduzidos recursos extraordinários para esse programa de desenvolvimento do Oeste do Paraná.

Então, seria, realmente, uma das obras que, se desprezásssemos a insistência que temos feito para que pudéssemos obter o apoio das demais bancadas para esta ferrovia, porque ela já foi objeto de exaustivos estudos e cuja implantação está dependendo apenas de licitação.

Poderia passar às mãos dos Senhores Deputados, se for o caso, uma publicação feita pela SUDESUL que é o Inventário de Transportes, Energia Elétrica, Comunicações, da Região Sul, onde constam as convenções, inclusive a EF-486, que está bem delineada dentro do mapa, bem como a EF-277.

O SR. RELATOR — Temos o projeto da EF-277, e a sua quilometragem, o que está feito?

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) O que falta são só esses dois segmentos, Guarapuava/Cascavel, 264, e Cascavel/Foz do Iguaçu, 128; total, 392.

Muito embora, desta EF nós estamos com um trecho, dela, em construção adiantada, que é Engenheiro Bley/Pinhais, assim em fase adiantada, embora tivéssemos um traçado em operação, Curitiba/Paranaguá.

Nós estamos construindo agora, uma nova linha neste percurso no litoral, já implantado, e na serra com alguns trechos já concluídos e agora paralizados com esta contenção de despesas no Ministério dos Transportes. Seria praticamente, a substituição de uma bitola estreita da antiga ligação Curitiba/Paranaguá, para uma bitola mais larga e com condições de suportar uma carga maior, e, outras, que estão em andamento.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, acho que estamos "chovendo no molhado", porque o Rio Grande do Sul, como Santa Catarina, já definiriam que vão apoiar, e que

a bancada do Paraná aqui, vai apoiar esta EF 486, tenho certeza.

Isto é pacífico. Então, vamos colocar em votação, porque eu acho que a importância já foi decidida, demais. Vamos decidir. Depois, as bancadas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ambas irão nos ajudar e nos apoiar naquilo que nós pedirmos.

Acho que devemos definir.

O SR. RELATOR — Sr. Presidente, então ficou assim: na parte de estradas ferroviárias, nós temos na pauta, para ser votada, a EF 486, temos a EF 116 e temos a EF 277, bem como um sub-trecho que deveria ir de Pato Branco a Cascavel. Seria a continuação, praticamente...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Passando, ou não. Na opção aí.

O SR. RELATOR — Que iria ligar com a 486.

O SR. PRESIDENTE — Poderia se propor uma ligação desta, com a da 277, com a 486.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Ou ligando Laranjeira, ou Cascavel, contanto que se faça este entroncamento. A opção, a ligação, isto é questão até de ordem econômica.

O SR. PRESIDENTE — Para uma questão de ordem nos trabalhos, nós colocaremos em votação, da forma como foi proposta.

O SR. RELATOR — Em primeiro lugar seria votada a 486?

O SR. PRESIDENTE — Os Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. APROVADO.

O SR. RELATOR — Poderia agora se votar a 116?

O SR. PRESIDENTE — Em votação a 116.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A 116, qual é?

O SR. RELATOR — A EF 116 foi focalizada de manhã.

O SR. CELSO TESTA — A que sai de Porto Alegre e passa em Lajes, Santa Catarina, Itaiópolis e vai sair em Engenheiro Bley, tronco-sul para Ponta Grossa. Sai em Ponta Grossa aqui, a Itaiópolis, a 481, e a EF 153; depois continua a 116 a Pinhalzinho (dirigindo-se ao mapa) É este trajeto aqui que os Srs. estão vendo, parte concluída e parte não.

O SR. PRESIDENTE — Ela atravessa a nossa 277 nas proximidades de Engenheiro Bley.

O SR. CELSO TESTA — Ela está implantada, e só falta a conclusão agora: Essa, a reivindicação do Rio Grande do Sul. Nós temos parte que depende de conclusão, inclusive o Dr. Paulo Melro poderia nos dar uma explicação maior.

O SR. PRESIDENTE — Ela tem cruzamento em Engenheiro Bley com a 277. Realmente, é uma estrada de integração. Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, acho que aí caberia uma recomendação um pouquinho mais incisiva, porque o Brasil...

O SR. IVO THOMAZONI — À forma de redação do Memorial, V. Exa. terá acesso total.

O SR. DENI SCHWARTZ — Mas quem for redigir deve ser mais incisivo, porque o Brasil, esta estrada não é de hoje que está pronta, ela não está em operação, por uma política de transporte, a meu ver, errônea e, nós estamos vivendo este mesmo problema dentro do Paraná, onde temos uma estrada de ferro inaugurada há quantos anos e que até hoje não sabemos o resultado, é a estrada de ferro Ponta Grossa/Apucarana.

O SR. IVO THOMAZONI — Exatamente. Estão nos faltando urgenciar os trabalhos de substituição de uma bitola estreita, por outra bitola larga, no trecho Engenheiro Bley/Paranaguá, no litoral concluído e na serra paralisado o trabalho, que, é a Central do Paraná.

O SR. DENI SCHWARTZ — Chamamos a atenção para o seguinte: o Exército Nacional que fez o tronco sul, gastou dinheiro e esta estrada está pronta há mais de 2 anos e, até agora, não está em operação. Talvez, estejamos nos preocupando em que se faça a estrada, esquecendo que em cima desta estrada irão vagões, locomotivas. Quer dizer, não é possível, uma estrada inaugurada há menos de dois anos, a Central do

Paraná, pelo Presidente da República e que até hoje não esteja em operação normal, porque os trens ao passar, tombam, está me informando o Dr. Paulo, aqui passa uma composição pelo tronco sul. Aí está uma recomendação, e uma discussão em torno da operação das ferrovias.

O SR. PRESIDENTE — A ligação Apucarana-Curitiba está em operação normal, total.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A estrada da viagem do eminente Governador Emílio H. Gomes.

O SR. PRESIDENTE — Fez uma viagem de inspeção com a presença de ilustres parlamentares.

O SR. DENI SCHWARTZ — O problema é o seguinte: nós pelo menos, não temos até agora, um parâmetro para medirmos aquilo que todos os países do mundo dizem — que a estrada de ferro é o melhor meio de transporte via terrestre. E nós temos, porque nós temos até pedido e, volta e meia, nos dizem que o tunel caiu, a curva teve que ser modificada.

Vejam bem, faz um ano e pouco. Agora, os senhores vêm do sul e nos dizem que o Tronco Sul também não está funcionando. E se nós ligarmos a isto o fato que o outro tronco que liga o Sul, Erechim a União da Vitória a de Ponta Grossa a União da Vitória também passa uma composição por semana, nós chegamos à conclusão, de União da Vitória a Ponta Grossa, chega a União da Vitória, vem a Mafra, Mafra-Curitiba, ou Mafra-São Francisco. Mas o trecho que encurtaria, que seria por Ponta Grossa, demandando tanto por Itapeva como por Jaguariaíva, aquele trecho, na "estrada da fome", está, perfeitamente, abandonado, passando uma composição por semana.

Chegamos à conclusão que estamos pedindo estradas de ferro e esquecendo também e, nisto, eu acho que deve ser também implantada a estrada, depois de 20 anos que levou o tronco sul, e está passando uma composição por semana, de acordo com informações do Dr. Paulo.

O SR. PRESIDENTE — Ainda bem que não estamos defendendo a tese de tirar trilhos de lá e colocar ali.

Estamos tentando defender a tese que se execute o que consta do II PND e tentando fazer com que desperte a consciência do Governo Central para que reinclua-se a 486.

O SR. DENI SCHWARTZ — Desde que não seja uma Transamazônica, porque o tronco sul está sendo uma Transamazônica.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Se se exige a exequibilidade da obra para complementar uma filosofia de transporte, eu penso que as condições de transporte, da ferrovia já implantada, é problema que foge da nossa alçada. Eu acredito que está implícito, inclusive, se a estrada é necessária, que poderá transportar um determinado número de coisas. Evidentemente, o Governo deve se instrumentar para colocá-la em funcionamento, que é uma atribuição que foge...

O SR. DENI SCHWARTZ — Vou fazer uma pergunta, porque para mim foi uma surpresa, sumamente, desagradável, saber que o tronco sul não está em operação.

Qual a razão de não estar em operação?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Os Deputados podem naturalmente, esclarecer isto.

O SR. GENTIL BELANI — Dou a minha opinião de homem que conhece a região, embora leigo no assunto. É que, basicamente, não tem naquele trecho o que transportar.

Então, pedir implantação de rodovia é muito fácil. Aquela estrada levou 45 anos para ser concluída.

O SR. PRESIDENTE — Quando foi projetada, se considerava necessária.

O SR. GENTIL BELANI — Exato.

Então, tenho a certeza de que o que se pleiteia aqui no Paraná, hoje, economicamente, mesmo contrariando os estudos que o GEITSOP tenha feito, se justifica. Mas, como tudo é difícil, se levar 40 anos para ser concluída, não sei qual será a economia. Não podemos entrar no mérito deste problema, que é uma questão de técnicos.

O SR. DENI SCHWARTZ — Os Senhores é que nos trouxeram este problema.

O SR. GENTIL BELANI — Mas nós queremos que a 116 se conclua.

Produto vai ter. No Paraná e Santa Catarina, não tem problema.

O SR. DENI SCHWARTZ — É lamentável que fiquemos três anos em estágio experimental.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a 116.

O SR. DENI SCHWARTZ — Em que sentido?

O SR. PRESIDENTE — Viabilizar...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — O Presidente da delegação do Rio Grande do Sul levantou a questão de que há trechos que não estão concluídos.

O SR. ANTONIO FORNARI — Viabilizar as condições de trafegabilidade. Apenas agilizar a sua operação.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Pela ordem, Sr. Presidente, pediria que V. Exa. concedesse a palavra a cada um, de cada vez, para que a taquigrafia pudesse tomar notas, sob pena de não ter condições de anotar.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência pede a cada um que for usar da palavra, que se identifique.

Passamos à 277, com apelo à bancada paranaense.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, não me conformo e agora o Superintendente da SUDESUL está me mostrando um aspecto diferente. O Deputado por Santa Catarina, diz que não há produção. Realmente, não sei a produção do Rio Grande. Mas o que se quer, também, não é somente a viabilização. É também a ligação de Pelotas a General Lúcio, num trecho bastante grande desta estrada.

E vejamos como muda bastante a figura. Muda a questão de produção que passará pela estrada.

UM SR. DEPUTADO — Esta estrada é incompleta.

O SR. PRESIDENTE — Então a sugestão para a elaboração do documento seria conclusão, sua implantação e sua agilização ao seu sistema de trafegabilidade.

Passamos para a 277. Em votação. — APROVADA.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A título de ilustração, quero dizer às bancadas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que com a implantação da Usina de Itaipu, a única rodovia que serve à região, para o litoral, a BR 277, está assobrada com transporte pesado, o que deu uma série de obstrução em pontes que não foram previstas para tal transporte nesta região. Em consequência disto, no Rio Tibagi e no Rio dos Patos, as pontes que fazem a ligação desta rodovia, estas pontes ruíram praticamente.

Foi preciso a intervenção do DNER, com controle do tráfego, com controle de peso.

E é um dos grandes males que precisam, inclusive, ser inseridos na argumentação de implantação dessa rodovia.

Levanto essa questão que é de alta relevância, não só econômica, mas social, no transporte dos produtos primários para o Litoral.

É importante esse dado para que se leve em consideração a significação dessa estrada. Além de outras pontes pequenas, em que todas as horas tem acontecido acidentes violentíssimos, enormes, sem contarmos os prejuízos e mortes.

O SR. TRAJANO BASTOS — Todas as pontes da 277, Ponta Grossa-Foz do Iguaçu, além de frágeis são estreitas. O viaduto São João, obra nova, na Serra da Esperança, já ruíu.

O SR. WERNER WANDERER — Nesta reunião deveríamos partir do princípio de que, primeiro discutiríamos as rodovias que viessem atender os três Estados, ou dois deles, para depois entrarmos nas estradas que são de interesse somente do Paraná.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Isso foi a título de ilustração.

O SR. WERNER WANDERER — Acho válido, mas vamos prosseguir, porque senão ficaremos discutindo até altas horas.

ras.

O SR. RELATOR — Sr. Presidente, acho que, primeiramente, vamos terminar a pauta das ferrovias. Se terminou, vamos passar às BRs.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Apenas gostaria de esclarecimento: na IX Reunião de Porto Alegre, os assuntos considerados prioritários foram todos eles do interesse de Santa Catarina e Rio G. do Sul, ou teve alguma reivindicação específica de um só Estado? Porque, tenho um pedido para um trecho Maringá-Campo Mourão, então esse pedido fica prejudicado.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Deputado Relator notificará o que, em termos de bancada se sugeriu como prioridade.

O SR. RELATOR — Nas rodovias, temos a BR - 158 que vai do trecho: divisa Paraná-Santa Catarina até se encontrar com a 282 — Santa Catarina, Irai-RS.

A BR 101, que vai da divisa do Paraná-Santa Catarina até a divisa de São Paulo. A BR 153 que vai de União da Vitória à Imbituva. A BR 173, que vai de Marmeleiro à Barracão. A BR-163, que vai de Guaíra-Terra Roxa do Oeste, em construção. Temos a BR-280 que vai do trecho Pato Branco-São Lourenço do Oeste-Barracão-Siqueira. A primeira seria a BR 158.

O SR. PRESIDENTE — Qual o trecho?

O SR. PRESIDENTE — Vitorino-Maravilha, Maravilha-São Lourenço, Oeste.

O SR. RELATOR — Divisa Paraná-Santa Catarina, até Uraí.

O SR. VINÍCIOS TORTATO — Só para ilustrar, Sr. Presidente, é a mesma rodovia que se interliga com a Estrada da Produção, que vai de Porto Alegre . . .

O SR. RELATOR — E corta a 282 que passa no centro de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE — Começaríamos, então, colocando em votação.

Bem. Inicialmente, eu acho que, em globo, nós votaríamos o apoio da bancada do Paraná ao elenco de reivindicações consubstanciadas na Ata da IX Reunião da Comissão Interparlamentar.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, só quero encaminhar a votação.

É claro que para aprovar, mas, somente para dizer que nós precisamos mais do que nunca, do apoio da bancada dos gaúchos, às nossas reivindicações. Porque o descaso do Governo Federal em relação ao Paraná em termos de rodovias, é algo gritante, lastimável. No ano que o R. G. do Sul, no seu território teve 1500 km e poucos, nós tivemos, no Paraná, 16km. A proporção é mais ou menos esta.

Então, nós vamos apoiar incondicionalmente o Paraná e Santa Catarina, mas, queremos que os gaúchos, especialmente os gaúchos nos dêem também todo o seu apoio, para que possamos diminuir pelo menos esta defasagem horrorosa que nos separa, em termos de rodovias asfaltadas, pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE — Registradas as considerações do eminente Deputado Gabriel Sampaio, em votação a incluída em pauta; em votação o alerta de prioridades constantes da Ata de Porto Alegre; os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. — APROVADO.

Em votação a BR 153, ligação União da Vitória-Imbituva; em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar a votação.

Srs. Deputados, esta estrada é o complemento de uma estrada que estamos fazendo em União da Vitória; se não, não haverá razão, porque de União da Vitória seria apenas para vir a Curitiba, para depois então ir a . . . (Muitos falam ao mesmo tempo).

Para baixo está pronta, então é uma reivindicação para que se prossiga, e, estando em Imbituva então já se pegará novo trecho, que já está pronto, Ibaí-Ventania etc. Então, complementará para São Paulo. Já existem trechos prontos no Paraná,

e seria um acesso da região missioneira, no R. G. do Sul, com S. Paulo, sem passar por Curitiba.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a BR 158, trecho divisa Paraná-Santa Catarina, na BR 282 — Santa Catarina — com ligação para Irai, com a divisa Paraná-Santa Catarina, seguindo Laranjeiras, Campo Mourão, conforme consta do Plano Rodoviário Nacional. A chamada Estrada da Produção, a 158. Em votação. — APROVADA.

BR 163: este é o trecho Guaíra-Terra Roxa do Oeste, que já está em construção, com as obras adiantadas, ligando Medianeira com a divisa Paraná-Santa Catarina, em Dionísio Cerqueira, que segundo nós sabemos, o Governo de Santa Catarina já está licitando a ligação São Miguel do Oeste-Dionísio Cerqueira. Seria, exatamente, aí o ponto de convergência da rota 40ª, que liga Barracão - Porto Lima Glória - Dionísio Cerqueira a Buenos Aires, via Missões e a ligação das Três Fronteiras, Brasil-Argentina, Paraná-Santa Catarina, com a BR 277 à altura de Medianeira.

Só para historiar, esta estrada já foi objeto de inúmeros movimentos que visaram a sua implantação. Foi a estrada de integração do Estado do Paraná, com a demanda das famílias do R. G. do Sul, S. Catarina para Oeste e Sudoeste do Paraná.

Há divergência quanto à alteração deste trecho da ligação. Mas, eu poderia adiantar ao eminente Deputado Fidelcino Tolentino que no programa rodoviário estadual já se está levantando a ligação do trecho asfáltico, em execução do asfaltamento de Realeza — Capitão Leônidas Marques e, de Cap. Leônidas Marques - Cascavel, porque já está com a pavimentação econômica, delineada a pavimentação da BR 277, a Catanduva. Queria só alertar o eminente Deputado, que não há bairrismo nenhum nesta rodovia, porque ela, realmente, estava no I PND, como obra prioritária. Quando se estabeleceram prioridades, se incluíram obras no II PND, depois de constar, exatamente da 163, do trecho Dionísio Cerqueira, Santa Catarina, atingindo a BR 277. Então, isso realmente . . .

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer os companheiros de Santa Catarina e R. G. do Sul, de que esta estrada é muito badalada e gostaria de esclarecer que há por trás desta estrada. Existem interesses econômicos altamente comprometedores e esse grupo tem financiado uma campanha sistemática para que se atravessasse, com esta estrada, o Parque Nacional do Iguaçu. E eu quero, neste momento, pedir, inclusive, aos companheiros do R.G. do Sul e S. Catarina, que não vão nessas águas, porque é um cidadão, principalmente, de nome Bordin, e que financiado por grupos econômicos, um deles de Sto. Antônio do Sudoeste, que tem alto interesse e que vive a dizer que não interessa haver ferias no Brasil. Então, há uma reivindicação para que se corte o Parque. O interesse está na exportação da madeira da região de Santo Antônio do Sudoeste e, se atravessarmos o Parque, chegaremos com menos quilometragem a Foz do Iguaçu. Está o Governo do Estado propondo e, eu como Oposição, sinto-me com toda liberdade para advogar isto, para que não se passe por cima do Parque, porque é proibido e há um convênio internacional, porque do outro lado também é Parque, na Argentina e Paraguai, é um Parque de 3 países.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Só um aparte — inclusive, quando se implantou a aceleração da preservação do Parque Nacional, 415 famílias foram expungidas do Parque Nacional, inclusive suspeitando que a documentação não era legítima de propriedade de terras no Parque, colocaram num projeto do Icuí que mais da metade vai ser inundada pela Usina de Itaipu. É preciso que o R.G. do Sul e S. Catarina se dêem conta deste aspecto de ordem regional.

O SR. DENI SCHWARTZ — Talvez no R.G. do Sul e Santa Catarina as coisas sejam olhadas de outro modo. Mas a verdade é que há um interesse econômico muito grande atrás desta estrada que está tentando impedir que se desvie a estrada

porque daí o percurso será maior. Mas com o fim de algumas exportadoras de madeira que estão financiando uma campanha sistemática contra o Parque Nacional. Eu me permito me abrir e dizer que no momento não somos levados...

O SR. PRESIDENTE — Tão somente para trazer a informação de que atravessando o Parque existe uma estrada de penetração e já o IBDF teria admitido que sem mudar o traçado, sem que a ecologia sofresse, se implantasse o asfaltamento, como uma forma de garantia da não invasão do Parque Nacional. É uma luta já antiga porque não se estaria dividindo o que já está dividido, porque a estrada já existe hoje, com um movimento enorme.

Tanto que podemos informar que o IBDF concordou que se fizessem melhorias no trecho da BR 277 até o... do Rio Iguaçu. E a margem esquerda do Rio Iguaçu não é mais reserva, do lado do território brasileiro.

Em votação a manutenção da BR 163, no programa de rodovias federais. — APROVADO.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Poderia se fazer um apêndice, como forma de opção, para evitar que haja discriminação nesta parte, que esta estrada tenha opção, saindo de Realeza em demanda a Capitão Leônidas Marques, Cascavel, beirando o Parque.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tenha a certeza de que será incluído como membro da Comissão de Redação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, surgiu um problema. Chamaram minha atenção para o item anterior.

A 153, onde se lê Imbituva, se leia Alto do Amparo.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Estrada 280. Não há necessidade de comentários porque já foi comentado no período da manhã.

Em votação. — APROVADO.

Em votação a inclusão da Estrada BR 101, divisa do Paraná-Santa Catarina, alcançando a divisa Paraná-São Paulo, integrando pelo litoral esta maravilhosa estrada que vem do R. G. do Sul, pula o Paraná e atravessa São Paulo.

O SR. CELSO TESTA — Poderiam me informar quantos quilômetros faltam, no Paraná, para a BR 150?

O SR. PRESIDENTE — No Paraná ela desvia o litoral.

O SR. NELSON PEDRINI — É verdade, eu já era Deputado em Santa Catarina e lembro - foi muito comentado - que o Paraná fez uma opção; ao invés de opinar pelo prosseguimento da estrada do Litoral, o Paraná desejou a ligação com Curitiba, através da 468.

Era a explicação que se dava naquela época, há 10 anos, atrás, Joinville-Curitiba, 468.

Essa deve ter sido, historicamente, a razão de a rodovia não ter prosseguido para o Litoral do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Falta o trecho divisa Paraná-Santa Catarina. Falta o trecho Garuva-Antonina-São Paulo.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para esclarecer ao Deputado Nelson Pedrini: o problema é o seguinte: sobre a 101, há uns 10 anos atrás, houve essa opção. Mas, agora, quando se discutiu a duplicação da BR-116, o Paraná foi um dos Estados que apresentou a opinião de, ao invés de ser duplicada, a 116, fosse implantada a 101. O Paraná é totalmente favorável a isso. Inclusive, num trabalho que foi feito pelos técnicos do Paraná, temos como uma das reivindicações coincidentes com os Srs. Deputados do Sul. Porque, na verdade, a 101 vai cortar a região mais subdesenvolvida do Estado.

E para nós é interessante que se construa essa estrada.

O SR. NELSON PEDRINI — Só lembrei essa passagem histórica, porque houve a intenção de se ligar as capitais.

O SR. DENI SCHWARTZ — Há cerca de 20 anos foi implantada a 116. A 101 não foi implantada e agora, recentemente, quando se discutia a duplicação, o Paraná apresentou duas formas: uma seria a recuperação da antiga Estrada do

Cerne — mais para o Interior — e a outra seria a 101, não a duplicação, mas abertura da nova.

O SR. PRESIDENTE — Esgotada a pauta relativa às BRs setor rodovias e ferrovias.

Como havíamos definido que, na reunião da tarde, havíamos de orientar os trabalhos em duas partes. Depois, com a sugestão havida, a sugestão de que acrescentaríamos mais uma parte, que a discussão far-se-ia por etapas. Primeiro, discutia-se o assunto para o qual esta reunião foi convocada, ou seja, especificamente, para debatermos a redação de um memorial dirigido às autoridades federais, dando-se prioridades ao setor de transporte no plano rodoviário e ferroviário. E, numa segunda parte, se discutir assuntos de interesse dos três Estados e que poderiam ser encaminhados aos respectivos órgãos federais, encarecendo, deles, o interesse para o desenvolvimento de outras atividades econômicas, de interesse para o Rio Grande do Sul, e Santa Catarina.

O Paraná daria então por encerrada esta primeira fase, não sem antes solicitar dos Srs. Deputados do R. G. do Sul e Santa Catarina, que indicassem, por favor, membros para a Comissão de Redação para este documento.

Santa Catarina — indica o Deputado Gentil Belani;

Rio Grande do Sul — indica o Deputado Celso Testa;

O Paraná — indica o Deputado Fidelcino Tolentino, como contribuição à simpatia que demonstrou para a Estrada BR 163.

Com a palavra, o Sr. Deputado Nelson Pedrini.

O SR. NELSON PEDRINI — Sr. Presidente, as deliberações que estão sendo tomadas aqui, devem ser encaminhadas a alguém, a autoridades do Governo Federal, talvez uma síntese à própria Presidência da República, aos Governos dos Estados, aos Srs. Governadores Estaduais. E, eu próprio até por uma questão de despertar o interesse dos Deputados Federais, para que também se voltem para os estudos de soluções dos problemas regionais, ou dos Estados que representam. Não que propriamente os critique, as representações federais brasileiras, mas, é comum notar-se — isto foi até motivo de comentários durante o almoço — que os Deputados Federais, por diversas razões ficam ausentes grande parte dos Estados; discutem evidentemente assuntos de interesse da nacionalidade, em relação ao mundo, mas, este trabalho que nós estamos realizando hoje aqui em Curitiba, que está sendo até de certa forma uma invasão de competência parlamentar, porque de certa forma a iniciativa do estudo desses problemas deveria ser inicialmente da representação federal, não vou discutir se ela está omissa, se ela não se interessa, talvez por falta de tempo, porque os problemas nacionais são bem maiores a serem defendidos na Câmara e no Senado. O fato é que devemos mandar também, cópias das nossas decisões, pelo menos para Santa Catarina, aos nossos 16 Deputados Federais, aos nossos 3 Senadores. Não querendo me imiscuir na política representativa do R. G. do Sul e na do Paraná, mas por Santa Catarina posso falar: sugiro que mandemos 16 cópias aos Deputados Federais de Santa Catarina, 9 da ARENA e 7 DO MDB, aos 3 Senadores, 2 da ARENA e 1 do MDB.

O SR. IVO THOMAZONI — Eu posso fazer uma pequena intervenção, abusando da amizade que sempre nos dedicou a ilustre bancada da imprensa na Assembléia Legislativa do Estado, que, não leveasse muito em consideração ou ao pé da letra, porque poderia ter sido levantado aqui, como uma omissão dos nossos representantes da Câmara Federal, mas sim, o registro, o desejo desta comunicação. Porque poderíamos ser mal interpretados aqui, quanto ao desejo de que a nossa representação no Congresso Nacional recebesse cópias do documento que será elaborado das três bancadas, sem que isto significasse, absolutamente, uma censura.

O SR. CELSO TESTA — Eu gostaria de colaborar com o que diz o Presidente.

O que eu gostaria, e vou colocar em votação dos Srs. Parlamentares, que, o nosso "dossier" fosse encaminhado à Comissão dos Transportes da Câmara Federal, além dos Deputados de cada região, e aos que solicitarem. Nestas alturas não existe apenas região, existem três Estados trabalhando, todos os Parlamentares Federais deverão integrar-se neste trabalho, que são responsáveis.

Deverão e nós vamos cobrar e, junto também, depois de passado um determinado tempo, não sei, se no máximo um mês, de encaminhado o trabalho ao Sr. Ministro, em acho que poderiam as 3 Assembléias fazer uma comissão e ir até o Sr. Ministro, em Brasília e, nós costumamos dizer, no Sul, que a gente deve cotucar com vara curta, mesmo que a linguagem morda. Mas eu acho que não podemos deixar passar, apenas fazer reuniões, trabalhar, reivindicar, achar as necessidades que temos e, depois, que morra no arquivo do Ministério ou dos Ministérios. Essas são as duas proposições e tem mais uma.

A proposição que quero fazer e que podemos, principalmente, contar com a SUDESUL, é que ao firmar o Plano Rodoviário dos 3 Estados, que se junte o plano rodoviário e entregue-se à SUDESUL para que se faça um plano global para termos, juntando os 3 planos rodoviários, quem sabe, muitas rodovias que poderiam, com pequenas alterações, poderiam ser economicamente viáveis; e com este plano rodoviário, muitas das obras, nós poderíamos passar para o órgão federal que absorvesse as obras de estrutura aliviando os Estados que o Governo Federal, apenas, só tira dos Estados os recursos e não dá em retorno o que deveria dar. Esta seria a reivindicação nossa e estávamos conversando com o Dr. Paulo que representa, aqui, a nosso convite, a SUDESUL, não só nos honra, mas pela capacidade que tem e pelo técnico que é, realmente. Então, desta forma, nós poderíamos aliviar os Estados do Sul, tão carentes de rodovias e ferrovias.

Aí está a nossa proposição distribuída em 3 ítems que sugiro, colocada a Plenário, para que diga do acerto e faça as correções.

O SR. PRESIDENTE — A sugestão do Deputado Celso Testa em votação. — APROVADA por unanimidade.

Encerramos, então, esta primeira fase dos nossos trabalhos, passando-se à segunda etapa, que visa a apresentação de assuntos gerais.

O SR. NELSON PEDRINI — Pediria a palavra, então, para retornar, Sr. Presidente, o que aflorei na parte da manhã, eu volto a solicitar deste colegiado dos 3 Estados, o apoio para um sentido preito do Estado de Santa Catarina e que se faz necessário tornar realidade. Acho até mesmo para que se faça justiça a tantos anos de preterição que sofreu nosso Estado no pertinente à siderurgia nacional.

Os Senhores sabem que o Paraná possui pouca reserva de carvão. E quase nenhuma reserva de carvão.

O Rio Grande do Sul nas minas de Butiá, Charqueadas e redondezas, também não possui um bom carvão. O carvão brasileiro, embora cheio de impurezas, tem em Santa Catarina o melhor percentual de carvão. E Santa Catarina, há muitos anos, pelo menos, desde o advento da guerra, quando o Sr. Getúlio Vargas para se aliar aos Estados Unidos e à Rússia no combate ao nazi-facismo, uma das exigências para que o Brasil entrasse na Guerra, foi a construção da Usina de Volta Redonda.

O Brasil é um país que produz pouco aço. Parece que a produção nacional não vai além de 500 mil toneladas - ano e nosso consumo chega a sete ou oito milhões de toneladas-ano.

O Brasil possui as maiores reservas de minério de ferro conhecidas no mundo e para transformá-lo em aço tem que importar quase que totalmente o carvão da Alemanha e de outros países e adicionar um pouco do carvão catarinense. Este auxílio do carvão catarinense na siderurgia brasileira,

criou o paradoxo que já adiantei na parte da manhã. O carvão é trazido por ferrovia, a Ferrovia Tereza Cristina, que serve o Sul do Estado, até o Porto de Imbituva, onde é embarcado na região de Laguna, e é levado ao Centro do País e os navios, para não retornarem vazios, fazem um lastro de porão, com água. Não precisa ser técnico para ver que se o minério de ferro está no Centro do País, na região de Minas Gerais, e se o carvão o melhor carvão brasileiro, embora não seja o melhor conhecido, está em Santa Catarina, o prático, o econômico seria que esses navios que levam o carvão retornassem à Santa Catarina carregados de minério. Então, para que isto seja viável, é necessário que o Governo Federal consinta na instalação de uma Usina Siderúrgica em Santa Catarina. E há um órgão próprio que normatiza a política nacional, que é o Conselho de Siderurgia. Ele apenas definiu uma Usina em Santa Catarina, mas ainda não autorizou a sua implantação. Santa Catarina já está com certa estrutura preparada, inclusive a composição do capital para a Usina piloto já está alcançado. Será 1/3 do capital do Estado de Santa Catarina, 1/3 do empresariado nacional e 1/3 para o grupo alemão, grupo "Corf" que vai oferecer o "Know how" para a redução direta do carvão e a formação da respectiva liga para o fabrico do aço.

Neste sentido seria a nossa reivindicação para que, posteriormente, Santa Catarina saia de um outro grande drama social em que vive ocasionado pelos milhões de toneladas de rejeitos piritosos que se localizam nas cidades de Criciúma, Orleans, Lauro Müller e adjacências. O carvão que não sendo coque não pode ser usado em siderurgia e, não tendo outra utilização, é atarrado, e está sendo um dos grandes poluidores da atmosfera e do meio ambiente no Sul catarinense.

Além da indústria siderúrgica, há previsão de aproveitamento deste rejeito piritoso, para transformá-lo em gás, com a consequente construção de um grande gasoduto que virá da região carbonífera do R. G. do Sul, passará por Santa Catarina, Paraná e irá até São Paulo. Será um gasoduto de cerca de 2.500 km. Pode ser hoje uma quimera, um sonho, mas é um projeto para uma perspectiva futura.

Portanto, a exemplo de como procedi na cidade de Porto Alegre, farei um apelo no sentido de que as três Assembléias hoje reunidas, venham a apoiar a pretensão de Santa Catarina, com a instalação de sua Usina Siderúrgica.

O SR. PRESIDENTE (Celso Testa) — A proposição do Deputado Nelson Pedrini, de Santa Catarina, é no sentido de que se passe um telegrama, um telex, ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro de Minas e Energia, ao Sr. Ministro do Planejamento, ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, pedindo a essas autoridades que, a curto prazo, implantem a siderúrgica em Santa Catarina.

Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Além do telegrama, deveríamos, desta reunião imprimir todos os tópicos para distribuição aos Srs. Deputados.

O SR. NELSON PEDRINI — Esse assunto está na ordem do dia. Toda pressão ajudará.

O SR. PRESIDENTE (Celso Testa) — O fato de ser remetido telegrama não impede que fique registrado, na ata, os assuntos que aqui foram tratados.

O SR. NELSON PEDRINI — Sugeriria que também fosse remetido uma cópia do telegrama ao Sr. Governador de Santa Catarina, que é o maior interessado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Testa) — Continua em votação. — APROVADO.

O SR. NELSON PEDRINI — Reconheço que hoje, pela manhã, fui um pouco agressivo na maneira com que versei um dos pontos que tinha sido agendado pelo Deputado Tortato. Não tive interesse em agredir ninguém, nenhum órgão. Talvez seja até estilo de atuação pessoal, pode ter sido o timbre de voz. O fato é que não me considero satisfeito.

Tenho nítida consciência, não me considero satisfeito com o que vem realizando a SUDESUL. Não que tenha culpa seu Superintendente, os seus técnicos, e aqui está um deles, Dr. Meneguine, não por essa razão. Acho que a SUDESUL está sendo passada para trás. Mas, a SUDESUL não está sendo devidamente considerada pelo Governo Central como grande agência de desenvolvimento como deveria ser.

O Deputado Deni Schwartz chamou a atenção até sobre o enquadramento da SUDESUL que está mal localizado no elenco ministerial. Ao invés de pertencer ao Ministério do Interior, deveria pertencer à Secretaria Geral de Planejamento, que é um órgão diretamente ligado ao Gabinete do Presidente da República.

Então, as minhas considerações, Deputado Deni, não são para agredir ninguém, nem simplesmente criticar pelo fato de criticar. Acho que a SUDESUL deve corresponder a sua existência; sua sobrevivência, tem que ser reformulada, ela tem que ser reformulada. Se ele tem poucas verbas, verbas apenas orçamentárias, como diz o Dr. Meneguine, se as atribuições legais são poucas, que se veja uma forma de ampliá-las. O que não podemos é ter um órgão estático, para simplesmente figurar no cronograma administrativo do Governo Federal.

A SUDESUL, como está, é um pouco melhor do que não tê-la. Mas, tê-la como está, muito pouco contribui, infelizmente, para o desenvolvimento regional.

É nesse sentido, agora mais tranquilamente, e com uma linguagem mais amena, que encaro o problema da SUDESUL. O SR. PRESIDENTE (Celso Testa). — V. Exa. solicita então que sejam retiradas suas palavras de hoje, pela manhã?

O SR. NELSON PEDRINI — Não retiro, não sou de retirar nada.

Tudo que eu disse de manhã, vale agora. É um repeteco em câmera lenta. O que eu disse, não foi agressão a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Celso Testa). — O Deputado Nelson Pedrini então sugere para que a Comissão Interparlamentar encaminhe também um ofício ao Diretor Superintendente da SUDESUL, para que diga das necessidades que tem, para que a Comissão também vá aos órgãos competentes, solicitando mais auxílio, colaborando, desta forma.

O SR. NELSON PEDRINI — O Sr. Presidente complementa melhor.

Temos que saber onde que dói o calo da SUDESUL, para que possamos ajudá-la.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Um reexame das finalidades.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, a minha sugestão é um pouco diferente, é mais radical.

Proponho que seja feito um estudo da finalidade do exato enquadramento, porque, em sã consciência, não consigo enquadrar a SUDESUL dentro do organograma brasileiro. Se fosse, digamos, para desenvolver uma determinada região e desenvolver a região já é, o Dr. Paulo Merlo sabe disso, então nós teríamos incentivo. Não é o caso. Então, como superintendência eu não vejo razão de ser, o Paraná. E eu sei, existe aí um projeto de erosão, no Paraná — isto é só para colocar o problema — em toda a região Noroeste, onde a SUDESUL trouxe, financiou e pagou técnicos estrangeiros para que aqui viessem. E francamente, com toda honestidade, existem cidades que estão diminuindo. A revista "VEJA" publicou sobre uma cidade que está diminuindo, que hoje está com 800 habitantes, onde está se gastando e onde seria mais barato mudar a cidade, cujo problema os técnicos não vão resolver. E na verdade, é bom que se diga, não estamos tentando resolver o problema dos moradores daquela cidade, estamos tentando resolver um problema muito mais sério, que é o problema de Itaipu que, segundo alguns dados num pronunciamento de um Deputado da ARENA, Deputado Adriano Valente, de Maringá, dentro de 10 anos, feita a barragem de Itaipu, ela estará tomada pela erosão provocada no Paraná. Então, hoje já se está pensando em combater

em combater a erosão no Paraná, em função de Itaipu. É uma série de coisas. E isto não tem sido dito. Então, este trabalho meritório da SUDESUL, está sendo camuflado aqui no Paraná e a verdade é esta.

Nesta mesma sala, aprovamos centenas e centenas de convênios que na verdade não estão de fato levando a nada.

Então a minha proposição, Sr. Presidente, não é ao superintendente da SUDESUL que, naturalmente, por mais idôneo que seja, defendendo o seu trabalho, em seu trabalho ele está fazendo o que acha que deve. A minha proposição é no sentido de que se sugira ao Presidente da República, ao Ministro do Interior e ao Ministro do Planejamento, que se reestude a existência da SUDESUL, porque ela só é válida, no meu entender, se ela estiver para desenvolver uma região, com verbas. Mas como não há incentivo algum para esta região, talvez nem seja o caso, mesmo, de se incentivar; afinal, estamos numa região das mais ricas do País. Qual o incentivo que a SUDESUL pode dar a um industrial ou a um empresário que queira se estabelecer aqui? Como é o caso da SUDENE e da SUDAN — eu até gostaria de saber, qual o orçamento da SUDESUL? (Dirigindo-se ao Sr. Paulo Meneguine.)

O SR. PAULO MENEGUINE — Eu não sei, mas posso dizer que o orçamento não é comparável com a SUDAN e SUDENE. É pequeno. Mas complementando: a SUDESUL está fazendo um trabalho que eu acho altamente meritório, na Região Sul, na Lagoa Mirim. É um dos projetos da SUDESUL. É a barragem de São Gonçalo.

O SR. NELSON PEDRINI — Mas não está executando a obra.

O SR. PAULO MENEGUINE — Não, é porque ela não é órgão executivo. O órgão executivo do Ministério do Interior é o DNOS.

O SR. NELSON PEDRINI — A desalinização da Lagoa Mirim é um sonho, não se conseguirá nunca em termos de Brasil, aquela quantidade de água.

UM SR. DEPUTADO — A barragem está pronta e os recursos já, praticamente, foram objetivados; com aquela barragem vai a intromissão do mar, não vai mais entrar na Lagoa Mirim e, em consequência, as lavouras de arroz estarão protegidas.

O SR. DENI SCHWARTZ — Deputado Pedrini, o esclarecimento é válido e está até atestado o que estamos afirmando; o projeto de recuperação e aproveitamento da Lagoa Mirim, data de 1961, 1962, quando éramos, então, representante do nosso Estado.

Os Senhores vejam bem, que me parece, data vênica, é um resultado muito pequeno para uma estrutura toda. O orçamento da SUDESUL é na ordem de oitenta milhões de cruzeiros. De qualquer forma, é uma estrutura...

O SR. CELSO TESTA — Tomando a liberdade, Sr. Presidente, que havia iniciado o debate sobre a SUDESUL, eu perguntaria aos Srs. Deputados, que a gente encontrasse uma forma bastante sintética para poder definir o que pensamos, o que vamos dizer à SUDESUL.

O SR. DENI SCHWARTZ — A minha proposta é no sentido de que alertemos as autoridades federais, Ministério do Interior e Secretaria de Planejamento da Presidência da República, da necessidade, não só da revisão como da finalidade da SUDESUL. Eu não vejo bem, assim, porque me oponho a órgãos, meramente, repassadores de dinheiro, neste sentido, porque existe um Estado para isto. Quer repassar dinheiro, tem o Estado.

O SR. NELSON PEDRINI — Por que o BRDE não é banco da SUDESUL?

O SR. DENI SCHWARTZ — A minha intenção é que se estude, realmente, se há necessidade. Talvez, a desalinização da Mirim, competisse mais ao DNOS; é um dos órgãos, que por sinal, o Diretor Presidente da ELETROSUL era nosso companheiro, que se discutia, a Lagoa Mirim, era no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, depois foi Prefeito, Dr. Tompson, era o repre-

sentante do DNOS dentro da SUDESUL e hoje está aí, é órgão executor. Então, vejam bem, tem a SUDESUL, DNOS, provavelmente, Estado do Rio Grande do Sul, esta mistura de siglas, talvez, não haja necessidade da SUDESUL. Que se verifique se há ou não há necessidade. Esta é a minha proposição.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Se ela tem razão de ser?

O SR. NELSON PEDRINI — Rejuvenescê-la.

O SR. CELSO TESTA — Quem sabe os Srs. Deputados...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — É mais útil, para que esta Comissão faça um estudo junto à SUDESUL, para que se integre melhor dos problemas, para saber o que sugerir, porque perguntar ao órgão ao qual ela é filiada se tem razão de ser, acho que é perguntar o óbvio.

O SR. CELSO TESTA — Quem sabe, teremos mais uma reunião da Comissão Interparlamentar dos 3 Estados. Quem sabe, convocaríamos do Dr. Merlo que viesse fazer uma explanação, dizendo de todas as funções a ela atinentes, à SUDESUL.

Então, partiríamos para uma ação mais objetiva e mais efetiva. Os Senhores concordam com esta proposição?

O SR. PRESIDENTE — Eu desejava, em socorro ao Sr. Deputado Celso Testa, queria dizer que poderíamos sugerir a adaptação da SUDESUL às necessidades atuais e atuação junto à confecção de projetos econômicos.

Como isto é perigoso sugerir, sou da opinião do Deputado Celso Testa, de que numa próxima reunião, o Dr. Merlo comparecendo, nos fizesse conhecer, através de uma ampla exposição, qual tem sido a atuação da SUDESUL. Quem sabe a SUDESUL preste serviços que passem despercebidos.

Talvez, se não os conhecemos, seja falta de interesse de nossa parte.

O SR. NELSON PEDRINI — Deputado Ivo Thomazoni, eu concordo, mas já tenho uma antevisão do que é a SUDESUL, como o Deputado Deni Schwartz tem. Vou aguardar a vinda de meu conterrâneo Paulo Merlo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — É que sobre a Mesa estou me valendo de dados fornecidos pela SUDESUL.

O SR. NELSON PEDRINI — Confecção de mapas.

O SR. PRESIDENTE — Não. Quando compilou, com comentários, dados estatísticos.

O SR. NELSON PEDRINI — É mais um órgão de planejamento. E isto nós sabemos. É o que o Deni diz. Tem que fazer uma agência de desenvolvimento.

O SR. CELSO TESTA — Neste plano que lançamos e que os Senhores aprovaram e que comentei sobre um estudo dos três planos rodoviários dos três Estados, a SUDESUL faria então um reestudo juntando os três para absorção em parte, do Governo Federal. Nenhum Estado, individualmente, poderia fazer isto.

O SR. NELSON PEDRINI — Mas vamos voltar à pergunta inicial. O Ministério dos Transportes ouviu a SUDESUL? A SUDESUL se fez ouvir ou tentou ser ouvida?

O SR. CELSO TESTA — Eu teria que partir para uma resposta que não gostaria de dar.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, temos que ser objetivos. Hoje já se falou nesta Casa, de duas repartições que estão envelhecendo. O GEITSOP realmente fez seus planos e quem cumpriu o que ele determinou?

O SR. NELSON PEDRINI — Deu o que tinha que dar.

O SR. PRESIDENTE — Alguma coisa se aproveitou.

O SR. DENI SCHWARTZ — Alguma coisa, sim. Mas, no caso do Paraná, não se cumpriu, e minha região é típica. Quando se fez Três Pinheiros e Pato Branco, se fez muito mais pelos interesses de um grupo de deputados que pretendia tirar os pinheiros dos índios, que esta estrada passa numa reserva de pinheiros dos índios, e dou nome aos bois, o Sr. Aníbal Curi, do que pelo interesse que o GEITSOP tinha: aplicado na estrada que seria de União da Vitória, Clevelândia, Pato Branco. Hoje o Estado reconhece e está fazendo por conta e risco. Acho que

temos que ser mais objetivos.

GEITSOP envelhecido. BRDE, está nas manchetes dos jornais, que virá aí uma ação do Rio Grande do Sul contra o BRDE. Acho que até os gaúchos estão certos.

Precisamos, e vamos discutir agora, outro órgão envelhecido. Por que não a SUDESUL?

Então, quando tratamos de um órgão mais ou menos particular, e o GEITSOP era quase uma empresa particular; quando tratamos do BRDE, que é mais ou menos particular, talvez até concordemos em extingui-los. Quando chegamos a uma repartição pública, que é dinheiro mais suado, ficamos tergiversando.

O SR. NELSON PEDRINI — Ao invés de propor a extinção, é um problema de uma terapêutica de geriatria, de rejuvenescimento do órgão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Não acredito na geriatria e no rejuvenescimento de um órgão que não tem razão de ser.

O SR. ANTONINO FORNARI — Vamos fazer uma reformulação de objetivos. Tendo em vista a crítica que está sendo feita, não podemos de frente, atacar a SUDESUL. Realmente realiza um bom trabalho. É como diz o Presidente: — estamos nos servindo de dados que ela nos ofereceu.

O SR. NELSON PEDRINI — Mas está se fazendo uma apreciação.

O SR. ANTONINO FORNARI — Entendi o ponto de vista do colega Pedrini. O que se quer, realmente, é uma reformulação.

O SR. NELSON PEDRINI — Deputado Antonino Fornari, é por amizade.

Sou amigo do Dr. Paulo Merlo. É catarinense. É catarinense de Blumenau, meu amigo particular. Mas se não tivermos a liberdade de analisar um órgão que não é dele, que não é nosso, que é de todos, então nós que reclamamos, que estamos com nossas funções legislativas limitadas, estamos nos auto-castrando cada vez mais, nos auto-limitando.

O Dr. Celso Testa concorda agora comigo, mas procurou evitar a discussão da SUDESUL hoje de manhã e agora comete esta incoerência.

O SR. CELSO TESTA — Quem, de sã consciência, conhece como realmente funcionava antes e como funciona agora?

O SR. NELSON PEDRINI — Eu conheço, já fui conselheiro lá e sei como funcionava antes e como funciona agora. E vou dizer que o orçamento de mais de 80 milhões de cruzeiros, mais de 50 por cento aplicado em pessoal. O que falta é investimento.

O SR. CELSO TESTA — A SUDESUL está prestando serviços no Rio Grande do Sul.

O SR. NELSON PEDRINI — Tenho um serviço parecido no Departamento de Cartografia do Estado, se eu quiser, ou no Ministério dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Vamos passar a palavra ao Sr. Superintendente da SUDESUL.

O SR. PAULO MENEGUINE — Srs. Deputados, a SUDESUL está fazendo um esforço para conciliar com os pontos de vista apresentados. Entendo as ponderações do Sr. Deputado Pedrini.

O SR. NELSON PEDRINI — Para mim seria mais agradável elogiar o Superintendente que é meu amigo.

O SR. PAULO MENEGUINE — Entendi as ponderações do Deputado Pedrini, acho que ele, realmente, não deseja a extinção do órgão, mas a sua reformulação, uma dinamização para que o órgão atenda as suas finalidades.

Então, fiz um esforço para sugerir a seguinte proposta: uma reformulação dos objetivos e finalidades da SUDESUL, adequando-a com recursos mais substanciais.

O SR. NELSON PEDRINI — Aceito essa proposta.

O SR. PAULO MENEGUINE — Então, por isso, aceitei todas as ponderações, procurando conciliar os pontos de vista,

e fazendo ainda mais, vamos deixar as portas abertas para que o Dr. Nelson vá a uma reunião desse órgão, para ter melhores informações, para que nós então, juntos, procuremos trabalhar para que a SUDESUL cumpra as suas finalidades.

O SR. NELSON PEDRINI — O que a SUDESUL faz não nos satisfaz. Precisamos fazer com que ela seja atuante, ou mais atuante, sou da opinião do Deputado Fornari “não adianta chorar sobre ruínas, não adianta criticar o que foi feito, ou o que deixou de ser feito, temos que olhar para o presente, principalmente para o futuro”.

O SR. CACILDO MALDANER — Sr. Presidente, parece-me que houve uma preocupação das três Comissões dos Estados do Sul, reunidas aqui em Curitiba, que a SUDESUL readquiras as suas finalidades, para que caracterize, aqui para nós, do Sul, as verdadeiras funções que possuem a SUDENE e a SUDAN, que são verdadeiros órgãos catalizadores de recursos para o desenvolvimento de suas respectivas regiões.

Então, parece-me que as três Comissões, hoje aqui reunidas, é para que a SUDESUL readquiras as verdadeiras funções que para isso ela foi criada: um órgão catalizador de recursos, não só no planejamento, mas também para dinamização, já que é um órgão ligado ao Ministério do Interior.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Acho que a classe política perdeu uma oportunidade quando a Comissão de Fronteiras do Sudoeste se transformou em SUDESUL, como simples órgão de planejamento. Naquela oportunidade, teríamos, quem sabe, encontrado eco nas nossas objeções. Poderíamos sugerir, é claro, que se adapte a SUDESUL à realidade...

O SR. NELSON PEDRINI — Mas não foi feito por lei do Congresso Nacional, esta transformação? Ou foi feito um decreto, parece que foi um decreto. Eu aceito a fórmula redigida pelo Deputado Antonino Fornari, e me dou por satisfeito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu discordo, e vou dar o meu voto em separado.

Data venia, parece que pedir um estudo para a reformulação da SUDESUL e dotação da ordem de verbas, é uma espécie de apoio e, eu não me convenci de que haja necessidade da SUDESUL, como ela está, e, a criação de uma nova superintendência com incentivos fiscais para a Região Sul também não me parece correto, porque não estamos numa região sub-desenvolvida. Basta a SUDENE e a SUDAN, que estão a encher os bolsos daqueles magnatas do Sul, que lá vão e pensam em que aplicar, ou não aplicar. Sou, e faço profissão de fé disto, contrário a qualquer tipo de incentivo, porque no momento que se tira do imposto de renda, alguma coisa para se incentivar, nós estamos tirando dinheiro de 60 por cento do pequeno, deste País, que responsável por 60 por cento do imposto de renda, para darmos àqueles capitalistas para ficarem com maior capital.

Então, por ser eu contra incentivos fiscais e por não conseguir enquadrar a SUDESUL como órgão de planejamento, proponho — serei voto vencido — de que, nós nos dirijamos às autoridades competentes no sentido — e a proposta é esta — de que seja feito um estudo das reais finalidades da SUDESUL, e se ela tem realmente finalidade.

O SR. ANTONINO FORNARI — O colega propõe a extinção? Aí é que está o nosso empate.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu proponho que seja extinta a SUDESUL.

O SR. NELSON PEDRINI — Agora ele revelou a real intenção, em outras palavras.

Eu sou contra a extinção porque, mal é melhor do que não ter nada.

O SR. CACILDO MALDANER — O meu voto é para que ela readquiras suas verdadeiras finalidades, de acordo com aquilo pelo qual ela tenha sido criada. Não somente como planejamento mas, para valorizar...

O SR. IVO THOMAZONI — Vamos tomar os votos.

Como vota o Deputado Celso Testa?

O SR. CÉLSO TESTA — Apenas justificando: no meu Estado, a SUDESUL está atendendo. Só falo, só falei e continuo falando que, para nós está funcionando. Não posso dizer a mesma coisa, para os demais Estados. Os Srs. votem de acordo com aquilo que entendam certo e correto. Se concordei em termos com o Deputado Nelson Pedrini, foi porque entendi que para ele não serve, então, concordo com a posição dele; lá para o Estado dele é diferente.

O SR. NELSON PEDRINI — Não é problema de Estado, é problema regional.

Aí é uma posição egoísta. Ela não funciona bem, para os três Estados. Funciona para o Rio Grande do Sul mas não funciona em Santa Catarina. É uma posição egoísta.

O SR. CÉLSO TESTA — Gostaria que ela fosse reformulada, que funcionasse como ao Rio Grande do Sul funciona, para os demais Estados.

O SR. ELTON FENSTERSEIFER — Eu voto a favor do Deputado Antonino Fornari e pedindo que, na próxima reunião comparecesse o Sr. Paulo Merlo para explicar a situação da SUDESUL.

O SR. JOÃO SATTE — Eu estou de acordo com o Deputado Antonio Fornari e que, na próxima reunião o Sr. Paulo Marlo comparecesse.

O SR. PRESIDENTE — Como vota o Sr. Deputado Antônio Menezes Lima?

O SR. ANTÔNIO M. LIMA — Voto com a sugestão do Deputado Antonino Fornari.

O SR. PRESIDENTE — Como vota o Sr. Deputado Antonino Fornari?

O SR. ANTONINO FORNARI — Eu fico com a proposição que apresentei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Como vota o Deputado Fidelcino Tolentino?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Fico com a proposição do Deputado Fornari.

O SR. PRESIDENTE — Como vota o Sr. Deputado...

: — Idem.

O SR. PRESIDENTE — Deputado Gentil?

O SR. GENTIL BELANI — Fico com o Deputado Fornari, porque tenho a impressão que apreendeu o objetivo do levantamento do problema.

O SR. PRESIDENTE — Deputado Vinícios Tortato?

O SR. VINÍCIOS TORTATO — Com o Deputado Fornari.

O SR. PRESIDENTE — Como vota o Sr. Deputado Deni Schwartz?

O SR. DENI SCHWARTZ — Seria redundante.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência vota com a proposição do Deputado Antonino Fornari.

Onze votos contra a proposição do Deputado Deni Schwartz; um voto a favor. Então, APROVADA a proposta do Deputado Fornari.

O SR. NELSON PEDRINI — Ainda, dentro do tema de assuntos gerais, vou repisar o que também aflorei hoje de manhã que é o problema, no meu entendimento, do paralelismo financeiro, banqueiro, representando pelo BADEP, BADESC, BADESUL.

Eu acho que todos os Estados fizeram bem em criar e colocar em funcionamento os seus bancos de desenvolvimento econômico. Eu não vejo retaguarda logística e não vejo ponto de apoio nenhum para o desenvolvimento regional. Falo pelo que conheço na agência de Santa Catarina: — O BRDE, pela nossa agência regional, se preocupou muito com o desenvolvimento da pesca e, infelizmente, entrou numa fria. Sabemos que não por má-fé mas, ou porque mal assessorado, mal orientado, o BRDE colocou muito dinheiro no desenvolvimento da pesca que, lamentavelmente, não teve êxito. E as minhas considerações, não vou chegar a nenhuma proposição, até vou deixar que o Deputado Antonino Fornari e outro, consigam apreender meu

pensamento e redijam uma proposta como fez o Deputado Celso Testa a respeito da siderurgia.

Este problema de desenvolvimento regional já adentra também no setor da SUDEPE, no setor da pesca. Eu acho que se há outros órgãos, também, envelhecidos, Deputado Deni, que precisam ser extintos, reformulados, é a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. Parece que no Rio Grande do Sul também não deu certo a aplicação da SUDEPE, como não deu no Paraná. Em Santa Catarina foi um desastre.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — No Paraná, não existe, não se fez presente.

O SR. NELSON PEDRINI — Em Santa Catarina substituíram, como disse, o pescador artesanal, de rede de arrastão, ou espinhel que pesca com pororoca, e acabaram com o pescador artesanal, desarmaram grandes viveiros de peixes e aproveitaram-se, exatamente, pela facilidade de incentivos da pesca, aproveitaram-se os aventureiros, os homens da cidade que, às vezes, nem bem conheciam o que era mar.

O SR. JOÃO SATTE — Com relação a este incentivo que a SUDEPE dava a essas empresas, pessoas que não conheciam o problema da pesca, quando nos empréstimos, financiamentos, não tinham setor de orientação ao interessado, ou fiscalização da aplicação desses recursos, que foi dito hoje de manhã, aqui, que todos aqueles que receberam financiamentos ou empréstimos foram à falência ou estão à beira da falência. Foi falta de orientação técnica.

O SR. NELSON PEDRINI — Podem estar em falência as indústrias de pesca. Mas eles têm belas residências, bons automóveis, freqüentes viagens à Europa, Estados Unidos...

As indústrias foram ao fundo do mar. Mas eles não perderam nada. E o pior é que ninguém está sendo responsabilizado.

O SR. GENTIL BELANI — Os projetos de viabilidade técnica e econômica eram perfeitos, no papel. Mas entregaram a alguém que não sabia executar estes projetos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A existência do BRDE foi paralela à existência do BADEP e eu confesso, fui um dos Deputados que defendeu a sobrevivência do BRDE, quando o Ministro Delfin Neto cobrava do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que se denunciasse o famoso convênio do BRDE com o Paraná, em troca do que seriam aquinhoados com uma carta patente de seu Banco de Desenvolvimento Estadual.

E defendi, por quê?

Quando algumas faixas de recursos o Banco Central distribuiu, o faz de maneira uniforme a beneficiar os Bancos de Desenvolvimento Econômico. Se já captamos faixas de recursos para reaplicação através do BADEP, não era justo que deixássemos também de captar recursos através de uma faixa do BRDE. Então temos, no Paraná, duas contas de captação de recursos para aplicação no nosso desenvolvimento, quer agrícola, quer dos diferentes projetos de agilização de inúmeros setores.

Então captamos recursos da mesma fonte no BRDE e no BADEP para aplicar numa área de atuação desses Bancos.

O SR. NELSON PEDRINI — Há a divisão destes recursos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pelo contrário, soma recursos.

Se V. Exa. admite só a existência do BADESC de Santa Catarina, V. Exa. haverá de perder a oportunidade de captar na mesma faixa, os mesmos recursos.

Se hoje a existência do BRDE capacita na divisão proporcional em Bancos de Desenvolvimento, determinada importância, esta seria distribuída para "X" Bancos.

Então, quer me parecer que o fundamento principal da ação do Governo, e nossa, dos paranaenses, na manutenção, na sobrevivência do BRDE, teve este objetivo, além de outros.

Mas este não se deve desprezar, porque não deixa de ser faixa de recursos substanciais que vêm para nossa área e aqui são

aplicados. Quanto à forma de aplicação, se os juros, a correção monetária, se a faixa de aplicação é um ônus muito pesado para o tomador, aí é outro problema.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — É neste ponto que tenho minha jurisprudência firmada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Então temos que defender a tese do Deputado Deni Schwartz. A oficialização, ou nacionalização de todos os Bancos.

O SR. DENI SCHWARTZ — Já que V. Exa. se referiu, digo que acredito que no Rio Grande do Sul e Santa Catarina seja a mesma coisa. Todos nós brigamos para levar um Banco do Brasil em todos os municípios. Todo colono, à primeira porta que bate quando precisa de financiamento, é no Banco do Brasil, onde o juro é mais barato. Todo rapaz do Interior, que trabalha em banco, procura fazer concurso no Banco do Brasil, que paga melhor. Todo nós, quando temos algum dinheiro, quando vamos comprar uma ação, vamos procurar comprar a do Banco do Brasil.

Então, aquele que cobra menor juro, que paga melhor seus funcionários, distribui maiores dividendos, é o banco estatal. Para quê locupletarmos essa nova geração capitalista de banqueiros que estão a se locupletar, baseados nessas finanças sem-vergonhas, 145 foram à falência, agora, para que aumentarmos esse número? Quando seus donos vivem, na Guanabara, tranqüilos, às custas do dinheiro que os Srs. e eu, com sacrifício, conseguimos economizar?

O SR. NELSON PEDRINI — Sobre bancos, deixo apenas essas idéias — podem estar erradas — mas deixo para reflexão.

Outro problema que deixei passar, e quero me referir agora, é o problema de um porto em Santa Catarina.

A região de Florianópolis não teve o prazer de ser contemplada com uma área metropolitana. Curitiba foi contemplada, depois Porto Alegre. O Rio Grande do Sul teve o super-porto do Rio Grande; o Paraná tem o seu super-porto de Paranaguá.

Pelo que se sabe, tanto o porto da cidade do Rio Grande, como o de Paranaguá, em determinadas épocas do ano, estão congestionados.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — No Paraná, temos Antonina.

O SR. NELSON PEDRINI — Dizem que a opção melhor será, especialmente para Paranaguá, é São Francisco, a baía de Babitonga, onde os navios — depois de uma pequena dragagem no porto — entrarão sem necessidade de práticos. É uma baía onde não há grandes ventos, um porto praticamente natural.

A institucionalização de um corredor de exportação, com seu terminal em São Francisco, serviria a toda a região Sudoeste do Paraná e à região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Ao que se sabe, a produção de grão, no Rio Grande do Sul, desde o Chuí até a região das Missões, Erechim, terá maior facilidade de acesso ao porto de São Francisco, porque a quilometragem é menor, do que ir até ao porto do Rio Grande.

E de igual maneira, a região do Sudoeste do Paraná. Santa Catarina, com recursos do Governo Federal, recursos próprios do Estado, está baseando o terminal graneleiro na ordem de 100 milhões de cruzeiros. Mas, toda tentativa que se faça é para transformar o porto de São Francisco em terminal de exportação. Talvez venha servir menos a Santa Catarina do que ao Rio Grande do Sul e Paraná. Sem falarmos que os manufaturados, da região de Joinville, Blumenau, ao invés de serem carregados, para exportação, no porto de São Francisco do Sul, são trazidos à Paranaguá. É mais prático trazer à Paranaguá e Santos do que para São Francisco do Sul.

Deixo à consideração dos Srs. Deputados, para futuras decisões, o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Numa futura visita dos ilustres Deputados, ao Paraná, iremos até Paranaguá

ver o que se fez, o que se investiu, com a modernização daquele Porto, as transportadoras automáticas, a capacidade de armazenamento graneleira é extraordinária.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Principalmente, a COTRI-GUAÇU, de minha região.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Assim Vs. Exas. poderão ver tudo o que foi feito naquele porto que é o orgulho do Paraná.

O SR. NELSON PEDRINI — O seu comentário não invalida o meu.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Estão à disposição da Comissão os Srs. Agildes e Laertes, Secretário e Assessor, respectivamente, para atendimento neste sentido.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Gostaria de apresentar uma sugestão a nível de Estado, junto às Assembléias, a fim de se aglutinarem para tratar do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Já foi feita essa moção.

O SR. CELSO TESTA — Agora poderemos subscrever a opinião pessoal de cada um. Não temos autorização; não temos autorização de nosso líder, nem da bancada para falar em nome da Assembléia, neste caso.

Gostaríamos que pudesse nos dar uma cópia do pronunciamento e da moção.

O SR. PRESIDENTE — O requerimento foi bem sucinto. A justificativa foi feita mais de plenário. Não constou propriamente do corpo do requerimento.

O SR. CACILDO MALDANER — Sr. Presidente, diante da sugestão, poderíamos levar, cada um para as suas assembléias. Diante disso, retiro a moção.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Independentemente de qualquer formalidade.

O SR. PRESIDENTE — Solicitaria do nosso assistente que solicitasse do Diretor do Departamento Legislativo, Sr. Francisco Dranka que providenciasse uma cópia de um requerimento do Deputado Nilso Sguarezi, aprovada em plenário na semana passada, contra o confisco do soja. Podia mandar "xerocar" e depois fazer chegar às mãos das duas delegações.

Vou fazer um histórico, com a permissão do Deputado Fidelcino, Deputado Schwartz, à classe política do Paraná, nós da região Oeste e Sudoeste. Temos algumas reservas com a ELETROSUL. A ELETROSUL — não foi — e quem está falando é um homem de governo, da ARENA. Não foi justa ao definir situações de proprietários de áreas de terras ao longo das margens do Rio Iguaçu. Que, quando se fecharam comportas de algumas usinas hidroelétricas, que ali se construíram, alagaram-se enormes extensões de terras. E a indenização, o desalojamento dessas famílias, quase todos pequenos proprietários, criou um problema social violento. E até hoje nós estamos na Justiça Federal, Primeira Vara de Curitiba, discutindo estes problemas, sem que tivéssemos tido até hoje, o Deputado Nilso Sguarezi é testemunha disso, sem que tivéssemos tido a compreensão daquela autoridade.

Temos a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a COPEL, que tem sido mais humana e mais justa, no tratamento com os proprietários. E realmente a ELETROSUL, além de nos ter roubado as concepções dos nossos principais potenciais energéticos; porque o Rio Iguaçu é um dos maiores potenciais energéticos do mundo, além de explorar — que é um rio eminentemente paranaense, e que tem capacidade de produção energética extraordinária, nós planejamos um anel de usinas hidroelétricas, que estaríamos gerando a mesma potência que Itaipu vai gerar, a curto prazo, com menos de um terço do que se está aplicando...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — É um dos pontos de divergência que eu tenho com a Itaipu.

O SR. PRESIDENTE — Além disso, a Itaipu tem sido uma ver-

dadeira madrastra para o Estado do Paraná, esta é a verdade. Talvez não estranhem os Srs. que o Deputado Deni Schwartz e o Deputado Nilso Sguarezi tenham proposto na pauta dos trabalhos alguns assuntos sobre a ELETROSUL.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu propus porque quero o apoio dos Srs. Deputados. Nós que precisamos do apoio dos Srs. E por uma série de coisas que acontecem com a ELETROSUL.

A primeira delas é a arrogância com que se tratam os selvagens aqui do Sul. Os homens chegam aqui, vêm do Rio de Janeiro, os indígenas invadem as propriedades, o presidente, pessoa completamente insuspeita, já falou dos problemas, invadem as propriedades, não indenizam, ficam... nós denunciemos isto na Assembléia.. chegam ao ridículo, para os Srs. terem uma idéia, se depositarem em juízo um milhão, oitocentos e poucos mil cruzeiros e não foi denunciado, partidaricamente, porque o Sr. Presidente foi como respresentante daquela região, atrás do problema, inclusive houve uma melhoria em função dos trabalhos que a Assembléia levantou, e com o Sr. Presidente à testa desta briga...

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Deputado, a respeito da arrogância, saiu um adendo que, inclusive, colocou o Deputado Ivo Thomazoni numa situação difícil. E num pronunciamento que fiz, mostrei exatamente que a ELETROSUL, a sua divergência era o preço. Queriam pagar um preço totalmente irreel em relação à validade das terras.

E então pedi que a ELETROSUL, afinal de contas, desse condições ao menos do pessoal se retirar, porque eram proprietários de um alqueire, meio alqueire, dando condições de aquisição de outras terras.

O Deputado Ivo Thomazoni entrou em contáto com este pessoal e este fixou uma data assegurando que iriam fazer esse pagamento no local. Ora, nós, que somos desta região, comunicamos a estes proprietários. No dia, todo o mundo chegou. Mas os homens da ELETROSUL não apareceram.

Quer dizer, é uma informação oficial, prestada na Assembléia. Então, realmente, ela é arrogante.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente. Ao mesmo tempo em que se depositava em juízo um milhão e oitocentos mil cruzeiros, para a desapropriação, se construía em Osório, onde estavam construindo a Usina, uma hospedaria para receber o Sr. Presidente da República na inauguração que, no dizer de um Major do Exército está custando dois milhões de cruzeiros e que no final, mobiliada, o preço é de quatro milhões de cruzeiros.

Isto é para os Srs. terem uma idéia de como é tratado o problema da arrogância.

Mas, vai mais além. E nós precisamos do acordo dos Srs. O Rio Grande do Sul hoje, está recebendo energia de Salto Osório, vai receber de Salto Santiago, vai receber de Itaipu, Salto do Caxias, que estão iniciando os estudos, Foz de Areia... Foz de Areia é da COPEL.

O SR. CELSO TESTA — Nós temos usinas da ELETROSUL lá no Rio Grande do Sul.

O SR. DENI SCHWARTZ — Então, o nosso problema está sendo, primeiro, que o Paraná está sendo inundado em dois e meio por cento, por São Paulo de um lado, por Itaipu de outro e aqui, no Sul, por estas usinas, que são sete no Rio Iguaçu.

Quando se extrai petróleo da Bahia, o Governo, a PETROBRÁS, já que existe uma lei, eles devolvem ao Estado um "royalty" brasileiro.

O SR. VINÍCIOS TORTATO — O carvão também tem um "royalty".

O SR. DENI SCHWARTZ — E nós não temos isto. Quer dizer... O SR. VINÍCIOS TORTATO — Ele estão amadurecidos.

O SR. DENI SCHWARTZ — Quer dizer, nós estamos estudando, porque esta lei existiu e deixou posteriormente de vigorar, e estamos querendo que a LETROSUL nos pague o "royalty"

pela energia tirada dos nossos rios em função do território inundado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E não é só, o prejuízo que dá a inundação deste solo que poderia ser aproveitado ou por usinas internas, pastagens ou mesmo agricultura, que é o caso de Itaipu que eu tenho questionado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Mas o problema fica mais grave quando nós, gerando toda esta energia, não estamos dispondo da energia. É aí que o negócio complica.

O SR. NELSON PEDRINI — Mas tem termoeletrônica, a SOTELCA, da ELETROSUL.

O SR. DENI SCHWARTZ — Então, no nosso território estão sendo construídas atualmente, Osório que já está pronta, está se construindo Santiago, está se construindo Segredo, Salto Caxias, Capanema. Cinco usinas da ELETROSUL, e mais Itaipu.

Com todas estas usinas em construção, a informação que se deu ao Governo do Paraná, e pelo menos foi esta a justificativa do Governo do Estado quando veio à Assembléia pedir autorização para emprestar dinheiro, é de que o Paraná dentro de 2 ou 3 anos não teria energia porque a ELETROSUL se dá o direito de distribuir esta energia, para onde lhe convier. Então, nós, do Estado do Paraná, que estamos fazendo por nosso risco a Usina de Areia — 2 milhões e 200 kw — a nós esta posição nos parece, somos todos brasileiros, mas afinal de contas a nós parece também que nós temos terras inundadas, não recebemos "royalties", e não recebemos a energia que nós geramos? Depois de feita esta calamidade — os Srs. que são de outros Estados me permitam divagar um pouco — nós temos o problema da ciclagem. Os Srs. devem saber, devem ter lido pelos jornais, o problema da ciclagem do Brasil e Paraguai. Quer dizer: foi o maior absurdo cometido a este País. Porque se tentou vincular o Paraguai ao Brasil, quando na verdade o Paraguai passou a ser grande beneficiário, porque agora está fazendo o jogo do Brasil com a Argentina. E mais a estória dos 50 ciclos, que não está sendo dita nos jornais. Porque 50 ciclos é a ciclagem da Bolívia e da Argentina. Nós iremos fazer Itaipu, e eles vão vender 6 milhões de kw para a Bolívia e para a Argentina, que tem 50 ciclos. O Sr. como engenheiro, sabe que desde o dimensionamento das turbinas, já está a ciclagem. E, nós não poderíamos usar aquela energia, se eles vão vender aos países que não construíram, com o nosso dinheiro. Isto é importante que se diga porque afinal nós somos todos brasileiros. Mas, para sentirmos, existe um engenheiro, o mais gabaritado no setor, Marcondes Ferraz, que está há muito tempo se opondo a Itaipu. É bom que os Srs. saibam que a briga de Itaipu não está sendo feita, toda, às claras.

O SR. PRESIDENTE — Nós temos o território paranaense, hoje, cortado por torres metálicas, que levam alta tensão para Xanxerê, de Xanxerê para Passo Fundo, para alimentar o sistema da ELETROSUL, e o fato é que estas altas tensões passam normalmente em cima da casa de um determinado colono. Isso eu tenho presenciado. Eles não indenizam, nem sequer o colono pode tirar a casa daqui para colocá-la mais do lado. Existem coisas formidáveis! Dá uma indução tão grande, que a dona-de-casa me chama e diz: Deputado, venha ver: ela põe o ferro elétrico no fogão e na hora de desligar é até um perigo. É uma coisa extraordinária. Mas o que mais queimou o paranaense foi que, na inauguração da Usina de Salto Osório, 2/3 ou mais das obras construídas pela COPEL, o Presidente da ELETROSUL, com toda a sua empáfia fez uma saudação aos presentes, e não citou o Paraná, não saudou nenhuma autoridade presente, nem o Presidente da COPEL que estava ao seu lado. Ninguém! Como se nós realmente fôssemos, aqui, índios, e os colonizadores vêm aqui, dão a bugiganga, e dizem até logo.

O SR. DENI SCHWARTZ — O Presidente da Assembléia não foi sequer convidado.

O SR. PRESIDENTE — Não foi citado o Presidente da COPEL, que foi a responsável por mais de 2/3...

Então é por uma série de coisas...

O SR. DENI SCHWARTZ — Então, a nossa proposta quando levantamos o problema da ELETROSUL, é de que a ELETROSUL dê um tratamento condigno no que respeita às desapropriações e ao relacionamento com as concessionárias estaduais. É essa a nossa...

Que dispense...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não só isso mas, que conceda, a título gratuito, inclusive, parte da energia para que o Estado, perdendo...

Bom, aí não dá.

O SR. DENI SCHWARTZ — A proposta é que a ELETROSUL estude, dispense um tratamento mais humano nas suas indenizações, recompense os Estados pelas eventuais perdas de áreas e, terceiro, seja mais justa na indenização, que recompense, que compense os Estados e que mantenha melhor relacionamento com as concessionárias dos 3 Estados.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu gostaria de dar um detalhe nas desapropriações: — Os proprietários nomearam um perito e a ELETROSUL nomeou um perito; e a ELETROSUL não conseguiu no seu quadro, arranjar um engenheiro; o cidadão apareceu como perito se intitulando engenheiro; e o perito dos proprietários desconfiou, foram investigar e o cidadão não é engenheiro, dentro da ELETROSUL.

O SR. RELATOR — Na pauta — SUINOCULTURA; caso do incentivo e três providências que foram citadas pela manhã.

O SR. CACILDO MALDANER — A pauta levantada pelo Deputado Nilso Sguarezi, me parece bastante procedente. Em 1975, na Assembléia, em Santa Catarina, fiz um trabalho a respeito e obtive o apoio de ambas as bancadas, através de uma indicação endereçada ao Governador do Estado.

Infelizmente, a Secretaria da Fazenda do nosso Estado houve por bem não aceitar. Mas quero endossar a proposição do Deputado Nilso e, talvez, ir mais além; ele pediu que o revisamento dos valores das pautas mínimas, fossem estipuladas de 15 em 15 dias; eu iria mais além, pedindo, talvez, a sua extinção, porque acho a existência da pauta sobre suínos ilegal e, não é só sobre suínos isso atinge, também, por exemplo, feijão preto. O feijão preto, por exemplo, até houve conflitos nos últimos dias; quando a SUNAB no Brasil tabela um preço "X" para o feijão preto, e as Secretarias da Fazenda dos Estados taxam uma pauta mínima que não confere com o preço mínimo estipulado pela SUNAB; esses dias houve conflitos: — A SUNAB vinha, não permitia o faturamento do feijão, por exemplo, a quatrocentos, quinhentos cruzeiros a saca, conforme a pauta estipulada pelas Secretarias da Fazenda. Então, há um conflito entre as Secretarias da Fazenda, com a SUNAB, nos valores.

Outro conflito — o contribuinte quando vai fazer sua contabilidade, não fecha, porque adquire o suíno, no caso o feijão, por um preço e vai vendê-lo pelo preço da pauta estipulada que não confere com a realidade.

Há o estouro contábil e também com o Imposto de Renda. É lógico, recolhe-se o ICM sobre uma mercadoria gerada, que é fictícia e paga-se também o Imposto de Renda sobre aquilo que não espelha a realidade. Então é ilegal e desrespeita-se com isto, lei superior.

O SR. NELSON PEDRINI — O Deputado me permite?

O SR. CACILDO MALDANER — A explicação que os Secretários de Fazenda dão é a de que o estabelecimento de uma pauta superior ao preço real vigente nos Estados é para impedir a evasão do porco em pé para São Paulo e outros centros de abate. Para obrigar que o porco em pé seja industrializado no Estado em que é produzido. Os frigoríficos de Santa Catarina são assim. Têm uma capacidade ociosa bem superior à

capacidade ativa de abate.

O SR. CACILDO MALDANER — Em tese, devo discordar.

Parece-me que os frigoríficos, em seus Estados, poderiam acompanhar a concorrência. Em segundo lugar, então valeria isto para o feijão, que também existe a pauta mínima.

E tem mais, Sr. Presidente. Às vezes, acontece que as Secretarias estão desatualizadas em relação ao preço vigente no mercado. Acontece que muitas vezes a pauta está num preço e, na realidade, está muito além.

Acho que é legal se recolher um ICM ou Imposto de Renda sobre um fato gerado que não existe, é fictício e, sem dúvida nenhuma, vem desestimular com isto o produtor.

Os jornais de hoje dizem, por exemplo, que o Ministério da Agricultura já estava com tabela do preço mínimo do suíno, mas que no momento não publicaria o preço mínimo, porque iria desestimular.

Já desestimulou com esta declaração à Imprensa. Então me parece que a extensão da pauta seria valorizar o produtor, não só do suíno, como do feijão.

O SR. GENTIL BELANI — V. Exa. está certo no seu papel, mas, no momento em que V. Exa. discutir o problema com os Secretários da Fazenda, de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, eles vão lhe provar que, em defesa dos Estados, eles estão certos.

O Deputado Mendes Lima já uma ocasião impetrou mandado de segurança, ganhou, esta coisa toda.

Acho bom que se discuta isto, mas não chegaremos a uma conclusão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Deputado, de que região é V. Exa.?

O SR. GENTIL BELANI — De Chapecó, terra dos frigoríficos.

O SR. DENI SCHWARTZ — Com o Deputado Nilso, tivemos a oportunidade de fazer um estudo e as primeiras objeções à carne de porco que apareceram, foram em relação ao colesterol. Aí começamos a investigar e chegamos à conclusão de que quem inventou a estória do colesterol foram as multinacionais dos óleos vegetais. E temos estudos feitos tanto pela Universidade de Viçosa, como pela Universidade do Paraná, dizendo que a estória do colesterol não existe com carne de porco.

O SR. NELSON PEDRINI — É questão de religião.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pode ser questão de religião, porque colesterol não existe.

Então, levantamos esse problema. E a revista "Veja", inclusive também o focalizou, dizendo: "por que o suinocultor não tem força neste País?" Porque são pequenos produtores que não conseguem impor sua vontade. E estão sendo levados quase ao desespero, porque, há uma campanha sistemática contra a carne de porco. A banha que, hoje, poderia estar substituindo o óleo de soja, não o está por causa dessa campanha.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Em contato com gerente de um banco, em Cascavel, sugeri que ele entre em contato direto com os suinocultores, para que aproveitassem uma série de alimentos que poderiam ser carreados para alimentação dos suínos. Para que, cada agricultor, na entre-safra, reestruturasse o sistema de suinocultura da região Oeste do Paraná que já foi a maior produtora e, hoje, praticamente está extinta, essa produção.

Conversei, depois com outros gerentes, que, a princípio, aderiram a essa minha sugestão.

O SR. NILSO SUGAREZI — A minha proposição, acho que é bastante viável, porque a decisão cabe às próprias Secretarias dos Estados. A reivindicação é nossa, não há necessidade de outra autoridade. Quem fixa é a Secretaria do Paraná. E o Estado tem mecanismos para não se deixar ludibriar.

Acho que o preço deve ser fixado quinzenalmente, em vez de mensalmente, porque isso atenderia melhor os produtores.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para sintetizar, a

proposição é no sentido de se reivindicar a pauta que se faça quinzenalmente e não mensalmente.

O SR. CACILDO MALDANER — A pauta de 15 em 15 dias, se aproxima mais da realidade do fato. Mas, mesmo assim sou contra. Sou pela eliminação da pauta.

Todavia, concordo com a tese do nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em discussão. Em votação. — Aprovado. — Está esgotada a pauta.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E o IBDF?

Vamos insistir junto ao IBDF para que restabeleça a lei que foi revogada.

Sr. Presidente, por que não suspendemos a reunião a fim de que o Deputado Nilso Sguarezi elabore a moção ao IBDF?

O SR. PRESIDENTE — A reunião está suspensa por 15 minutos. (É SUSPENSA A SESSÃO).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está reaberta a sessão.

O Sr. Nilso Sguarezi vai propor a moção referente ao Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa proposição tem base exatamente objetivando uma solicitação para que seja revogado o Decreto que alterou, profundamente, a política de reflorestamento. A Lei 5.106, de 66, é que possibilitava as questões jurídicas a aplicarem, antecipadamente, o imposto de renda para ser deduzido do ano base, do ano seguinte. Este incentivo era carrear às firmas reflorestadoras que protocolava os projetos no IBDF, dentro dos distritos florestais e as empresas é que localizavam o local onde seria feito o reflorestamento.

Como no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul existiam maior número de empresas, normalmente estas empresas procuravam localizar estes projetos próximos ao local, ou dentro dos Estados onde eram recolhidos estes incentivos.

O Decreto 1.503, de 23 de dezembro último alterou. Eu tenho a íntegra do Decreto aqui e vou fazer a leitura:

"O Presidente da República, no uso das suas atribuições..." (Procede à leitura do Decreto 1.503).

Então, realmente o Decreto está impossibilitando a aplicação dos incentivos fiscais.

Ora! As empresas reflorestadoras não conseguindo captar esse incentivo fiscal, a única maneira deles trabalharem em reflorestamento é que recebem do FUNDÃO, do FISET. Então o que a gente pode ter mais como base, é através do documentário especializado, de reflorestadores, de proprietários de empresas reflorestadoras, da imprensa especializada que comentou muito, na época, este Decreto.

Vou ler um pequeno trecho para que os Srs. tenham uma idéia do que realmente representou este Decreto, para a Região Sul.

(Lê trecho do Decreto).

Ora! Nós sabemos que, de 600, aproximadamente 450, 470 estão localizados no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Então agora, quem vai ter a prioridade dos projetos de reflorestamento é o FUNDÃO, o FISET. Então o que eu disse, a maioria dos incentivos fiscais são da própria taxa compulsória que o madeireiro tem que pagar ao IBDF, são carreados aos Estados do Sul e a aplicação sistemática do FUNDÃO tem sido feita num outro projeto do Sul.

Então interessa, à Região Sul, a revogação desse Decreto porque as aplicações serão feitas aqui. É o maior volume. Porisso, não vemos uma outra forma de atingir o problema. Talvez a gente, em parte, tenha então uma medida que possibilite a ser aplicado aqui, ou que force o FUNDÃO a criar, para a Região Sul.

O SR. RELATOR — Sugere a revogação total do Decreto 5.106?

Quel é a data do Decreto 1.503?

O SR. NILSO SGUAREZI — 23 de dezembro de 1976.

O conhecimento que eu tenho de fato, dos reflorestadores, na maioria estão mudando o setor. Porque o que aconteceu foi o seguinte:

Que os projetos que estavam em apreciação, que tivessem continuidade. Então, quando deu, do dia 23 até o dia 31, houve uma corrida, aceleraram os projetos e conseguiram protocolar, com uma data atrasada. Sempre houve o "jeitinho brasileiro"; então, conseguiram protocolar alguns projetos.

Mas, então, estão concluindo esses projetos, mas não há novo investimento, não há sequência, muita gente assim, despediu empregados, demanda de muita gente, principalmente, do plantio, então há um desestímulo total mesmo.

A principal, mesmo, é que há evasão do sul, para Minas. O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Aqui, quando se extraía muita madeira, ainda na região Oeste, Sudoeste do Paraná, os recursos desses reflorestamentos, eram aplicados na SUDAN, na SUDENE; se fez um movimento, se mobilizou não só a classe política mas empresarial, também, no sentido de que fosse estabelecido um critério para aplicação na própria região. Se debateu muito até que o Governo sensibilizado, evitou esta Lei 5.106 e, posteriormente, tendo em vista a aplicabilidade desses recursos é que se criou um número grande de empresas que atuaram no setor. Com este desestímulo agora aplicado bruscamente, houve até um problema de desemprego no Paraná e evasão de recursos dos próprios Estados do Sul de maneira geral mas, especificamente da região madeireira que é o Oeste e Sudoeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão a tese do Sr. Deputado Nilso Sguarezi. Em votação. — APROVADA.

Esgotada a pauta, a Presidência consulta os Srs. Deputados integrantes da Comissão de Redação se desejam reunir-se na sala ao lado ou se preferem trabalhar nesta sala e para saber se nós voltaremos a nos reunir amanhã, a que horas, para aprovação do documento e assinatura do mesmo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, antes de se deliberar, eu quero, em nome da Liderança do MDB, propor aos companheiros sulistas do nosso Partido enquanto se oferece esta faculdade de visita ao Governo do Estado, sobretudo pela bancada arenista, que amanhã, às 10,30 horas, já com entendimentos preliminares, o MDB propõe, sugere que se reúna aqui, com o pessoal do MDB para discutir assuntos do interesse de bancadas do Sul; e, em nome da Liderança também agradecer este desempenho magnífico que os Deputados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do Paraná, de modo mais geral, mais amplo, vieram para sobrepondo-se a posições de ordem partidária, debater assuntos de grande relevância para o desenvolvimento integrado dos três Estados.

Nós prestamos uma homenagem, reconhecimento de que só através do diálogo, da integração, dos debates francos, abertos que se pode, realmente, exercer, exercitar o que resta ainda ao Legislativo, hoje.

Agradecemos, portanto, e deixamos esta solicitação de que amanhã, às 10,30 horas estejamos aqui, aqueles Deputados do MDB e aqueles que não estão presentes sejam informados deste desejo e desta satisfação que temos de nos reunir.

O SR. PRESIDENTE — Então, nós anunciaríamos a próxima sessão plenária nossa para as 9 horas, porque depois poder-se discutir alguma coisa sobre o relatório.

Só desejava dizer que o convite do Sr. Governador para visita, era extensivo a todas as bancadas, mas não invalida que no mesmo horário a bancada do MDB se reúna com seu Presidente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quero justificar que nosso líder, Trajano Bastos, por motivos de saúde, não pode ficar na reunião, pedindo que justificasse sua ausência, que foi só por este motivo.

O SR. VINÍCIOS TORTATO — Deputado Presidente, evidente-

mente não concluímos nossos trabalhos, mas entendo que doravante, devamos realizar as agendas de trabalho e digo porque: Porque acontece proposições, no decurso de trabalho como este que realizamos, e muitas vezes "estamos chovendo no molhado" e, se tivermos a cautela de realizarmos agendas para debate de nossa Comissão gaúcha, catarinense e paranaense, teremos tempo, inclusive, de realizarmos debates, trazermos elementos para nos esclarecer, principalmente em assuntos administrativos, porque políticos sabemos debater.

De maneira que acho, e faço uma proposição ao Presidente Ivo Thomazoni e ao Presidente Celso Testa, que antecipadamente se elabore as agendas dos trabalhos.

E agora, caro Deputado Ivo Thomazoni, a reunião chega ao fim e uma despedida para dizer da imensa satisfação da Comissão de Santa Catarina em participar deste Encontro em Curitiba.

Notamos que o alto desejo de todos os Deputados, quer da ARENA, quer do MDB, só tem um objetivo, que é o desenvolvimento real e integrado da região Sul. E tenho a certeza de que, se levamos com carinho, com desprendimento e com vigor mesmo, os assuntos aqui debatidos, não esmoreceremos diante de obstáculos, haverá esta Comissão dos três Estados de ver frutificar as proposições apresentadas.

Receba, caro Deputado Ivo Thomazoni, recebam, Deputados do Paraná, o muito obrigado dos Deputados de Santa Catarina, pela maneira calorosa, amiga e sincera com que nos receberam. Tenho a certeza de que, quando aportarem lá em Florianópolis ou numa das cidades do interior, haverão de encontrar o mesmo calor humano e a mesma amizade.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deputado Celso Testa.

O SR. CELSO TESTA — Meu estimado Presidente da Assembleia e Presidente da Comissão Parlamentar Interestadual.

Estamos satisfeitos. Acho que cumprimos mais uma etapa das finalidades para as quais esta Comissão foi formada e idealizada.

Esperávamos realmente isto do Paraná. Esperávamos realmente o que encontramos aqui. Além do calor humano, além da preocupação dos trabalhos, da colocação das coisas e dos fatos, esperávamos isto mesmo — a seriedade no trabalho. cremos que desta forma poderemos ir muito longe. Muitos poderão nos entender mal.

Mas, tenho a certeza que o Brasil não é de alguns. O Brasil é de todos.

Portanto, se os Poderes Legislativos, dos três Estados, estão preocupados com os problemas regionais e dos Estados, é porque estão sentindo que alguma coisa está faltando.

Por isso, nos integramos, as duas bancadas dos três Estados, com objetivo único de colaborar e deixar alguma coisa feita a nossos filhos, aos que virão amanhã e poderão nos cobrar.

E falando em cobrar, temos que continuar cobrando os benefícios que nossos Estados precisam. Em função disso, Sr. Presidente, não poderia dizer que vou me despedir aqui. Porque, não vamos nos despedir, vamos dizer um "até logo", a Comissão terá que continuar.

Tenho a certeza que levaremos, para o Rio Grande do Sul, todo esse carinho que nos dedicaram, esse tempo todo, e transmitiremos à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, os trabalhos aqui realizados. E junto com os trabalhos realizados, também, a certeza de que as autoridades irão nos ouvir e procurar atender as nossas reivindicações, as reivindicações deste I Encontro dos Três Estados e o X Encontro de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Nossos agradecimentos e o "até logo" a todos os companheiros e colegas do Paraná. Esperamos, muito em breve, acertar a nova reunião, seja ela em Florianópolis ou em Porto Alegre, onde fôr, para que continuemos com o mesmo espírito

de luta, de colocação das coisas e com a mesma seriedade do que foi feito hoje, aqui.

Meu cumprimentos, Sr. Presidente, pelo seu trabalho e o agradecimento pela sua acolhida.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Resta tão somente pedir desculpas aos Srs. Deputados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina por não haver, a bancada do Paraná, antecipado uma agenda a ser debatida neste Encontro.

O Deputado Vinícios Tortato, quando sugeriu essa reunião, o fez de forma até restrita, a de que desejava o apoio do Paraná nas reivindicações feitas e constantes da ata da IX Reunião.

O SR. VINÍCIOS TORTATO — Quero informar a V. Exa. que, em Florianópolis e Porto Alegre, também não fizemos agenda antecipada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Então, para a próxima reunião, que seja escolhido o local e seja designada a data, se troque correspondência sugerindo os temas que serão abordados.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, porque não deixar, já que estamos reunidos, a data e local da próxima reunião, porque aí então teríamos preparado a agenda.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência sugeria que, já que voltaremos a nos reunir, amanhã, às 9 horas, para discussão e aprovação do documento, que, na oportunidade, se discutisse a possibilidade de convencionarmos a pauta da próxima reunião.

Mas, quer me parecer que seria até indispensável a ida de uma Comissão, com representantes de cada Estado, levar esse documento às autoridades federais, em Brasília, ou se fôr o caso, encaminhá-lo, por via postal. E depois, solicitar audiência para cobrarmos as proposições que julgarmos mais necessárias.

Outra sugestão, é no sentido que realizemos esses Encontros, senão desta Comissão Especial Paranaense, que foi instituída com a finalidade desta reunião, mas que a nossa Assembleia Legislativa, a exemplo da de Santa Catarina, também se organize com uma Comissão de Assuntos Externos, ou coloque uma das comissões permanentes para falar em nome do Paraná, nesses Encontros.

Está encerrada a reunião.

Voltaremos amanhã, às 9,00 horas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está reaberta a sessão da reunião da Comissão Interparlamentar do Extremo Sul, realizada em 19 de maio de 1977.

Solicitaria do Sr. Deputado-Relator, que fizesse a leitura da ata dos trabalhos realizados, para posterior discussão e votação.

O SR. DEPUTADO-RELATOR — (Lê a ata).

O SR. CELSO TESTA — Se o Presidente permitisse nós poderíamos estudar e analisar o relatório na primeira parte, deixando para a segunda parte o eventual. Portanto, faríamos um trabalho, desde que o plenário aceite, concorde. A segunda parte é um apêndice, um extra, da reunião. Se concordarem.

O SR. PRESIDENTE — Se o Sr. Relator me permitir, está ausente, na relação dos Deputados da bancada do Paraná, o Sr. Deputado Werner Wanderer, que o substituiu nesta Comissão, o Deputado Fuad Nacli.

Tão somente para que se faça uma correção.

Em discussão a ata. — Com a palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, sobre a ata.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não está fazendo sentido, pelo que percebi, parece que não está bem claro. Aqui embaixo onde diz: — reunidos na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com a finalidade de definirem os pontos comuns e interesses sócio-econômicos das três unidades federativas, relativamente às metas prioritárias a serem alcançadas na área dos transportes, após exaustivos debates concluíram pela ratificação das definições contidas na Ata da IX reunião,

realizada em Santa Catarina pela referida comissão, pelos representantes daquele Estado e do Rio Grande do Sul.

O SR. RELATOR — Foi em Porto Alegre. Houve engano ao rebater.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Parece que não está fazendo sentido a conclusão de pela ratificação e pela formulação de veemente apelo às autoridades competente no sentido de uma efetiva conclusão de ferrovias e rodovias a saber. É em relação a Santa Catarina que me pareceu...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Substitua-se Santa Catarina por Porto Alegre.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Era esta a observação mais a aludida pelo Deputado Ivo Thomazoni, que eu queria ponderar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão.

(Inicia-se uma discussão sobre a redação. E chegam à seguinte conclusão quanto à redação:)

O SR. JOÃO SATTE — (Lê a nova redação).

Veemente apelo às autoridades competentes no sentido de serem feitos os estudos e adotadas medidas para a implantação, execução e conclusão de obras rodoviárias e ferroviárias constantes do II PND, do Plano Nacional de Viação e das acrescidas neste documento.

(DISCUSSÕES PARALELAS).

O SR. PRESIDENTE — Então, substitua-se — acrescidas por incluídas.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu solicitaria que o senhor lesse.

O SR. ANTÔNIO FORNARI — Veemente apelo às autoridades competentes no sentido de serem feitos estudos e adotadas medidas... De serem feitos estudos, elaborados projetos e adotadas medidas para a implantação, execução e conclusão de obras rodoviárias e ferroviárias constantes do II PND, do Plano Nacional de Viação e das incluídas neste documento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Execução e Implantação não é a mesma coisa?

(DISCUSSÕES PARALELAS).

O SR. DENI SCHWARTZ — Parece que uma das reivindicações, que não é nem implantação, nem execução, nem estudos — é o caso da BR-116, que seria a efetiva operação.

(DISCUSSÕES PARALELAS).

O SR. RELATOR — Agilização operacional dos trechos concluídos e prosseguimento...

(DISCUSSÕES PARALELAS).

O SR. ANTONINO FORNARI — No sentido de serem feitos estudos — é amplo; adotadas medidas — amplo também; para implantação e conclusão de obras rodoviárias e ferroviárias constantes do II PND, do Plano Nacional de Viação e das incluídas neste documento, a saber...

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, gostaria de parabenizar os redatores que tiveram a concisão digna de engenheiros. Mas falamos muito na interligação da EF-486 com a EF-277. Discutimos bastante que a razão de ser desta ligação seria viabilizar a interligação do Rio Grande do Sul e Santa Catarina com Mato Grosso, através da estrada já em estudos, que vem de Dourados.

Parece que aí seria interessante dizer alguma coisa. As demais estradas já estão com seus argumentos nos planos. Esta é uma estrada nova para nós.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Relator informará V. Exa.

O SR. RELATOR — Está a inclusão do ramal ligando a EF-486 na região de Pato Branco, Paraná à EF-277.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — O que senti ontem foi que a Comissão desejava, ao encaminhar este documento, fazer um comentário, e isto o encarregado do encaminhamento o fará.

Quisemos que o documento fosse bastante sucinto, sem nada de advocatício para que o tecnocrata que vai realizar tives-

se uma visualização do que se pretende.

Então os comentários da defesa, da sustentação, podem ser feitos oralmente pela Comissão que vai levar. Porque se formos comentar um por um...

O SR. DENI SCHWARTZ — Não. As outras estão comentadas nos planos. Esta é uma que estamos pedindo a inclusão num plano, que seria a possibilidade de interligar, pelo Oeste do País, Mato Grosso com o Extremo Sul.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, o Senhor Presidente da República irá, nos próximos dias, a Cascavel. Não seria oportuno entregarmos esse documento?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Se a Segurança permitir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sei que não terei oportunidade, embora seja a visita à minha região.

O SR. GENTIL BELANI — Sr. Presidente, seria interessante caracterizarmos esta Comissão com uma única sigla.

O SR. CELSO TESTA — Comissão Interestadual do Extremo-Sul.

O SR. GENTIL BELANI — Acho que a Comissão seria mais valorizada se conseguir uma audiência, para entrega do documento.

O SR. WERNER WANDERER — A audiência valoriza mais o trabalho.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Estou levantando a questão. Acho que, na oportunidade da visita do Sr. Presidente à região, a cobertura jornalística será de ampla repercussão.

O SR. WERNER WANDERER — Acho que a entrega do documento dever ser oficial, levada à Brasília. Porque, o Sr. Presidente tem a sua agenda e uma entrega em mãos não seria oficial.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, nós estamos discutindo o último item da estrada de ferro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — É, a redação, que eu até achava que as datilógrafas haviam acertado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Francamente, assim como está, desaparece até na redação, o tópico mais importante.

Como técnico vejo lá, um absurdo notável nesta EF-486, porque qualquer técnico mexendo naquilo ali, ele vai ligar Chapecó diretamente à Porto União.

Eu acho que tem que se incluir alguma coisa a mais para justificar esta quebra até Pato Branco. Porque esse negócio de se dizer que só a produção do Sudoeste vai trazer uma ferrovia, isso eu não concordo. Mesmo porque, já existe estudo, de um ramal ligando Guarapuava a Pato Branco. Porque existe dentro da bancada do Paraná, um Professor de Deus, que tem procurado levar tudo para Ponta Grossa, e o nosso Porto, o Porto de Paranaguá está lá, atulhado.

Então eu acho que nós devemos ir mais além na justificativa desse cotovelo. Se não o Paraná vai ficar com um problema de estado ainda maior.

O SR. PRESIDENTE — Essas estradas, Deputado, elas já constam do Plano Nacional.

O SR. DENI SCHWARTZ — Apesar de constar do Plano, V. Exa. poderá ver lá, que toda região missioneira terá de fazer cerca de 150 quilômetros a mais para retirar seus produtos por São Francisco.

Não custará nada alguém dizer, o negócio é ligar de Chapecó até atual estrada de ferro que faz o sul e liquida o problema. Mesmo porque os paranaenses têm interesse em não sair esta estrada. Porque existe um trabalho feito pelo Exército na pessoa do Coronel Basílio Marques para ligar Guarapuava a Pato Branco. — (Pausa).

O SR. MUGGIATI FILHO — (Reiniciando as discussões). Sr.

Presidente, pediria a palavra porque estou notando, me permita a franqueza, que o Norte do Paraná está meio esquecido nesta reunião. E nós devemos ter em mente o seguinte: Que a concorrência que São Paulo faz para o Paraná, através das rodo-

vias. — Eu infelizmente não pude vir ontem, por motivos de força maior e comuniquei inclusive ao líder da minha bancada. Eu estava saindo de casa para vir à reunião e por motivo de força maior não pude vir à reunião.

Mas, o Paraná sofre uma concorrência brutal, porque São Paulo tem uma rodovia de 4 faixas; elas fornecem macarrão até Cuiabá, para não falar em outros artigos, até de menos importância: alimentos. E o Paraná tem que transpor; tem a grande barreira do Rio. Nós temos que nos utilizar das rodovias de São Paulo. Agora, inclusive, com a ajuda do ilustre assessor que está ao meu lado. Não há dúvida que ela, alegação colocando o Sul em condições no tráfego rodoviário com Mato Grosso, interessa ao Estado do Paraná e interessa a todos nós. Mas também o Paraná não pode esquecer que o seu potencial econômico, continua no Norte do Paraná. E esta ligação Cianorte a Guaíra, EF-369, é de vital importância também. Nós se estivéssemos aqui ontem, teríamos pleiteado também a Rodovia em caráter prioritário, Jandaia do Sul - Campo Mourão-Cascavel. Porque conhecemos de perto o tumulto que constitui aquele tráfego em época de safra.

Está no segundo PND.

Só estou concluindo. Eu pleitearia tão somente um item em favor desta Rodovia EF-369 que seria Cianorte-Guaíra. Porque parece que nós teríamos uma ferrovia ao Extremo-Sul e o Norte do Paraná não teria uma ligação ferroviária.

O SR. CELSO TESTA — Nobre Deputado. Apenas como idealizador em 71, da Comissão Parlamentar Interestadual, aqui é que nós fugimos um pouquinho da finalidade. Apenas para orientar a nobre Comissão. Porque a Comissão foi formada apenas para reivindicar rodovias que interligasse os Estados. E fugiríamos então dos assuntos de rodovias que interessam apenas ao Estado, se bem que indiretamente, poderá ligar. Então, ficaria a cargo das Assembléias, aquelas rodovias diretamente a ele. Só interessaria a ele. Então aqui em Curitiba, é que nós derivamos um pouquinho, e vou dizer, um pouco perigosamente, no caminho e passamos a interferir na área doméstica, como diz o Presidente.

Eu acho que o Sr. tem razão; não conheço o Estado do Paraná. Conheço parte só, mas acho que V. Exa. tem razão, já que se incluiu outras rodovias de economia doméstica, não seria demais.

Agora só quero solicitar ao Presidente que para as próximas reuniões nos mantenhamos em função das rodovias de interesse comum dos três Estados. O que não foge à sua pretensão, absolutamente.

Apenas como orientação da idéia, da aprovação da Comissão Parlamentar já há seis anos atrás.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu apenas acrescentaria, aliás fiz uma referência quanto à rodovia, a título de ilustração. Eu estou pleiteando, única e exclusivamente, a ferrovia. Porque esta ferrovia tem interesse interestadual. Esta ligação de Cianorte a Guaíra é de interesse interestadual porque, inclusive, é de importância para os que vierem do Rio Grande do Sul, e tem interesse para o Norte do Estado do Paraná também.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deputado Fidelcino Tolentino, só para dar uma informação.

Ontem, durante a reunião, o Deputado Gabriel Sampaio apresentou, eu não quero me enganar, mas parece que foi exatamente este Deputado, que estava também com o Deputado Antônio Facci, e ambos disseram que esta ferrovia é de importância e os membros da Comissão acharam que deveríamos ficar mais naquelas diretamente ligadas à Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mas que não invalidava a tese de que pudéssemos reunir esforços por outro meio.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu pediria então que a Comissão reconsiderasse.

Se é uma ligação entre o Estado passando próximo do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e não se ligar o Norte

do Paraná, me perdoem... acho isto um absurdo.

Porque o Norte do Paraná tem, além da grande colonização catarinense e gaúcha, um grande interesse econômico. O SR. GENTIL BELANI — Eu ontem disse duas vezes, agora vou dizer a terceira.

Acho que os três Estados do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, devem, de toda e qualquer maneira, assumir contra o poderio central.

O SR. JOÃO SATTE — O trabalho destas comissões não deve, também, esvaziar de uma certa maneira, esgotar os problemas que são afetos propriamente à Assembléia.

Eu por exemplo diria que V. Exa. tem a oportunidade de fazer um pronunciamento sobre o problema usando a Assembléia.

Nós em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no início, nos ativemos exclusivamente naqueles problemas de interesse comum: nas fronteiras do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Mas o negócio deu resultado, está evoluindo, e estamos agora reforçados com a representação poderosa do Paraná, e vamos adiante. Mas sem dúvida nenhuma, conversando em problemas, este Brasil está cheio de problemas.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu concordo com o Deputado, porque poderíamos correr o risco de, daqui a pouco, dizer assim: — solicitamos ao Governo Federal, que execute tudo que está nos planos dos três Estados. Numa etapa posterior eu acredito que até nós possamos viabilizar a ligação de Cascavel a Campo Mourão, Umuarama. Daí sim...

O SR. MUGGIATI FILHO — Deputado Deni, não estou cogitando de rodovia.

O SR. DENI SCHWARTZ — Ferrovia.

O SR. MUGGIATI FILHO — Única e exclusivamente dessa aí, a 369, porque me parece que ela estará interligada...

O SR. DENI SCHWARTZ — Não, e ela estará inclusive interligada, dentro dos planos que estamos fazendo, que, se ligada à 486, a Cascavel, quer dizer, Cascavel ficará ligada a Guaíra que já é do plano, Guaíra já estaria ligada a Maringá etc.

O SR. MUGGIATI FILHO — Mas não consta aqui, pedindo ligação Cianorte-Guaíra. E é a única forma de ligar. Única e exclusivamente isto. Seria fechar o anel, e não dá a impressão de que a bancada do Paraná se preocupou única e exclusivamente com o Sul e o Sudoeste.

O SR. DENI SCHWARTZ — Não foi esta a proposição.

O SR. MUGGIATI FILHO — Nós aqui sabemos, mas os que não estiveram aqui presentes, vão pensar que não houve preocupação alguma com o Norte do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Eu vou acatar uma sugestão do Deputado Deni Schwartz que me foi passada por debaixo da mesa.

Enquanto se conclui a redação do documento 1, para apressarmos a reunião porque, parece, todos temos compromisso às 11,20 horas, que, se passasse à discussão da pauta de Assuntos Gerais.

(PAUSA).

— Eu reabriria a sessão, colocando em discussão a pauta de Assuntos Gerais.

Convidaria os eminentes Deputados Nilso Sguarezi e Werner Wanderer, para levarem...

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente eu só gostaria de saber se foi deferido, ou, indeferido o meu pedido. Única e exclusivamente eu desejo saber. Eu tenho o direito de saber.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que ontem, no período da manhã, acolheu as sugestões das 3 bancadas.

Deixou o período da tarde, para discutir as sugestões. A pauta foi esgotada com a deliberação plenária e ficando hoje pela manhã, tão somente para discussão do documento, com as conclusões a que se chegou na reunião de ontem. Parece-me que a agenda dos trabalhos foi aprovada nesses termos. A inclusão

agora de uma nova redação...

O SR. MUGGIATI — É uma questão até quase de redação...

O SR. IVO THOMAZONI — É, mas não foi alterada na substância do que foi aprovado pela Comissão. A Presidência não se nega, absolutamente, a acolher sugestões de V. Exa. e impedir, até promete que, desde que foi convencionado que o Presidente poderia participar dos debates, eu diria, adiantaria a V. Exa. que eu voto com V. Exa. Todavia, eu não queria fugir do que se estabeleceu na parte da manhã de ontem, quando as bancadas apresentaram sugestões; na parte da tarde, estas foram objeto de discussão e votação e ficou para a manhã de hoje, tão somente a discussão do documento contendo o que ontem se deliberou, para numa segunda fase também propor-se a discussão do documento de Assuntos Gerais. E a Presidência, a não ser que o Plenário altere esta ordem, eu me permitira colocar em discussão, a pauta de Assuntos Gerais. O SR. ANTONINO FORNARI — Sr. Presidente, apenas para colaborar com a Casa, quer nos parecer que noutra oportunidade as Assembléias, por estas representações, voltarão a se reunir para examinar assuntos de interesse da Região Sul. Assim, me parece que a pretensão do eminente Colega poderá ser examinada numa outra oportunidade se for o caso, se assim entenderem.

Agora, nós estamos também em face de uma situação que nos parece assim, que precisaria, num futuro, ser melhor esclarecida por órgãos governamentais competentes, e que nós observamos por exemplo, que a EF-486, ela vem vindo no sentido Sul, longitudinal como se diz, atravessa Santa Catarina, entra no Paraná e de repente ela bruscamente quebra.

Nós não sabemos, quebra para a direita, nós não sabemos se esta é uma orientação definitiva do Ministério, porque se ela tem um sentido longitudinal, seria, a lógica estaria a indicar que ela deveria prosseguir no sentido longitudinal, tanto que agora já acaba de surgir uma reivindicação na comissão, para que se reivindique, também, um ramal interligando a região de Pato Branco que, é justo, à 486, para ultrapassar, para atingir a 277, trajeto de Guarapuava a Foz do Iguaçu.

É que justamente a própria situação está forçando a nossa marcha no sentido de subir.

O SR. CELSO TESTA — Com licença, Sr. Deputado.

É o seguinte, salvo melhor juízo, eu acho o seguinte, nós estamos retomando ao que já foi decidido, já foi deliberado. Eu acho que a reunião de hoje, perdão, não quero ser inconveniente e muito menos desleal para com o colega do Paraná mas, eu acho que a reunião de hoje é para aprovar a redação final do projeto, das reivindicações feitas ontem. Qualquer inclusão, hoje, se alteraria... Então, abríamos os debates...

O SR. ANTONINO FORNARI — Sr. Presidente, não estou pleiteando a inclusão; estou para dizer que o assunto merece sempre melhores considerações.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu apenas estranho que uma reunião desta natureza em que 3 Estados se reúnem para cuidar de assuntos de interesse econômico na situação em que se encontra o País e sabendo-se que os interesses dos Estados são os interesses do próprio País, eu não estou vendo os interesses do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, são interesses do Brasil, eu estranho que exista um pragmatismo tal qual foi agora posto sobre a Mesa. Mas me conformo.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, vou dar uma sugestão — parece-me que nós poderíamos fazer uma referência ao que foi pleiteado, mesmo porque, oportunamente, ontem dois Deputados de Maringá que estavam aí falaram sobre esta ferrovia. Então, na justificativa que nós pedimos na interligação Pato Branco — Cascavel, nós aprovamos aqui, que a justificativa diz que seria possibilitando a ligação com Guaíra e com Mato Grosso. Então, que se dissesse que este ramal possibilitará a ligação com Mato Grosso e com o Norte do Paraná, através da EF-369, trecho Cianorte - Guaíra. Fica refe-

rido, pelo menos, no documento a existência dessa estrada, sem parecer se ferir a forma da reunião.

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas, o Gabriel e o Facci não apresentaram?

O SR. PRESIDENTE — Retiraram porque as delegações dos demais Estados consideraram a estrada como de interesse interno. Mas não invalidaram discussão para a próxima reunião.

Eu faria chegar às mãos do Deputado Muggiati Filho, este documento que ele poderá verificar que consta do II PND, a estrada pleiteada por ele.

O SR. RELATOR — Sr. Presidente, eu não quero atrapalhar a sugestão de qualquer colega mas, eu acho que se a Comissão, já tivemos um dia exaustivo de debates, encerramos os debates ontem; ficou, hoje pela manhã, só para ser redigido, esse relatório, seria até ridículo estarmos agora, pela segunda vez, mandando alterar o relatório porque cada Deputado que chega atrasado, temos que modificar, porque traz inovações.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado pelo atrasado.

O SR. RELATOR — Justamente isso — atrasado; não compareceu ontem, chega hoje, quer modificar...

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. se baseia nas aparências eu não me baseio nas aparências. E acredito que o engano de V. Exa. seja contumaz. Eu justifiquei minha ausência e pleiteei porque se abriu o relatório.

Acho que numa reunião desta natureza, aquilo que se omitiu e que não deva ser omissio, deve ser incluído.

Apenas isto.

Tenho tolerância para isto e para mais alguma coisa. Para ouvir que cheguei atrasado. Mas se V. Exa. sair daqui e for perguntar ao meu líder, ele dirá que ontem às 9,00 horas da manhã telefonei a ele e disse porque não poderia vir.

Estou cõscio de minhas responsabilidades. Se eu não pudeste participar desta reunião não teria aceito minha designação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, tão somente para uma questão de justiça, quer que o Sr. Menezes Lima compreenda que realmente o eminente Deputado Muggiati Filho, nesta Casa, tem sido um dos Srs. Deputados que, além de apresentar o maior índice de frequência no Plenário, nos trabalhos das Comissões Técnicas, tem se demonstrado, como integrante da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, um dos mais atuantes parlamentares deste Poder. E que só razões de ordem superior poderiam ter feito com que S. Exa. não estivesse, em data de ontem, presente aos debates.

O SR. MUGGIATI FILHO — A omissão não fica bem para a Comissão. Se incluiu todos os traçados, em todos os cantos do País, deveria tê-lo feito também com relação ao Norte do Paraná. E Norte do Paraná é Sul do País. Estou vendo por mim, estou vendo pela Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência no início havia comunicado que havia uma agenda de trabalhos, uma norma estabelecida com períodos. No período matutino de ontem, apresentação de sugestões pelas bancadas, no vespertino, discussão, aprovação e ficando para esta manhã tão somente a discussão do relatório.

Talvez resida exatamente neste ponto a controvérsia. Acredito que todos seriam receptivos ao apelo do eminente Deputado Muggiati Filho. Apenas houve a imposição na ordem dos trabalhos, daí gerando a impossibilidade de alterarmos o que ontem ficou deliberado.

Mas, adiantando, a Presidência poderia já anunciar. A bancada do Estado de Santa Catarina já antecipou a disposição de, retomando a Florianópolis, manter entendimentos com a Assembléia Legislativa daquele Estado para promover, em curto espaço de tempo, nova reunião desta Comissão Inter-

parlamentar, que possivelmente se realize em Santa Catarina.

Nesta oportunidade poderíamos, munidos das justificativas, discutirmos e lutarmos, como paranaenses, pela inclusão desta e outras obras que considerarmos vitais para o Extremo Sul.

Sei que isto não servirá de consolo ao Deputado Muggiati Filho, mas estaremos unidos na defesa da reivindicação que todos consideramos justa.

O SR. NILSO SGUAREZI — Não íamos debater os “assuntos gerais”?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Então, vamos colocar em discussão Assuntos Gerais da segunda parte da reunião.

O Sr. Relator procederá a leitura dessa parte.

O SR. RELATOR — (Lê).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em discussão.

O SR. ANTONINO FORNARI — Sr. Presidente, gostaria de destacar alguns pontos: “por unanimidades, foi sugerido que cada Assembléia manifestasse o descontentamento das classes produtoras pela adoção do confisco cambial, que entendem...” permitam-me sugerir: “entendem possa ocasionar — ou contribuir — para o desestímulo à produção de soja nos Estados”.

Porque, é uma matéria que entendo, bastante discutível e, ontem, à tarde, não pude estar presente. E agora não vamos discutir mais porque já é assunto bastante debatido. Apenas quanto à redação. Então, em vez de: “... indiscutivelmente trará...” colocaríamos: “... possa contribuir para o desestímulo...”

Porque, o estímulo existe, mesmo com o confisco, existe porque não depende de nós, depende do preço que é adotado lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Passemos ao outro tópico.

O SR. JOÃO SATTE — Permita-me, Sr. Presidente, achava necessário, para tomada de posição, pela Assembléia do Rio Grande do Sul, quando diz aqui “por unanimidade” a exemplo da Assembléia do Paraná. Isso pode ser acrescentado. Isso depois da palavra “da agricultura”. A exemplo da Assembléia do Paraná.

O SR. RELATOR — O segundo tópico, eu entendi que possa ferir a sensibilidade de pessoas que talvez não tenham contribuído para esse desentendimento. Nós aproveitaremos a idéia, agora debatida, dizendo inclusive, que a nossa discussão foi bastante intensa e muitos pontos foram abordados com segurança e usado até adjetivos para cada caso. Mas no entanto, nós não levamos esta situação para o papel.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu acharia o seguinte:

“Debatida a forma de proceder as implantações de hidrelétricas com relação às implantações dos critérios das indenizações pagas às terras desapropriadas, bem como da utilização do potencial hidrelétrico.”, no que diz respeito ao uso da energia e das perdas sofridas com as inundações de terras férteis.”

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Deputado Fornari propõe a seguinte redação no tópico ELETROSUL — “Debatida a atuação da ELETROSUL, com relação às implantações etc.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, eu tenho uma redação diferente.

No votar uma poderá ser excluída a outra.

O SR. RELATOR — Eu considero o seguinte, que o prezado colega já foi vitorioso na sua proposição.

O SR. PRESIDENTE — Deputado Fidelcino Tolentino tem a proposição em condições?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A redação seria no meu entender:

“Debatida a forma de proceder às indenizações das hidrelétricas dos critérios de indenizações de terras desapropriadas pela ELETROSUL e desconsideração de ponderações de

Parlamentares, bem como a utilização do Potencial Hidrelétrico, o seu retorno ao Estado, no que diz respeito ao uso de energia e perda sofrida pela inundação de terras férteis.”

O SR. PRESIDENTE — Em votação a proposição do Deputado Fidelcino Tolentino. — **Aprovada.**

Desculpem a pressa com que o Presidente está votando, mas temos compromissos às 11:30.

Tópico 3 — SUINOCULTURA.

Reivindicação junto aos Secretários da Fazenda dos três Estados para que a atualização do prazo de pauta seja de trinta para quinze dias referente ao ICM cobrado na comercialização do suíno.

Em discussão.

O SR. CACILDO MALDANER — Sr. Presidente, somente para caracterizar o porquê de passar para a forma reducional.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Vou providenciar um encaminhamento do documento para que cada uma destas autoridades possam fazer um histórico afirmativo, uma justificativa.

Item 4 — USINA SIDERÚRGICA.

Quanto à instalação da Usina Siderúrgica em Santa Catarina, ficou decidido que seriam expedidos telegramas a S. Exas. Srs. Presidente da República, Ministro do Interior, e de Comércio, Minas e Energia bem como o Governador do Estado de Santa Catarina, encarecendo o empenho daquelas autoridades na implantação do referido complexo.

Em discussão. — Em votação.

— **Aprovado.**

Item 5 — SUDESUL.

Foi examinado o trabalho realizado pela SUDESUL nos três Estados e sugerido, para uma próxima reunião da Comissão, seja solicitada a presença do Superintendente do órgão para dizer das realizações daquela superintendência nos últimos anos nos 3 Estados.

Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, só sugeriria que em vez de dizer, debater a atuação.

O SR. GENTIL BELANI — Vamos debater o problema.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, faço uma reivindicação de caráter pessoal. Faço questão absoluta que conte nas Atas destas reuniões que este Deputado votou pela extinção da SUDESUL.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência assegura a V. Exa. que irá fornecer uma cópia das notas taquigráficas para que V. Exa. possa fazer o histórico.

Item 6 — IBDF.

Ficou decidido pleitear junto à autoridade competente no sentido da revogação do Decreto Lei número 1.503 de 23 de dezembro de 1976 e, o restabelecimento dos dispositivos constantes da Lei número 1.506. Tendo em vista o desestímulo geral

do Decreto na política de florestamento e reflorestamento.

Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu só incluiria aí, se possível, na Região Sul, que realmente é o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Tendo em vista o desestímulo gerado pelo Decreto na política de florestamento e reflorestamento, na Região Sul.

O SR. NILSO SGUAREZI — Correto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência coloca em votação o documento tido como “Assuntos Gerais” e, portanto, extra-pauta, documento extraordinário, com as alterações sugeridas, discutidas e aprovadas. E a Presidência reconhece que é uma forma pouco ditatorial, e pede desculpas ao eminente Deputado Antonino Fornari se procedeu desta forma, porquanto as duas bancadas estão com compromissos marcados.

O SR. ANTONINO FORNARI — Sr. Presidente, V. Exa. foi cem por cento na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE — Em votação; os Srs. Deputados que aprovam o documento, queiram permanecer como estão; **aprovado.**

A Presidência deseja tão somente procurar junto aos Srs. Deputados, orientar-se: sabemos que os Srs. Deputados do MDB desejam manter, neste horário, um encontro com as lideranças e com o Presidente do MDB, Secção do Paraná, numa das dependências desta Casa, e que os Srs. Deputados da bancada da ARENA farão, agora, uma visita ao Sr. Governador do Estado. Poderíamos no almoço, que mais uma vez pobremente a Presidência oferece às duas bancadas, no restaurante desta Assembléia Legislativa, na oportunidade do almoço tão somente firmarmos, apondo as nossas assinaturas no documento, para ensinarmos que os Srs. Deputados possam, portanto, assim, dar cumprimento aos seus compromissos.

Resta tão somente à Assembléia Legislativa do Paraná, agradecer a presença dos ilustres Deputados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que deram nestes dois dias de exaustivos debates e de trabalho intenso, uma demonstração cabal de enormes conhecimentos, concluindo com a sua participação na elaboração do documento que haverá de ser a principal, ou o principal objeto que deve despertar o interesse das autoridades federais na realização de obras na Região Sul do País.

Ao agradecer a participação dos Srs. Deputados, desculpar-se pelas falhas que porventura nós paranaenses tenhamos cometido, involuntariamente, na recepção, no acompanhamento e na tradicional forma de hospedar, dos paranaenses.

Muito obrigado a todos os Srs. Deputados!

(Palmas).

— (Sem revisão dos oradores).